

Educação não-formal



Uma proposta institucional

Presidente da República
João Figueiredo

Ministro da Educação
Esther de Figueiredo Ferraz

Presidente do Mobral
Claudio Moreira

Lucene,
Foi muito bom
conhecer e trabalhar
com você. Aprendi
obrigado e felicidades.
Rio, 18/03/85.

Ministério da Educação e Cultura – MEC
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus – Seps
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral

Educação não-formal, uma proposta institucional



mobral

Rio de Janeiro
1985

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

© 1985 - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral

Rua da Alfândega, 214 - CEP 20070 - Rio de Janeiro - RJ

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral

Conselho de Administração

Anna Bernardes da Silveira Rocha
Antonio Carlos de Almeida Braga
Divonzir Arthur Gusso
Galuco Olinger
Herman Jankowitz Junior
Hipérides Ferreira de Melo
João Felício Scardua
Mauro da Costa Rodrigues
Mozart de Abreu e Lima
Myryam Levy Cardoso Moreira
Oscar Lamoumier Godofredo Junior
Roberto Irineu Marinho
Rubens Pellicieri
Samuel Pfromm Neto

Presidente da Fundação Mobral

Claudio Moreira

Secretaria Executiva

Antonio Cosentino
Antonio Joaquim de Macedo Soares
Terezinha Eboli
Luiz Carlos Costa Braga
Sergio Marinho Barbosa
Ely S. Pereira
Wilson Pinho

Educação Não-formal, uma experiência institucional

Planejamento Editorial e supervisão geral:
Wilson Pinho

Coordenação da edição:
José Carlos Martins

Coordenação da produção de texto:
Gilza Anna de Souza

Supervisão do texto:
Gratia Maria Domingues

Redação:
Alvaro Ottom de Menezes, Ney Pires de Azevedo e Salvyano
Cavalcanti de Paiva

Preparação e Revisão do texto:
Antonietta Accioly, Jucenel Batista, Marcia de Sa Zanetti,
Rita de Cassia Godoy e Sebastião de Almeida Lopes

Capa:
José Carlos Martins e Marco Antônio de Moura Dias

Produção gráfica e arte-final:
Alfredo Fontes, Bernardino Netto, Claudia Bouzon, Paulo
Mendo e Nilton Santos

Graficos:
Silvio de Moura Dias

Pesquisa Iconográfica:
Maria Alice Pessanha

Fotografia:
Alvaro Renoldi e Hélio Martins

Colaboração:
Ana Maria Coutinho, Angela Maria Castro Anjaral, Antonio
Joaquim de Macedo Soares, Fernando Braet, Gerson Noro-
nha, Isabel de Orleans e Braganca, Jane Paiva, Marcos
Evangelista, Maria Ruth Monteiro, Rosa Duran, Tania
Maria Fontinelli Averde, Terezinha Wiggers.

Fotocomposição:
Emílio Galantini Filho e Studio Lidio

PERIFONEIAS

Preparada pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização

1984 - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
Uma experiência institucional em educação não-formal. Rio
de Janeiro, 1985
100p. ilust. 30cm

J. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL. EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL. I. Título

CDD: 374.290.981
CDU: 374.71(81)

Sumário

Apresentação 8

Introdução 10

Alfabetização no Brasil 12

Criação do Mobral 16

Estrutura administrativa 20

Público-alvo 20

Perfil da década 70/80 24

Novos rumos 30

Visão Crítica 30

Relação entre educação de adultos e participação 40

Estratégias, meios e prioridades 44

Ações integradas 64

Capacitação de agentes 64

Aplicação de recursos 72

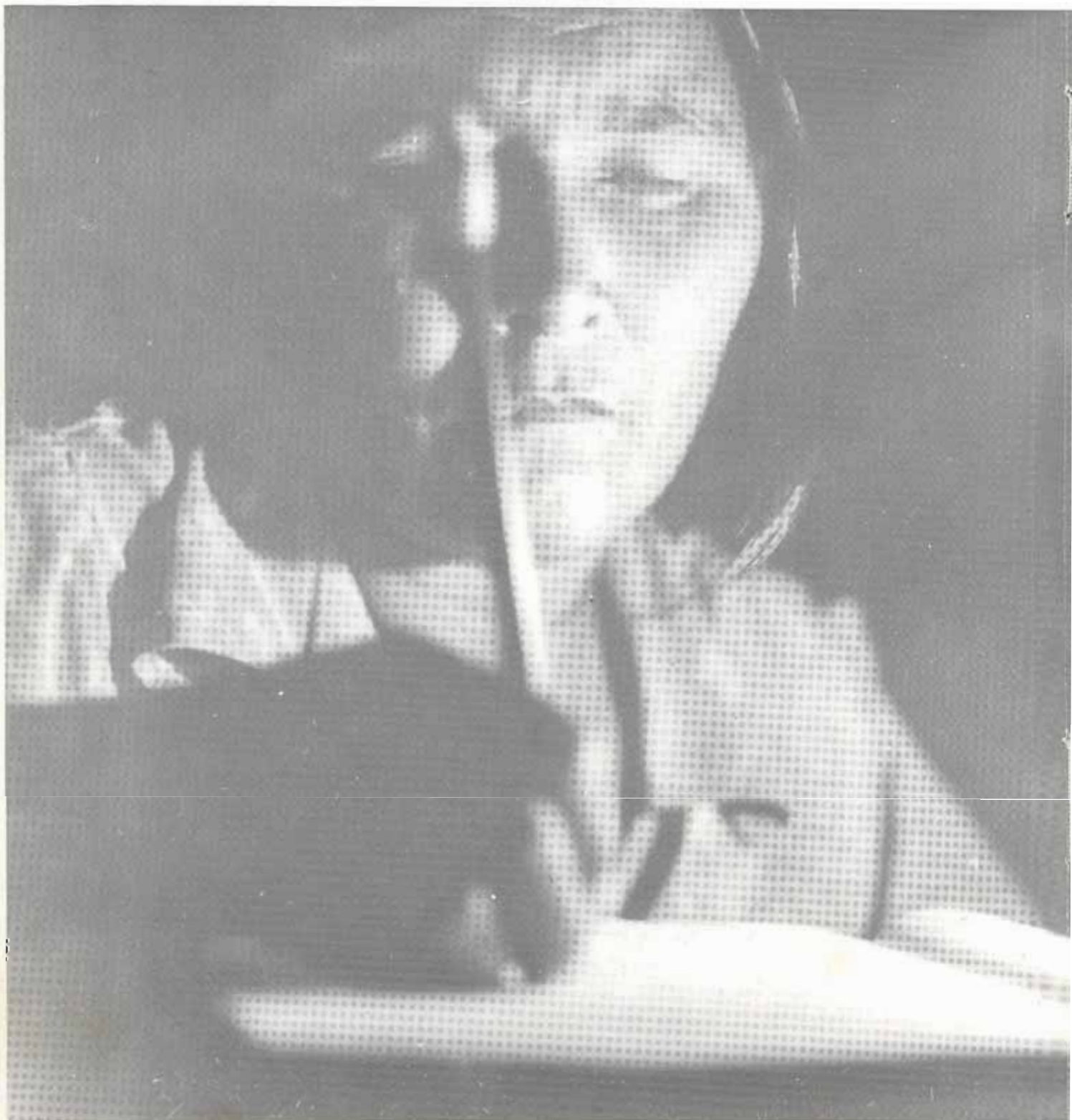
Políticas e diretrizes 74

Vila União 80

Prudente de Moraes 86

Serra João do Vale 92

Bibliografia 99



Agradecimentos

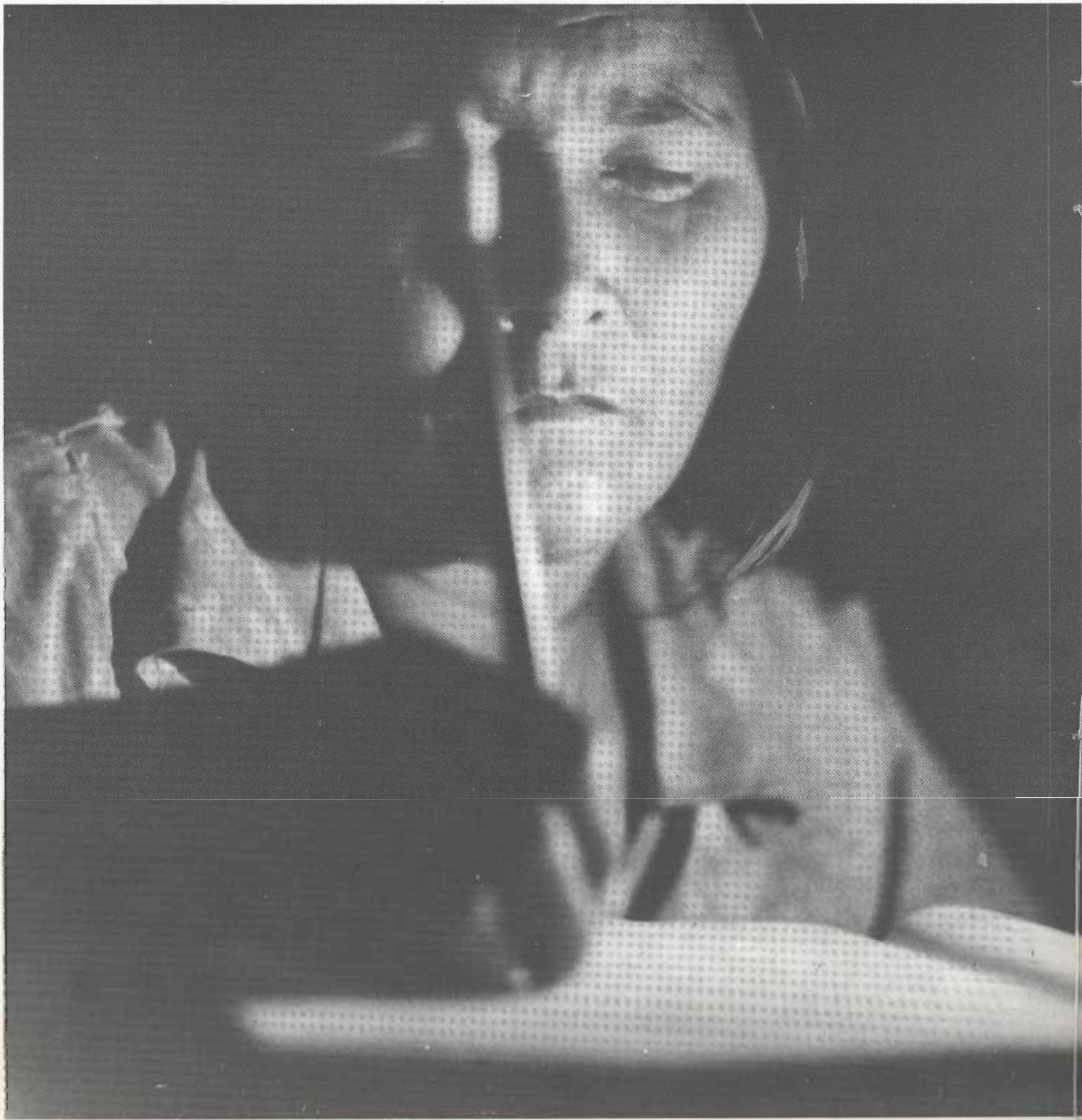
Os brasileiros e outras pessoas de diferentes nacionalidades que vêm emprestando seu interesse, cooperação eficiente e incentivo à área da educação não-formal no Brasil sabem que, sem consciência social, percepção psicológica e ação criativa, nada teria sucesso.

O que talvez não saibam e que não é possível reunir esforços para tratar formalmente uma gerência que se apóia em serviços públicos de pessoas físicas que somam mais de 100 mil humanos. O que certamente não sabem é que mais de 100 mil empresas acreditam que vale a pena canalizar 2% da tributação sobre seu lucro, por ocasião da declaração de renda, diretamente para os trabalhos da educação não-formal através da Fundação Mobral.

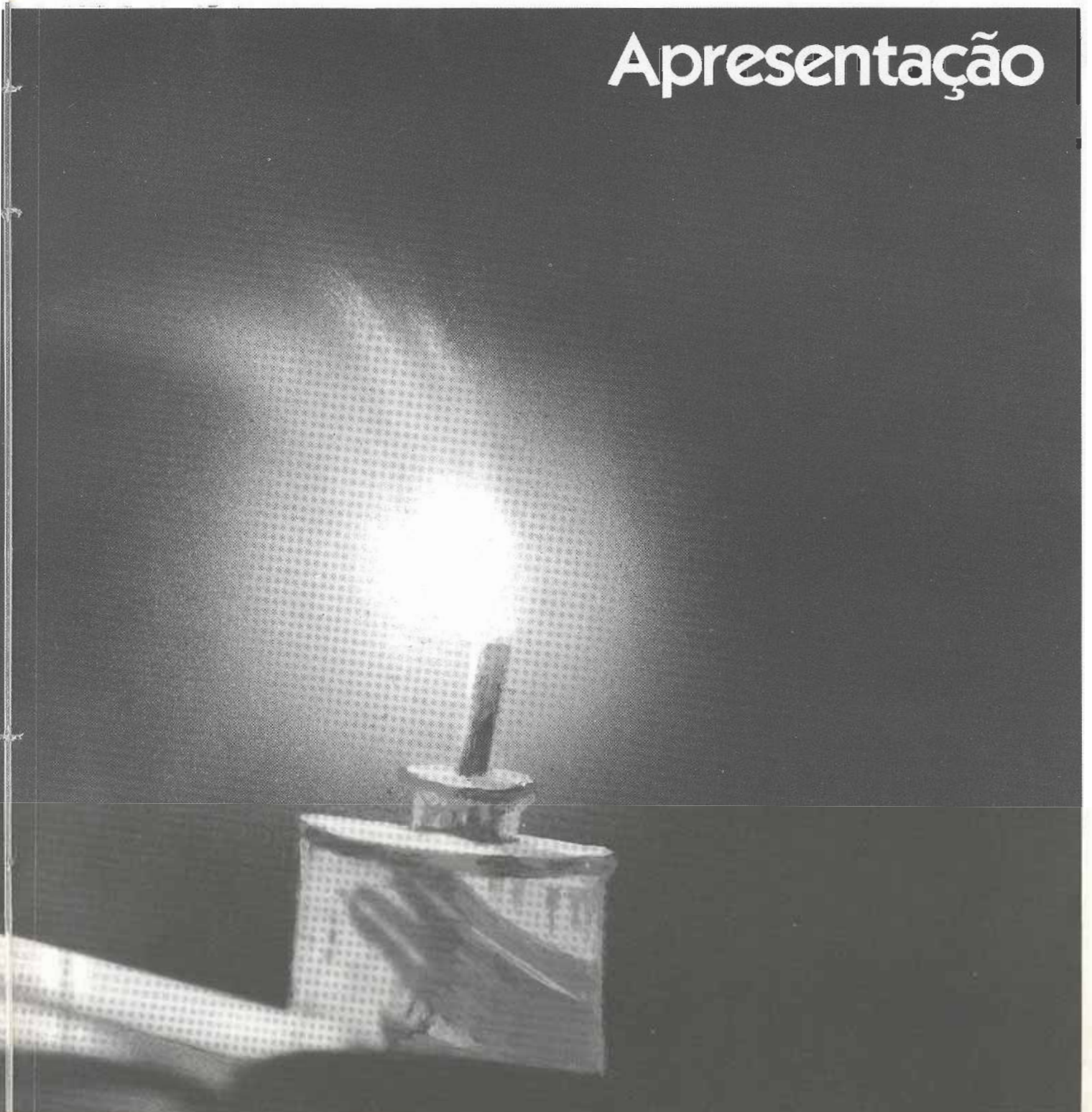
O que não podem imaginar e que é comum um técnico dirigente ou não desta Fundação ter que refazer a cada noite, muitas vezes, o seu espírito, seu desejo de colaborar para diminuir a imensa erosão e fadiga que o desafio e a execução deste trabalho não-formal impõem.

Em nome dos 22 milhões de brasileiros que nestes 14 anos foram atendidos pelo Mobral, em nome dos que em cada pedacinho do Brasil fazem acontecer a abertura dos caminhos, em nome dos que fazem parte do núcleo mais compacto que é a área normativa do Mobral, este pedaço de Brasil agradece profundamente a todos, independentemente de riqueza, poder e brilho. Agradece fraternalmente a contribuição de Antonio Praxedes, Arlindo Lopes Corrêa, Eduardo Portela, Esther de Figueiredo Ferraz, Euro Brandão, Jarbas Passarinho, Jorge Boaventura de Souza e Silva, Mário Henrique Simonsen, Ney Braga, Rubem Ludwig, Sérgio Pasquali, Tarso de Moraes Dutra.

Claudio Moreira
Presidente da Fundação Mobral



Apresentação



Apresentação



Como princípio básico, a participação comunitária formula suas propostas e metas a partir das necessidades e interesses manifestados pela comunidade.

No momento em que a sociedade brasileira se lança a um projeto de transição, visando à plena retomada do desenvolvimento político, social e econômico, recorrendo à rearticulação das diversas forças capazes de contribuir para esses objetivos, impõe-se retomar a discussão do papel da educação neste processo.

A afirmação da cidadania de cada indivíduo é o ponto de partida para a concretização de tais metas, assim como para o pleno exercício da democracia. O sistema democrático implica bem-estar coletivo e individual, o que é conquistado através da participação no processo produtivo e político, ou seja, na geração de bens e serviços e no estabelecimento das relações de

poder. Desta forma, a educação deve ser chamada a assumir o seu papel, tanto como meio de questionamento da produção e repartição desses bens e serviços, como componente básico na instauração de um modo individual de agir e pensar, afirmativo da responsabilidade do indivíduo perante si mesmo e a sociedade de que participa.

Um projeto nesse sentido só se substancia ao levar em conta as características da população adulta, compreendida, diretamente, naqueles processos, já que os agentes capazes de aglutinarem os fatores de produção e os indivíduos neles inseridos participam do processo produtivo. Esta parcela da sociedade não se restringe somente à população adulta,

abrangendo até mesmo crianças, na constituição da população economicamente ativa.

Entretanto, constata-se que a grande maioria da população economicamente ativa não tem acesso aos bens e serviços, entre eles a educação. Este fato reflete nitidamente sua não-participação no processo político, no tocante à distribuição de riqueza. E os analfabetos são privados até mesmo do direito à representatividade política por não dominarem o código detido pela sociedade letrada.

A educação de adultos, na perspectiva de uma sociedade democrática, há de abranger toda a população — assistida e marginalizada —, à qual se reservam os papéis de parte interessada e agente do processo de construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde estejam ausentes os riscos de uma ruptura social.

Cumprir ao governo representativo de uma sociedade que se quer reconstruir, na e para a democracia, a condução de um projeto político comprometido com a educação de adultos, já que ela envolve, por sua vez, todos os segmentos de estratificação social em suas várias formas representativas. Neste processo de co-participação, surge a convergência de interesses e ações, capazes de reordenar o País em bases mais justas e auto-sustentáveis.

Uma política de educação de adultos, se restrita à área

educacional, não esgota o conjunto de pré-requisitos e condições necessárias ou suficientes a consecução de um projeto político desta natureza. Ela se faz necessária a partir da interação e como parte de uma política social mais ampla, em que todas as formulações específicas dos diferentes setores de atuação — planejamento, trabalho, saúde, indústria e comércio, habitação, previdência social, etc. — manifestem convergência para o grande projeto social.

Ao Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral — caberia, assim, incorporar à dimensão política do projeto de democratização a sua missão educativa junto à população de adolescentes e adultos.

Essa atuação, reconhecida a amplitude do projeto, implicaria buscar e manter a complementariedade das competências e campos de trabalho das múltiplas instituições representativas da sociedade civil e do poder público, no atendimento do direito à educação, sob a orientação da política de educação de adultos em vigor.

O desempenho das diversas entidades voltadas para tal fim exige a articulação entre os agentes mais diretamente responsáveis pela execução dos projetos educativos e, ainda, a sua interação com os demais setores sociais, trazendo à prática a intenção dos compromissos assumidos em nível político.

Diante desta análise, e em consonância com a política de educação de adultos requerida, apresentam-se várias diretrizes para o Mobral. Uma delas seria reafirmar o direito à educação dos adolescentes e adultos da população marginalizada, através da alfabetização e da educação continuada, além da crescente responsabilidade da base municipal na administração do processo criativo para torná-lo viável.

É igualmente importante a participação das comunidades no planejamento e definição das ações educativas de competência da Instituição, enriquecendo-as com elementos representativos dos objetivos, necessidades e interesses da população, que se farão presentes nas formas de atendimento, conteúdo dos projetos, metodologia, etc.

A articulação do Órgão com outras entidades de áreas sociais exige, para seu pleno entendimento e atendimento, a participação de todas essas entidades. Isto porque a questão do analfabetismo, pelo fato de permear vários segmentos da organização política, econômica e social, faz-se presente na cadeia de causas e efeitos do problema, não se esgotando a sua solução na área educacional. E, embora nela sendo tratada, não cabe ao Mobral sozinho resolvê-la.

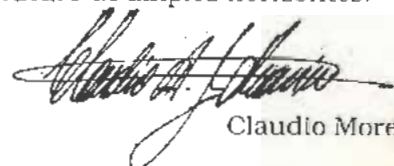
A fim de preservar o equilíbrio entre os processos de crescimento econômico e de reordenação social, é imprescindível a presença da ação educativa nos programas e projetos prioritários, conforme os

critérios da política maior.

Para obter-se uma constante atualização da política e das ações, em termos de educação de adultos, é necessário o diálogo com as universidades e instituições que atuem em áreas de ensino e pesquisa.

E, finalmente, para garantir condições de efetividade ao projeto educativo, é fundamental formar técnicos e agentes para a educação de adultos. Esta formação deve implicar um intercâmbio entre a proposta educativa da Instituição e os treinandos, conjugando-se o conhecimento técnico com a experiência da comunidade.

Deste modo, estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de educação de adolescentes e adultos, utilizando o ensino não-formal como referencial para atingirmos o alvo e atendermos às expectativas da sociedade brasileira. Essa contribuição, que constitui a razão de ser do Movimento Brasileiro de Alfabetização, nasceu em resposta a um grave desafio social e cultural. O desafio foi aceito e enfrentado com coragem e inteligência, muito trabalho e grandes esperanças. Seus resultados não podem ser omitidos nem subestimados. Eles estão neste livro, que resume um passado recente, retrata um presente vívido e traça, com otimismo, as perspectivas de um futuro de amplos horizontes.



Claudio Moreira

Introdução

O homem cria, desenvolve e passa de geração a geração os conhecimentos adquiridos, as experiências vividas. A cada interação, a cada ação de ensinar ou aprender, o homem enriquece o seu saber, o transforma e o reconstrói. A sociedade é uma construção humana. E o homem, nas suas relações com as condições existentes — físicas e sociais —, faz a história, cria e recria permanentemente a sociedade. Assim, a realidade social é uma totalidade historicamente construída, contraditória e resultado dinâmico das práticas sociais que geram transformações no tempo e no espaço. Garantindo a sobrevivência, tem-se a prática econômica, articulando-se em função dela as demais práticas sociais, inclusive a educação. Isto configura um sistema de educação informal, produzido a partir de anseios, da detecção das necessidades das comunidades e ligado, estritamente, a sua experiência de vida, formas de sobrevivência e organização social.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral — tem por preocupação básica o educando dentro do seu contexto social e busca desenvolver suas ações, tendo como referencial básico os mecanismos próprios de educação da comunidade. Assim, entende a educação como um processo na medida em que se dá ao longo da existência do indivíduo e abrange todo o seu espaço de vida, seja político, social, cultural, econômico, etc. Ao se desenvolverem programas e projetos educativos, objetiva-se atender às necessidades da

população, contribuindo para a melhoria da qualidade de sentido de que lhes seja assegurado o direito de participar das decisões.

Quanto maior o espaço da população para administrar suas próprias propostas, maior será o seu engajamento e participação e, conseqüentemente, menos manipuladora e paternalista a proposta institucional. O Mobral acredita que, entre as propostas educativas não formais, é a educação comunitária a que tem mais condições de levar as pessoas às melhores condições de vida, por estar comprometida com os anseios populares e mais aberta à sua participação. Educação comunitária significa, sobretudo, repor o elemento participativo no processo pedagógico. Significa confiar na conquista de autonomia e auto-sustentação, como componente fundamental da política social. Significa dizer que o fenômeno da ascensão social existe de modo satisfatório somente onde o dominado é o sujeito principal do processo. Significa aceitar que a vida comunitária é referência educativa mais importante que a própria escola, mesmo porque esta é a simples expressão daquela. Significa recolocar a necessidade de adequação da educação ao contexto social da comunidade, evitando-se atrelamento a propostas estranhas ou impostas. Educação comunitária deve ser entendida, assim, como uma metodologia que trabalha o modo educativo de se desenvolver uma ação.

É preciso ter presente que o analfabetismo é, eminentemente, um fenômeno social que coexiste com os demais problemas da realidade brasileira, no bojo de uma conjuntura de crescente empobrecimento, em especial das camadas populacionais de baixa renda.

A responsabilidade pela resolução do problema do analfabetismo extrapola o âmbito de atuação do Mobral, pois faz parte de um quadro social mais amplo em que deve ser considerado, também, o modo como são processadas as relações econômicas. A educação e o analfabetismo, em particular, devem ser analisados, fundamentalmente, à luz do espaço social e cultural em que é realizada a prática educativa.

Há que se fazer um movimento no sentido de conhecer o analfabetismo por outra via. Algo como desvendar a sua outra face para perceber as suas verdadeiras origens. De outro modo, tenderemos a explicar o fenômeno por meio de variáveis que não atingem o cerne da questão e que denotam um caráter imediatista.

O Mobral, no panorama educacional brasileiro, configurou-se, sempre, como um órgão executor das ações educativas, cuja penetração se estende a todos os municípios — mais de 4 mil —, procurando oferecer educação permanente aos indivíduos maiores de 15 anos, dentro de uma perspectiva não-formal.

A inserção, cada dia maior, dos

países em desenvolvimento na educação não-formal pode ser explicada por fatores, tais como a desilusão com os resultados e, mesmo, com os valores da educação formal; a própria falência do sistema educacional, no que diz respeito às habilidades básicas; o descompasso entre a sociedade moderna e a família, a escola e o trabalho; o questionamento sobre os valores da educação; a evolução do conhecimento quanto à natureza do desenvolvimento humano e do processo de aprendizagem e, ainda, os mecanismos insuficientes e inseguros de utilização de recursos dos programas educacionais. A educação de adultos, então, como uma proposta de educação não-formal, vem consolidar-se como alternativa básica de desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma sociedade.

É desta maneira, então, que o Mobral tem-se colocado ao longo de seus 14 anos de atividades. Paralelamente, no entanto, o sistema educacional não sofreu significativas mudanças em seus aspectos básicos. Se, de um lado, o Mobral utilizou competências do ensino formal para a consubstanciação de seus projetos, de modo a oferecer continuidade de estudos à sua clientela, de outro, o sistema educacional não se beneficiou dos projetos ligados à cultura, trabalho e saúde, desenvolvidos pela Instituição.

Dimensionando sua atuação e ampliando seu processo de descentralização, o Mobral tem implementado planos estaduais

de educação de adultos, a partir do estabelecimento de parâmetros de trabalho estreitamente correlacionados com a realidade sociocultural e econômica de cada Unidade da Federação, envolvendo organismos com atividades afins.

Para o Mobral, a descentralização tem como objetivo possibilitar aos municípios a elaboração de suas propostas educativas. Portanto, planos estaduais ou regionais significam etapas de processos mais amplos e de maior prazo de efetivação.

Para a concretização desses objetivos e sua completa realização, foi aprovado o Regimento Interno da Fundação e o de seus órgãos integrantes. Assim, definiram-se, com precisão, as competências da Presidência, da Secretaria Executiva e os limites da autoridade funcional, evitando a superposição e o paralelismo de ações. Isto permitiu a agilização do processo decisório nos diferentes níveis da Instituição.

A análise dos referenciais que norteiam o trabalho do Mobral deixou bem claro que todas as ações desenvolvidas — na medida em que se orientavam por uma filosofia centrada na promoção humana e por princípios de funcionalidade ou globalidade — trazem em si potencial suficiente que viabiliza por si a ação comunitária, reconhecendo na cultura local as raízes do processo educacional e as potencialidades de sua expressão cada vez mais ampla.

As comunidades passaram a expressar seus problemas, necessidades, possibilidades, limitações e a tomar iniciativas na busca de soluções. Participam das propostas de ação e planejam, bem como executam as atividades e até buscam recursos para realizá-las.

Estes, os resultados colhidos pelo Mobral, que entendeu a ação comunitária como uma forma de ampliar a participação social, a partir da reflexão dos grupos sociais sobre suas condições de vida e através de discussões de alternativas e soluções.

Em decorrência, a Instituição teve seus objetivos reorientados para atuar como órgão de educação centrado na metodologia de trabalho comunitário com população de baixa renda, voltado, prioritariamente, para a educação básica não-formal. Redefinidas suas funções pelo Ministério da Educação e Cultura, foi caracterizada como instrumento de governo capaz de apoiar o ensino supletivo, bem como a educação pré-escolar, além de promover o seu desenvolvimento cultural.

Assim é que, sem desprezar a autonomia que é necessária para o processo descentralizado, bem como o controle das atividades em curso, o Mobral volta-se cada vez mais para traduzir a vida das comunidades e suas próprias realidades, tornando as informações contidas nos materiais institucionais mais adequadas ao saber e cultura locais.

Alfabetização no Brasil

A questão do analfabetismo remete-nos à época de dominação portuguesa. Este fato, por si só, nos dá a dimensão do problema, já que o sistema colonial português usava como instrumento de dominação o desestímulo e a restrição às iniciativas de ordem educacional e cultural.

Alguma melhoria foi obtida após a independência, principalmente na segunda metade do período monárquico, ainda que o regime aristocrático e escravocrata não tenha se proposto a alterar esta realidade. As modificações vão refletir, então, o maior ou o menor interesse de grupos provinciais pela instrução e pelo caráter da atividade econômica.

Ao se iniciar o período republicano, no final do século XIX, o índice de analfabetismo era de 65,34%, dando continuidade a um modelo econômico caracterizado pelas grandes propriedades rurais, baseado em monoculturas, que empregava mão-de-obra com baixa qualificação.

O deslocamento do eixo econômico para o centro sul e a imigração introduzem o ensino ou contribuem para o seu desenvolvimento, ainda que o modelo econômico, baseado em monoculturas regionais, dispensasse melhor qualificação de mão de obra empregada.

Assim, várias experiências foram realizadas visando a erradicar o analfabetismo, e surge, em 1915, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo.

A questão começa, neste período, a preocupar nossos governantes, que chegam mesmo a colocá-la como um problema nacional que depõe contra o nome do País.

Em torno dos anos 30, intensificam-se as reivindicações no sentido de o ensino ser democratizado e de a União assumir a responsabilidade da educação em todos os níveis, através de uma política nacional, como causa e efeito do processo de industrialização, que exigia empregados qualificados. Cria-se o Ministério da Educação e Saúde como reconhecimento à importância do assunto.

As primeiras iniciativas do governo no sentido de minimizar o problema foram a criação, em 1932, da Cruzada Nacional de

Educação e, no ano seguinte, a Bandeira Paulista de Alfabetização, que objetivavam, basicamente, a capacitação de mão-de-obra e a ampliação de bases eleitorais.

Em 1945, com a derrubada do Estado Novo, o término da Segunda Guerra e a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura — Unesco —, há uma mudança no conceito de alfabetização e educação de adultos, que passam a ser consideradas como um instrumento de redemocratização do povo brasileiro, tendo em vista sua possível utilização em função dos objetivos políticos da sociedade que se modificava. Acelerar e diversificar o processo de substituição das importações foi fator significativo neste quadro econômico.

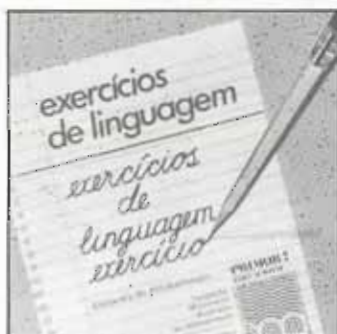


Alfabetização, em qualquer circunstância, em qualquer país, tem sido uma decisão política.

Alfabetização



1970 — Implantado o Projeto de Alfabetização Funcional, de setembro a dezembro, o Mobral atende aos primeiros 172 mil alunos.
 1971 — Convênios atingem 181 municípios e o número de alfabetizados no ano ultrapassa 1 milhão e 81 mil alunos.



Tudo começa com o aprendizado da palavra geradora. Depois, as frases. E em cinco ou seis meses, conforme a condição individual e a realidade comunitária, o alfabetizando domina a linguagem, a escrita, os cálculos e complementa o domínio desses códigos.

Alfabetização no Brasil

A primeira medida tomada pelo governo foi a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947-63), com objetivos bem definidos: preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades; diminuir taxas nacionais de analfabetismo e ampliar bases eleitorais. Buscava a integração como justificativa social e o incremento da produção como justificativa econômica.

A Campanha Nacional de Educação Rural, criada em 1952, como ramificação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, tinha a finalidade de levar ao homem do campo a educação. Buscava despertar o espírito comunitário, a idéia do valor humano e o sentido de responsabilidade.

Em 1958 é criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Dirigia-se à educação de crianças e adultos, numa tentativa de se tornar o meio mais eficiente de combate ou o santo remédio para a praga.

Aliadas a estas campanhas vinculadas ao setor governamental, também ocorreram outras, como o Movimento de Educação de Base — MEB —, ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil CNBB —, em convênio com o governo federal. Seu objetivo era alfabetizar populações rurais, ajudando na promoção do homem do campo.

A partir de 1959, a radiodifusão passa a transmitir

programas de educação de base no Nordeste, e em 1960, surge o Movimento Cultural Popular, do Recife, estendido a outras cidades, e que buscava encontrar uma fórmula bem brasileira para a prática educativa, ligada à arte, à cultura e voltada especificamente para o folclore. Suas atividades tinham como intenção conscientizar as massas, através da alfabetização e da educação de base. Somente em 1967 foi regulamentada a utilização do rádio e da televisão na educação.

Paralelamente a este movimento, surgiram Centros Populares de Cultura com métodos pedagógicos adequados à preparação do povo para a participação política e voltando-se para a alfabetização e educação de base com a constante preocupação de preservar e difundir a cultura popular de acordo com as condições socioeconômicas e políticas do País.

Foi em um Centro de Cultura Popular deste movimento nascido em Pernambuco que surgiu, em 1961, o método Paulo Freire para a Educação de Adultos, sendo estruturado como sistema em 1962.

A Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo surge em 1961; no ano seguinte, o Programa de Emergência e, em 1963, o Plano Nacional de Educação.

Outra tentativa, de âmbito nacional, é realizada através do Programa Nacional de Alfabetização, do Ministério da Educação e Cultura — MEC —

em 1964, que procurou conchamar as associações patronais, as empresas privadas, as agremiações estudantis e profissionais, as associações esportivas, sociedades de bairros e municipalistas, entidades religiosas, organizações civis e militares, órgãos de difusão, o magistério e demais setores mobilizáveis para uma participação ativa.

Entretanto, apesar do esforço desenvolvido, tais movimentos não conseguiram influir na crescente evolução dos índices de analfabetismo verificados no País. Estes movimentos não tiveram êxito por conta de vários motivos: escassez de recursos financeiros e humanos; fatores externos à natureza desses movimentos, mas condicionados a eles, tais como a distribuição da população analfabeta em um país de dimensão continental e a não-universalização da educação básica por nosso sistema de ensino; o fato de parte da população escolarizável não penetrar no sistema educacional, ou não ter acesso a vagas; e ainda a grande evasão de alunos.

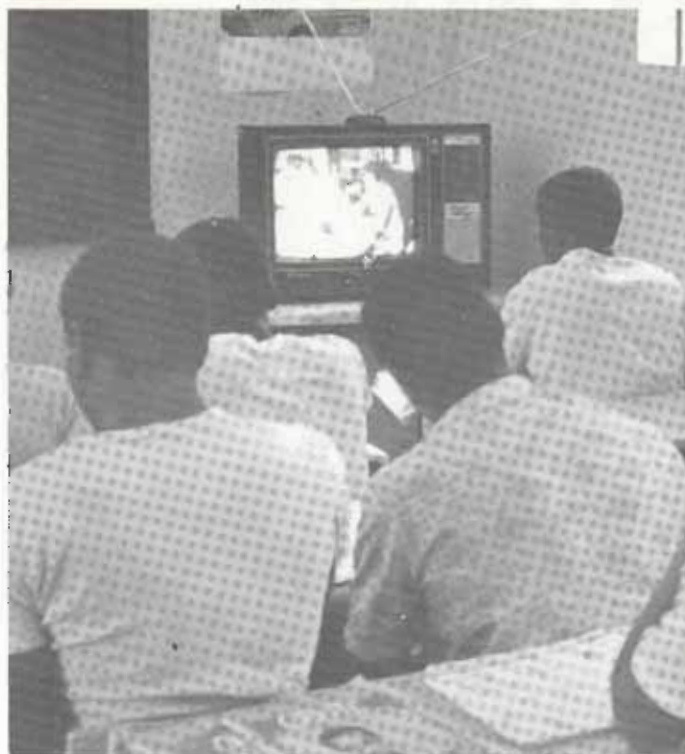
Tendo como finalidade promover a alfabetização e a educação continuada de adolescentes e adultos, foi criado pela Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização — Mobral —, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa, e transformado em organismo executor de um Programa Nacional de Alfabetização no dia 8 de setembro de 1970.

Alfabetização



1972 — São atingidos 1.888 municípios e o número de alfabetizados no exercício é superior a 2 milhões.

1973 — O Mobral está presente em todos os 3.953 municípios. O número de alfabetizados neste ano é de 1.784.379 alunos.



Levar a clientela à aquisição de técnicas de leitura, escrita e cálculo e à sua aplicação em situações de vida é o objetivo do Projeto de Alfabetização Funcional, realizado num total de 400 horas distribuídas entre 6 e 10 meses.



Criação do Mobral



A educação é profundamente condicionada pelo contexto social em que está inserida.

Ao analisarmos a problemática do analfabetismo no Brasil, precisamos fazê-lo dentro do contexto da América Latina, onde temos 45 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever. Neste panorama, nosso país está situado no bloco dos países que apresentam índices de 10% a 25%, juntamente com a Colômbia, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela.

Em 1970, quando o Censo acusava um índice de 33,6% de analfabetos, conforme se observa na Tabela 1, tem início a história do Mobral.

Tudo começou com uma sugestão do então Ministro Mário Henrique Simonsen, em 1966, ao propor a criação de um setor de educação, no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada —

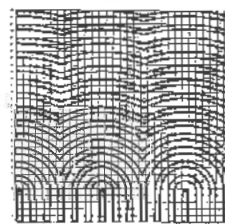
Epea —, hoje Instituto de Planejamento Econômico e Social — Ipea —, que se encarregasse de desencadear o processo de planejamento educacional no Brasil.

Assim, o Centro Educacional de Recursos Humanos (ex-Sector de Educação e Mão-de-Obra) realizou o *Diagnóstico da Educação Brasileira*, 1.º volume, focalizando a educação com todas as suas implicações no processo de desenvolvimento material da sociedade brasileira.

O 2.º volume, também em 1966, deu ênfase à educação como processo dependente não apenas das condições econômicas em que se desenvolvia, mas também de suas causas políticas e sociais.

Cuidou-se de criar um organismo com a destinação

O primeiro símbolo da Fundação revela significativamente o caráter de alfabetização da Instituição, enquanto a mudança para uma forma mais estilizada reflete a nova proposta institucional de maior integração comunitária.



específica de combater o analfabetismo, ao menos em uma primeira fase, ficando a educação continuada para etapas posteriores.

Não houve, absolutamente, preocupação em ligar, a não ser de modo natural, o combate ao analfabetismo com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, então em curso, mas é certo que o problema da mão-de-obra qualificada para sustentar o processo de desenvolvimento econômico estava bem presente nos planos governamentais.

Em 1967, foi elaborado no MEC o projeto de lei de criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que procurava estabelecer um sistema de educação continuada no País, visando principalmente à integração política, cultural e

Alfabetização

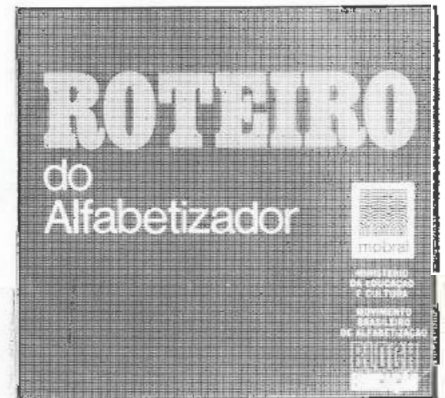


1974 — Acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra —, para implantação dos programas do Mobral nos Projetos de Colonização organizados pelo Incra. Convênio com o Projeto Rondon para mobilização de recursos comunitários para a alfabetização. Convênio idêntico assinado com a Legião Brasileira de Assistência — LBA.

O número de alfabetizados é de 1.923.922, entre adolescentes e adultos.



Livros que são roteiros de vida: para o que se alfabetiza e para o alfabetizador, ambos crescendo para novos horizontes sociais e culturais com o domínio de códigos que abrem portas na sociedade industrial.



social dos analfabetos à vida nacional.

Naquela oportunidade, a Unesco conceituava a alfabetização funcional como "um processo formativo no qual o domínio das técnicas de leitura, escrita e cálculo deveria integrar-se à capacitação do alfabetizando, para resolver seus problemas fundamentais, entre eles e em primeiro lugar os relativos às suas atividades produtivas".

O Mobral partiu para o seu próprio conceito de alfabetização funcional, entendida como "aquela que leva adolescentes e adultos à aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar, propiciando-lhes uma progressiva autonomia e uma busca de melhores condições de vida". Cabe ressaltar que este princípio não está ligado somente à concepção de transformar o homem em agente do processo de desenvolvimento, mas também à idéia de transformá-lo em beneficiário deste processo.

Ambos os conceitos de funcionalidade sofreram evolução no decorrer do tempo. E dentro desse contexto o Mobral é implantado.

Por outro lado, a conceituação utilizada em nosso país para a caracterização da pessoa analfabeta ainda era a da Unesco, órgão oficial da Organização das Nações Unidas - ONU —, para a qual o analfabeta é a pessoa de 15 anos ou mais que não sabe ler nem escrever um pequeno texto em qualquer idioma.

Em 28 de fevereiro de 1966, através do Decreto n.º 57.895, o Brasil adotou como conceito de analfabeta "não apenas aquele

que não sabe ler e escrever por falta de escolaridade, como também aquele que, mesmo que tenha tido um ou mais anos de frequência escolar, não domina suficientemente a leitura, a escrita e o cálculo, não podendo fazer uso prático e cotidiano para sua integração no meio físico e social".

Acontece que as diversificadas tentativas na busca de soluções para o problema do analfabetismo no Brasil encontravam o respaldo de toda a opinião pública, sempre favorável a que se fizesse um esforço definitivo e eficiente, pois um dos grandes entraves à luta do Brasil contra o subdesenvolvimento era a existência de um analfabeta em cada três brasileiros maiores de 15 anos.

O ensino supletivo existente não apresentava os resultados esperados, dados os altos índices de evasão e baixo aproveitamento, enquanto a primeira série do 1.º grau continuava a ser o ponto de estrangulamento do sistema educacional, também pelos mesmos motivos.

Concomitantemente, entendia-se que a influência familiar era decisiva na determinação do futuro acadêmico dos filhos, devendo haver uma grande atenção na educação de adultos, para ajudar o trabalho da escola.

Optou-se, assim, pela adoção de um sistema de educação não-formal, ou seja, por um sistema educacional organizado que se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino, para fornecer tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto de adultos como de crianças. Ao

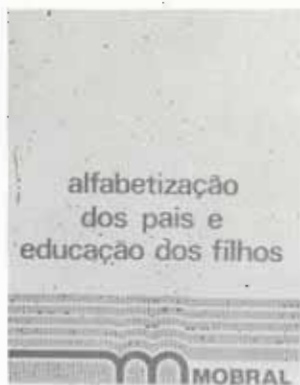
lado da crescente insatisfação com a escola formal, a importância atribuída à educação não-formal decorreu de diversas experiências realizadas em sociedades em evolução que desafiam os sistemas educacionais tradicionais. São pontos importantes também a profunda mudança tecnológica, que provocou aumento na demanda por educação, bem como a concepção de educação não-formal como instrumento poderoso para promover o crescimento econômico e acelerar a participação política e o desenvolvimento social.

A decorrência imediata foi um voltar-se para a revalorização, para o resgate de formas de ensino e educação não-escolares, sob o pressuposto de que tais formas estariam mais aptas a atenderem às exigências flagrantes da sociedade atual, marcada por uma crescente mutação. Nesse sentido, estudos sobre educação não-formal se revestiram da maior importância, já que ao buscar respostas mais realistas às necessidades das sociedades, criando e inovando, tal forma de educação se prestou a subsidiar o estabelecimento de novas políticas educacionais e a elaboração de planos mais abrangentes. Nesta linha de pensamento, apontam-se razões que justificariam, por si, a implementação do sistema não-formal: a expansão dos sistemas educacionais não satisfazia a demanda inflacionária quanto à formação; a rigidez — para não falar da burocratização — dos sistemas educacionais não permitia responder com suficiente rapidez a uma demanda que diversificava e mudava constantemente o ritmo; a institucionalização da educação transformava o saber em instrumento de domínio ou

Alfabetização



1975 — Mais de 1.656.500
pessoas são
alfabetizadas.
1976 — Mais de 1.412.900
alfabetizados.
1977 — O número de
alfabetizados é de
1.203.268.



Alfabetizar os pais e educar os filhos. E vice-versa. Este é o princípio da educação mais ampla, progressiva e permanente. A troca de experiências é essencial para

promover socialmente o homem, formar o cidadão, conscientizá-lo dos seus direitos e deveres civis e das responsabilidades com que deve arcar para desfrutar a liberdade.

repressão, quando a finalidade da formação é estimular o poder criador que existe latente em cada indivíduo e que raramente é aproveitado; e, finalmente, o desenvolvimento dos sistemas educacionais favoreciam tão-somente aqueles que estavam mais próximos do poder, contribuindo, efetivamente, para a exclusão dos rejeitados.

Estrutura Administrativa

Administrativamente, a Instituição foi concebida em função dos princípios estratégicos de descentralizar as ações e centralizar o controle, buscando-se, com isso, a instrumentalização progressiva das comunidades, para que viessem a assumir a execução da ação educativa. O Mobral foi assim estruturado em três níveis administrativos, sendo os básicos:

- o nível central, representado pelo Mobral Central, com atribuição de formular a política e as diretrizes nacionais de ação, em consonância com as orientações e prioridades emanadas do MEC;

- o nível intermediário, representado pelas Coordenações, com atribuição de coordenar os programas em cada Unidade da Federação, ajustando as diretrizes de planejamento e metodologia de ação às realidades estaduais e territoriais, assim como manter um permanente contato com as Secretarias Estaduais de Educação e outros órgãos envolvidos nos programas e projetos; e

- o nível municipal,

representado pelas Comissões Municipais, que são órgãos constituídos por voluntários, ou pessoas remuneradas, algumas vezes, por entidades locais e representativas das comunidades. Têm como atribuição: elaborar diagnóstico da situação da Instituição nos municípios, estabelecer prioridades, ajustar propostas, planejar e executar ações, bem como supervisionar programas e projetos.

A articulação dos níveis é realizada pelo Subsistema de Supervisão Global — Susug —, representado por uma imensa rede de recursos humanos que se estende das capitais a todos os municípios, em cada Unidade da Federação, e tem como papel principal ser o canal de interligação entre os diversos níveis, funcionando como catalisador e mobilizador das ações em desenvolvimento.

A norma orientadora do Mobral, no seu papel de órgão executor e de apoio, é a negociação global. Esta negociação assume, na esfera federal, um papel de articulação em termos de princípios, objetivos e grandes diretrizes conceituais e operacionais, tendo em vista a viabilização de proposta global de educação. Na esfera estadual, procura-se uma compatibilização onde são buscadas formas mais viáveis para o desenvolvimento de ações complementares e suplementares, adequando-as às diretrizes gerais. Na esfera municipal, objetiva-se que as ações ocorram de forma integrada, como fruto das negociações nos demais níveis, e que propiciem participação efetiva da comunidade, tanto em termos de expressão de suas necessidades e anseios, como de

co-participação administrativa das propostas educativas.

Público-Alvo

É fundamental a compreensão de que o Mobral visa "à alfabetização e, principalmente, à educação continuada de adolescentes e adultos", como consta textualmente na própria lei que o criou. Seus objetivos são políticos, sociais, econômicos e culturais: dar oportunidade de participação política a uma vasta parcela da população brasileira, constitucionalmente impedida de votar, pela sua condição analfabeta, além de conscientizá-la para seus direitos e deveres na esfera política; valorizar, incentivar e preservar a cultura popular, até então impedida de manifestar-se e expandir-se pela falta de canais adequados, contribuindo, desse modo, para impedir a perda de parte considerável — talvez a mais genuína e natural — da memória nacional; estimular a mobilidade vertical e garantir a justiça, na medida em que, educando, criam-se condições gerais de ascensão para grande parcela do povo brasileiro; instrumentalizar o homem para melhorar sua posição econômica no mercado de trabalho, através de ocupações autônomas, qualificando-o educacional e profissionalmente, bem como aumentando suas possibilidades de mobilização nos campos salarial e ocupacional.

Diante desta tarefa e considerando o número excessivamente alto de adultos analfabetos, a grande extensão territorial do País, as diversas realidades culturais e étnicas brasileiras, o Mobral optou por desenvolver um projeto em larga

Alfabetização



1978 — São alfabetizados
1.262.405 alunos neste
ano.
1979 — Quase 1.130.000
alfabetizados.
1980 — Mais de 811.000
alfabetizados



Seja um alfabetizador

**ENTRE
PARA O
MOBRAL**

INSCRIÇÕES:

Local:

Data:

Horário:

Mais de 100 mil alfabetizadores representam, atualmente, o elo mais importante entre a Instituição e a população de baixa renda na tarefa prioritária do ensino-aprendizagem dos códigos de comunicação gráfica. São eles os abnegados agentes e, igualmente, beneficiários do sistema de educação continuada de adolescentes e adultos. Esse trabalhador voluntário, recrutado na comunidade, é a chave do sucesso do sistema.

escala, através de uma metodologia centrada no diálogo entre os participantes da ação educativa — alunos e alfabetizadores — sobre temas ligados à realidade de vida daqueles. A finalidade era levá-los a refletir sobre a realidade que os cercava, capacitando-os, assim, para a transformação desta mesma realidade.

Esta fase caracterizou-se, portanto, pela intensa mobilização das lideranças empresariais e políticas, assim como pela notável aceitação nacional do projeto.

A mística que se criou em torno do movimento representado pelo *slogan* "Você também é responsável" causou grande impacto na consciência nacional.

Uma parcela da receita da loteria esportiva (6,75%), também criada na mesma época, e um percentual (1%, hoje 2%) do imposto de renda devido pelas empresas foram destinados ao Órgão, que recebeu um regime jurídico de fundação, para maior flexibilidade e autonomia nas ações.

Uma vasta campanha publicitária — basicamente improvisada e artesanal — foi lançada simultaneamente com uma ação política de contato direto com os governadores e prefeitos, objetivando introduzir o envolvimento comunitário com o Mobral.

A causa da alfabetização estava latente em todo o povo que aderiu à Instituição, permitindo as grandes realizações. Sob a imperiosa necessidade de se tornar massificante, adotaram-se alguns princípios fundamentais

para a condução do Projeto de Alfabetização Funcional¹:

- o homem em situação é o que importa, idéia que se consubstancia na metodologia adotada, não só para a alfabetização como para todos os projetos subsequentes;

- a aquisição das técnicas de ler, escrever e contar faz parte de um processo mais amplo, que culmina no desenvolvimento da consciência crítica e da responsabilidade social dos educandos;

- o processo educacional se dá numa perspectiva de autotransformação e transformação do mundo, exigindo a presença do outro, numa ação interpessoal; e

- a educação apreende, compreende e incorpora.

O Movimento conseguiu resultados bastante significativos: ainda em 1970, 613 municípios assinaram convênios com a Instituição, atendendo a 507 mil alunos, dos quais 172 mil foram alfabetizados; já em 1971, para um total de 3.405 municípios, 2 milhões 590 mil alunos foram beneficiados, tendo sido alfabetizados aproximadamente 1 milhão 81 mil.

No final de 1970, constatou-se de modo informal e empírico, em todas as frentes de trabalho, que os egressos da alfabetização aspiravam a novas oportunidades em seus estudos. Verificou-se também a elevada incidência de matrícula dos alunos da alfabetização funcional na faixa etária de 15 a 25 anos, o que representava grande parcela da população ativa.

Assim, como decorrência natural de suas atribuições legais, numa evolução indispensável do processo de educação permanente, e para evitar a regressão ao analfabetismo, outros projetos foram incorporados à ação do Mobral. Com isto, o recém-alfabetizado poderia prosseguir em sua trajetória educacional e, eventualmente, retornar ao sistema regular de ensino, continuando seus estudos.

Diversos procedimentos surgem a partir daí, exigidos pelo conceito cada vez mais profundo de funcionalidade. Os Projetos Cultural² e Profissional³ surgem, então, não como unidades isoladas, mas como partes integrantes de um todo — o sistema de educação permanente.

¹A alfabetização funcional foi implantada em 1970 como Programa de Alfabetização Funcional; na reforma institucional de 1981, foi mantida como área de prioridade, porém como Projeto de Alfabetização Funcional — PAF —, incorporado à Área de Educação Supletiva.

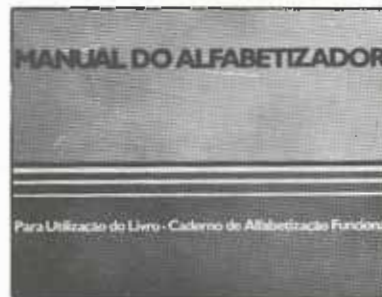
²Os incentivos às manifestações culturais desenvolveram-se a partir de 1973, coordenados pelo Programa de Atividades Culturais; em 1980, o Programa passou a denominar-se Desenvolvimento Cultural; na reforma de 1981, a rubrica oficial passou a ser Ações na Área Cultural.

³O Mobral desenvolve atividades de profissionalização desde 1973; em 1974 implantou o Programa de Profissionalização, que se subdividiu em subprogramas de Testagem e Orientação, Treinamento Profissional e Colocação de Mão-de-Obra. Em 1977, para oferecer cursos informais à clientela, foi criado o Programa de Educação Comunitária para o Trabalho — Petra. Em 1982 todas as atividades foram agrupadas como Projetos na Área de Profissionalização, os quais foram incorporados à Área de Educação Supletiva.

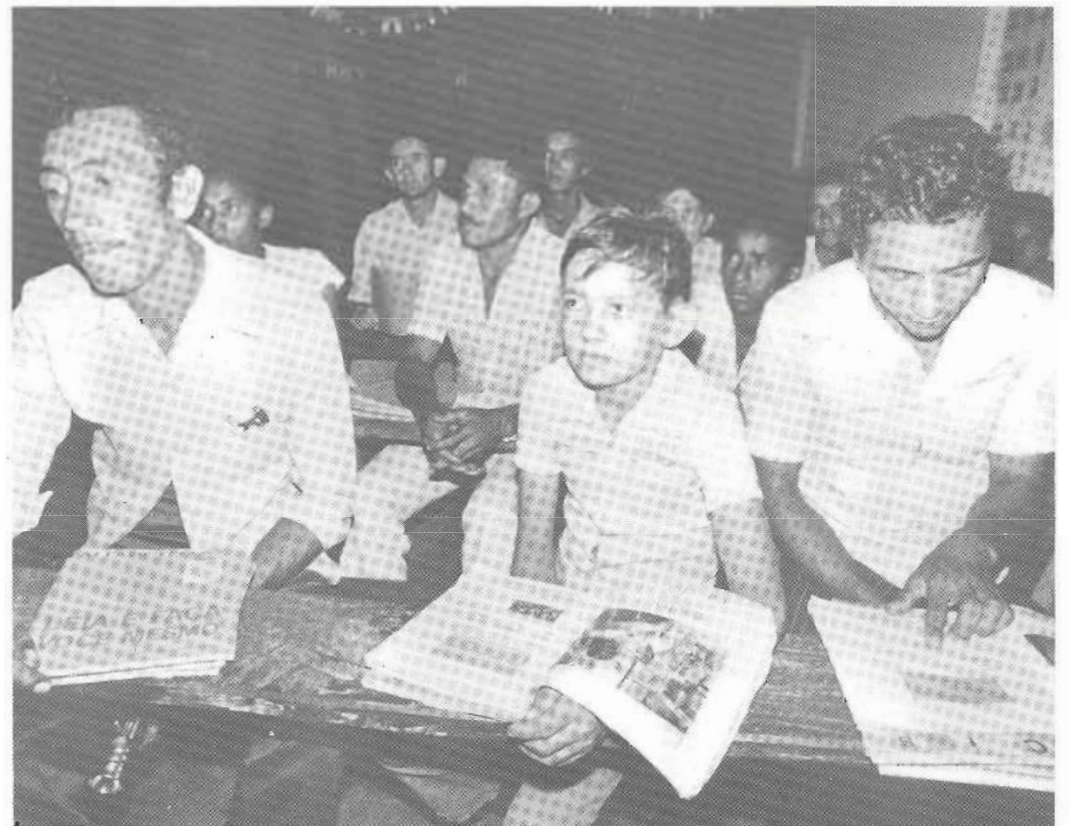
Alfabetização



1981 Quase 478.000 alfabetizados.
 É lançada a campanha Leitor faz Leitor.
 1982 — Alfabetizados são em número de 348.500.
 1983 Quase 190.000 alfabetizados.



A Fundação define a Educação de Adultos, como um dos elementos para a liberação cultural, política e econômica, enquanto parte de um processo mais amplo de realizações coletivas. Dentre os propósitos para os quais a Educação de Adultos se orienta, citamos: contribuir para o desenvolvimento pessoal e social; buscar constantemente a democratização da nação; permitir a prática social da participação; contribuir para a redução das desigualdades sociais; apoiar o desenvolvimento nas áreas socioeconômica e cultural. Para o homem, reverte-se num fator de conscientização e liberação, com o fim de mudar as atitudes e formar uma consciência crítica, instrumentalizando-o para o exercício da própria palavra.



Perfil da Década 70/80

O Mobral sempre entendeu que apenas alfabetizar um homem, apesar de importante, era muito pouco para o seu crescimento intelectual e cultural. Tinha, inclusive, a absoluta consciência de que uma pessoa apenas alfabetizada, sem condição de obter melhoria imediata e efetiva de renda, sem acesso ao sistema regular de ensino ou outras oportunidades de dar continuidade ao seu processo educativo, pouco uso poderia fazer de sua alfabetização, podendo mesmo regredir ao analfabetismo.

A proposta de educação de adultos foi se delineando logo após o primeiro ano de desenvolvimento do Projeto de Alfabetização Funcional — PAF. Pela demanda dos próprios egressos deste projeto, viu-se a Instituição compelida a agilitar a estruturação de um sistema de educação continuada já previsto na própria legislação que formalizou a existência do Mobral.

A partir das décadas de 60 e 70, começava-se a discutir a necessidade de se ampliar o campo de ação da educação de adultos, que cada vez mais passava a ser vista como um componente imprescindível ao crescimento econômico dos países. Esta preocupação se refletiu muito nitidamente no desenho de modelo de educação continuada, então esboçado pela Instituição. O desenvolvimento do modelo de educação permanente, delineado pelo Mobral, estava intimamente relacionado à política desenvolvimentista do País, implicando que o enfoque predominante deste sistema fosse econômico, sem contudo

abandonar os aspectos cultural e social. A educação de adultos, e dentro dela a alfabetização, era vista como uma das condições básicas para o crescimento econômico do País.

Este modelo de educação permanente buscou integrar a educação geral e o subsistema de educação para o trabalho. A educação geral traduziu-se por ações na área da alfabetização, cursos equivalentes às quatro primeiras séries do 1.º grau, desenvolvimento comunitário e ação cultural. No entanto, na prática educativa em desenvolvimento, foi apontada a insuficiência de um modelo de educação que tivesse como referencial básico o sistema econômico. A própria experiência junto a adultos, as necessidades expressadas por estes elementos, a

metodologia de trabalho adotada foram fatores que interferiram na mudança de enfoque do sistema de educação permanente, acabando por localizar na comunidade seu maior referencial. O desenvolvimento da ação do Mobral foi confirmando a idéia de que não era possível dar-se maior ênfase apenas a uma demanda específica da clientela, mas sim suprir indiretamente outras necessidades, através de um trabalho com intenso envolvimento comunitário.

A mudança no enfoque conceitual da educação permanente levou a Fundação a privilegiar a ação cultural como informadora do sistema e de todos os seus projetos. Este sistema abrange ofertas de educação geral e formação especial, porém não mais prioritariamente voltadas



Educação e o caminho para o questionamento da realidade e da necessidade de mudanças.

Educação Integrada



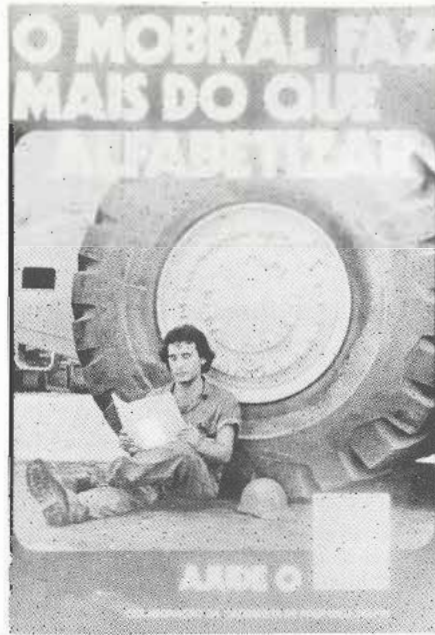
1971 — Lançado o Projeto de Educação Integrada — PEI, equivalente às quatro primeiras séries do 1º grau,

representando uma forma de apoio às pessoas que começam a estudar tardiamente, com a finalidade de criar condições mais favoráveis ao ingresso no mercado de trabalho.

Além disso, o ensino ministrado visa a estimular os alunos para a continuidade dos estudos, dentro ou fora do curso, a fim de desencadear um processo de educação permanente, de grande importância, na medida em que contribui para a elevação dos padrões de qualificação da mão-de-obra nacional. Participam, neste ano, 33.462 alunos.

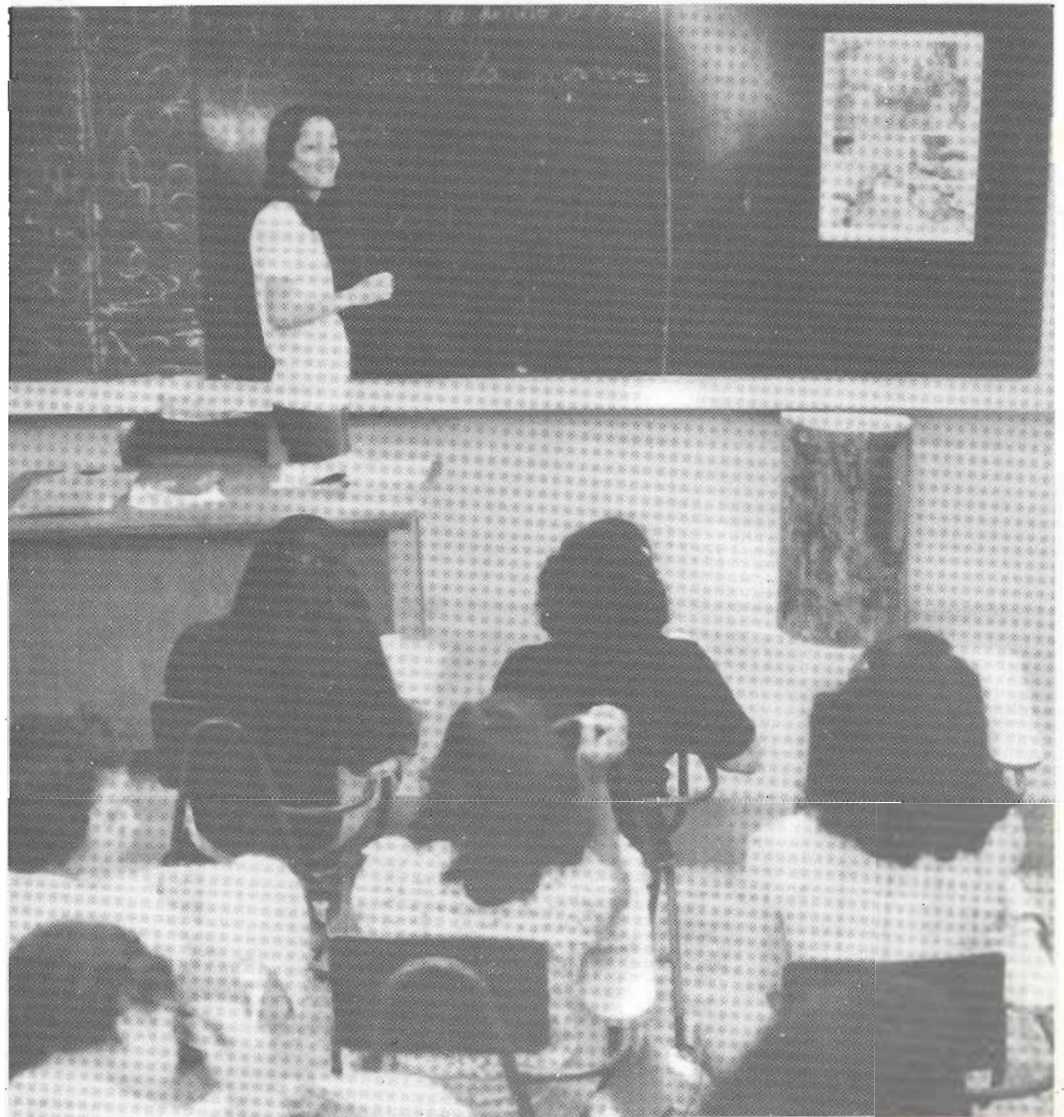
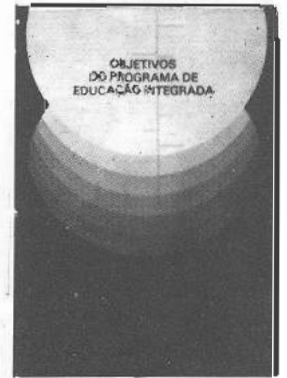
1972 — O PEI atende a 511.509 participantes.

1973 — Mobral experimenta, no Rio Grande do Norte, a aplicação do Projeto de Educação Integrada através do Rádio, em convênio com o Serviço de Assistência Rural e a Secretaria de Educação e Cultura do estado. O número de participantes é de 549.800 pessoas.



No Projeto de Educação Integrada, dirigido prioritariamente aos ex-alunos do Projeto de Alfabetização Funcional e que atende também a outros membros da comunidade, os livros de alunos e os manuais de professores abrangem desde os objetivos gerais do

curso até conteúdos de Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e noções de Trabalho e Integração Social. As aulas são ministradas em escolas da rede regular, e o material de divulgação recebe patrocínio do empresariado brasileiro.



para o mercado de trabalho, e sim para as próprias comunidades, espaço de desenvolvimento de ações educativas.

A concepção da educação de adultos no Mobral implicou o reconhecimento de que o indivíduo é um ser em formação contínua e dinâmica, o que exige uma ação duradoura e que se renova constantemente. A ação educativa deveria considerar as experiências de vida da clientela, sistematizando-as e enriquecendo-as, não se restringindo a processos escolares, mas atendendo às necessidades básicas e existenciais dos indivíduos. A educação é globalizante e não fragmentada, agindo nos diversos campos da ação humana e em níveis crescentes de aperfeiçoamento. A ação educativa deve se desenvolver com a participação de todos, capacitando o homem a explicitar suas potencialidades, a desenvolver-se como pessoa, que se relaciona com os outros homens e o seu meio, numa perspectiva de autotransformação e transformação do mundo.

O desenvolvimento dos projetos — a sua proposta metodológica — tem sua razão de ser calcada nesses princípios básicos.

Dentre estas preocupações, o fator regressão apresentou-se como uma das razões que levou o Mobral a criar outros projetos, sendo também elemento motivador para a implantação de um sistema de educação permanente.

Podemos detectar entre os

projetos e ações propostas um cuidado em envolver a clientela em potencial, motivando-a para a alfabetização e a educação permanente.

Assim, o Projeto de Educação Integrada — PEI¹ — surgiu não só da constatação de que a maioria dos alunos do PAF se concentrava na faixa de 15 a 25 anos, representando, portanto, a grande parcela da população ativa, mas também da suposição de que os egressos da alfabetização aspiravam a uma oportunidade de continuar seus estudos.

Outras experiências foram realizadas nos anos 70, voltadas para a motivação e intensificação da aprendizagem, buscando utilizar recursos audiovisuais, como por exemplo o PAF via rádio e TV. A utilização destes recursos fundamenta-se na constatação de que os modernos meios de comunicação de massa possibilitam o desenvolvimento de funções tais como educar, informar e difundir conhecimentos. O uso direto destes recursos no trabalho de campo apresenta-se, cada vez mais, como alternativa e resposta para problemas ligados à capacitação e à transmissão de conteúdos.

O planejamento que norteou a ação do Mobral teve como objetivo maior a tentativa de baixar, tanto quanto possível, o índice de analfabetismo apresentado pelo Censo Demográfico de 1970. Assim, até 1978, o Mobral Central estabeleceu metas de alfabetização por estado. Anualmente realizavam-se reuniões entre os Coordenadores e o corpo técnico do Mobral Central para discutir a

maneira de atingir tais metas. O estabelecimento de metas de alfabetização por estado/território foi muitas vezes criticado por serem elas elaboradas por um pequeno número de técnicos, sem maiores consultas ao pessoal de linha, assim como por servirem de instrumento de pressão, já que se transformaram num dos padrões de desempenho das Coordenações

Nos primeiros anos de desenvolvimento dos programas e projetos, as metas estabelecidas eram aparentemente atingidas com certa facilidade, talvez pelo próprio impulso inicial da Instituição enquanto uma campanha de impacto em nível nacional. No decorrer do tempo, foi-se verificando maior dificuldade no seu alcance e também certa resistência, por parte do voluntariado, em participar dos programas e projetos: o voluntariado vai se tornando mais difícil, seja pelo desgaste progressivo dessa prática, seja pela própria situação de empobrecimento dos grupos de base, seja, ainda, pela possibilidade de participação voluntária em movimentos de cunho sociopolítico, sem dúvida alguma mais estimulantes para as pessoas. A fim de tentar minimizar este problema, novos critérios de planejamento, além das metas, são introduzidos. Selecionaram-se estados que apresentavam um maior índice de analfabetismo (estados-bolsões) e procurou-se canalizar o maior

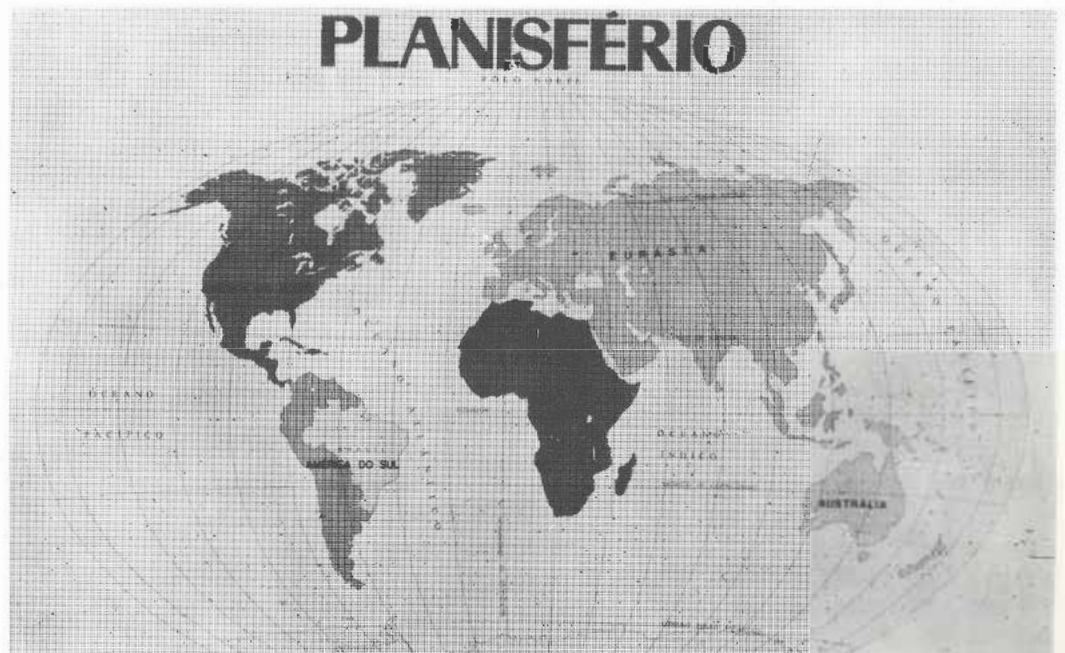
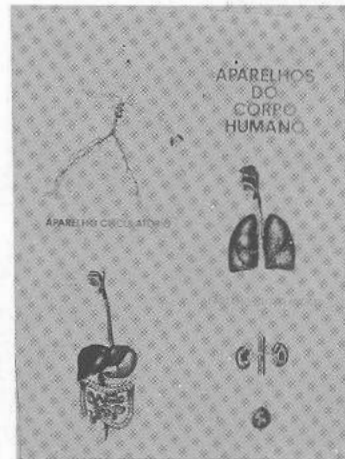
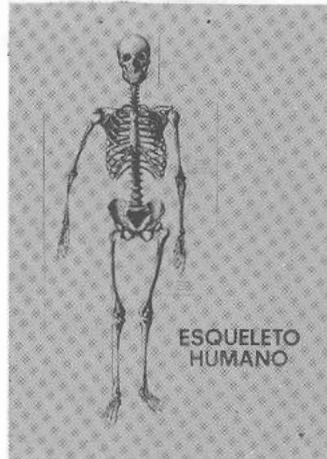
¹A educação integrada foi implantada em 1971 como Programa; em 1981 passou à condição de Projeto de Educação Integrada, subordinado à Área de Educação Supletiva.

Educação Integrada



1974 — São atendidas 580.800 pessoas.
1975 — Os beneficiados são 513.480 mobralsenses.
1976 — O PEI dá cursos a 440.520 pessoas.
1977 — Mais de 627 mil pessoas são atendidas pelo PEI.
1978 — Os participantes são em número de 472.000.
1979 — O Projeto atende a 208.000 pessoas.
É realizada a impressão de seis edições do **Jornal Rural**, cada um com 1 milhão de exemplares.

A Fundação desenvolveu campanhas e programas voltados para a busca de soluções práticas frente à crise da energia enfrentada pelo País, estimulando a utilização caseira de fontes alternativas de combustíveis, através do emprego dos recursos naturais existentes nas próprias comunidades. Por outro lado, os projetos básicos experimentavam o recurso do rádio e da TV, com o objetivo de atender a uma maior clientela.





A noção de cidadania política compreende o acesso aos benefícios sociais, como a alfabetização.

volume de recursos humanos, materiais e financeiros.

Apesar do esforço despendido, determinados estados ainda continuaram a apresentar um elevado índice de analfabetismo, por conta de três causas principais: a precária condição de vida do adulto analfabeto, dificultando a frequência às salas de aula; a falta de motivação do adulto para ser alfabetizado, diante da constatação de que isto não elevaria sua condição de vida; e a inadequação do modelo pedagógico adotado para a alfabetização, seguindo um padrão único nacional, sem considerar as especificidades dos vários grupos populacionais.

Nos anos de 1979/80, dentre vários fatos ocorridos nas esferas econômica, social e política da sociedade brasileira, desponta a questão da redemocratização aproximando a Entidade das políticas governamentais e prevendo nova dimensão para esses serviços educacionais.

Aspecto importante a ser considerado refere-se à relação entre o aumento das oportunidades da participação política e o acesso à alfabetização, tratada com ênfase especial nas diversas concepções em torno das finalidades da educação de adultos. Nesta medida, parece relevante investigar como o espaço

da cidadania é pensado por quem procura a alfabetização.

Partindo desta matriz liberal, as propostas de educação de adultos têm buscado, a partir da ênfase na transmissão eficiente dos conteúdos instrumentais (leitura, escrita e cálculo), fazer da alfabetização um meio de ampliar as possibilidades de participação política de amplos contingentes à margem. No entanto, entendemos que seria interessante analisar como o problema da extensão dos direitos políticos e da constituição da cidadania tem sido pensado por aqueles contingentes.

Considerando algumas observações a partir de contatos e entrevistas com alunos do PAF, parece possível supor que o acesso ao direito de votar não assume prioridade quando se compara com os aspectos referentes à obtenção de certos benefícios e serviços sociais.

A alfabetização, enquanto estratégia de inserção social mais ampla e segura, permite também especular se a obtenção de um acesso mais facilitado a determinados benefícios sociais tenderia a assumir peso maior, na estratégia de vida dos sujeitos, do que a possibilidade de acesso à cidadania política.

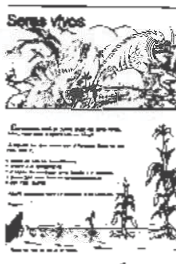
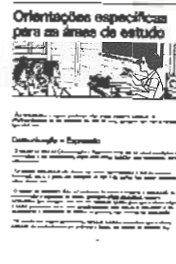
Ao fazer estas considerações, não se está tentando minimizar a importância da extensão dos direitos políticos, apenas especula-se sobre a possibilidade de existir uma hierarquia de valores que difere da visão dominante em relação as dimensões mais prioritárias que constituem a noção de cidadania.

Educação Integrada



1981 — O número de beneficiados é de 365.280.
 1982 Quase 542.000 alunos são atendidos no PEI.
 1983 — O PEI beneficia mais de 470.000 alunos.
 1984 Convênios prevêem atendimento a mais de 640.000 alunos.

O Projeto de Autodidatismo vem aumentando as oportunidades de estudo para os adolescentes e adultos alfabetizados que não concluíram as quatro primeiras séries do 1º grau.



O objetivo do autodidatismo é fornecer informações, visando ao aprimoramento no desempenho de funções profissionais que requeiram conhecimentos em nível das quatro primeiras séries do 1º grau, proporcionando condições de maior produtividade aos já integrados no mercado de trabalho e permitindo o acesso a ocupações de maior complexidade. Aos órgãos que mantêm convênio com o Mobral cabe organizar o esquema de distribuição e de horas-aula.



O conjunto dos roteiros das atividades de autodidatismo cobre as áreas de Comunicação e Expressão, Matemática, Integração Social e Ciências Físicas e Biológicas. Tais roteiros são muito bem aceitos por alunos e professores. Estimulam a participação do aluno mediante questões que

relacionam o conteúdo tratado à sua realidade, propostas de discussões, sugestões de exercícios e de conhecimento de outras fontes de estudo. Têm linguagem e ilustrações simples, de fácil compreensão e facilitam o estudo individualizado, levando à diversificação.

Novos Rumos

Visão Crítica

O Mobral sempre esteve presente aos eventos internacionais voltados para o desenvolvimento da área educacional, acatando as resoluções apresentadas e encaminhando novas propostas. Exemplo desta participação foi sua presença na Conferência Regional de Ministros de Educação e de Ministros Encarregados do Planejamento Econômico dos Estados-Membros da América Latina e do Caribe, realizada no México, em 1979, na qual é recomendado que o "planejamento educacional promova a participação e incorporação de todos os grupos e instituições comprometidos de alguma maneira com as atividades educativas, sejam estas formais ou não-formais".

Já na reunião de Quito sobre o Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe, da Oficina Regional de la Unesco para la Educación en América Latina y el Caribe—Orealc—, realizada em abril de 1981, recomenda-se, entre outros aspectos, que haja "um vínculo maior entre a educação e o mundo do trabalho, mediante a ampliação de educação permanente e de adultos e uma melhor articulação entre educação escolar e extra-escolar".

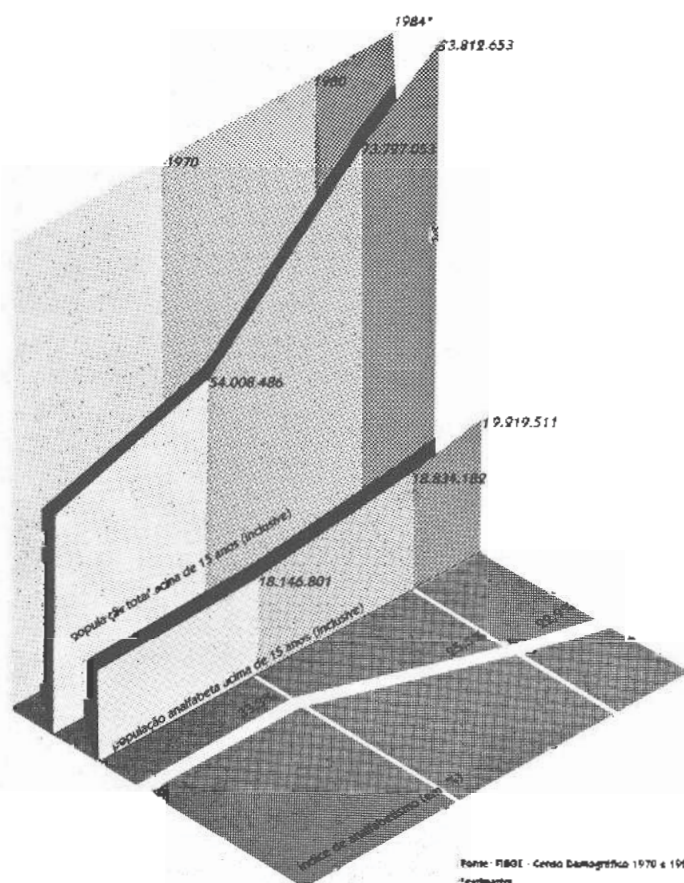
Ainda nessa mesma linha, o referido Projeto se propõe a estender oportunidades escolares e extra-escolares de educação básica a crianças, jovens e adultos.

No documento do Projeto Principal, destaca-se que para alcançar o objetivo proposto é necessário haver mudanças e inovações na orientação, nos conteúdos e nos métodos educacionais, garantindo "uma articulação funcional e operacional entre os programas de educação escolar e extra-escolar".

É necessário, porém, associar o lento movimento da ação alfabetizadora do Mobral ao próprio comportamento da economia do País e suas conseqüências em nível do social; verificar que não há uma correspondência unívoca entre o comprometimento de uma ação educativa junto às camadas pobres da população e o

GRÁFICO 1

Índice de analfabetismo estimado



Ação Comunitária



1975 — Implantado o Projeto Diversificado de Ação Comunitária — Prodac —, com o objetivo de "aproveitar as populações engajadas nos outros projetos do Mobral para, juntamente com os grupos locais, atuarem efetivamente nas áreas de educação, saúde, saneamento, promoção profissional, nutrição, habitação, atividades de produção, conservação da natureza, esporte e pesquisa".



Se a metodologia é a da educação não-formal, ela só poderia ser desenvolvida mediante a participação da comunidade, desde o planejamento até os momentos mais caracteristicamente reconhecidos como de transmissão de conhecimentos dos códigos de leitura, escrita e

cálculo, isto é, o processo universalmente rotulado de alfabetização. O planejamento participativo leva à execução participativa de outras atividades informais desta educação continuada, permanente. O engajamento da comunidade, das bases, dos indivíduos e grupos em todos os

municípios brasileiros é o segredo do êxito deste Movimento que, há quase 15 anos, mobiliza, sensibiliza e demonstra o interesse das populações de baixa renda em utilizar a alfabetização como meio de ascensão social. A alfabetização é o primeiro passo para a libertação.

compromisso do modelo econômico com essa mesma população. É em função dos desdobramentos da política econômica que a educação busca a sua afirmação, caracterizando-se, historicamente, ora como um fator econômico, ora como um fato social em si mesmo.

Apesar do reconhecimento de que o analfabetismo é uma das vertentes da problemática social existente, o Estado nem sempre tem condições de emprestar-lhe um tratamento prioritário, em função, especialmente, de contextos de crise, onde os recursos tornam-se escassos. De qualquer forma, não se trata meramente de resgatar uma educação que não foi oferecida em tempo próprio a uma parcela da população, e sim, de recolocar a alfabetização no quadro de uma educação de adultos, em que sejam construídos seus próprios componentes a partir das características socioeconômicas dos grupos populacionais.

Para esse reposicionamento do Mobral no sistema educacional brasileiro, contribuiu também o reconhecimento, por parte da opinião pública, do relativo insucesso na redução das taxas de analfabetismo, fato constatado pela divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1980.

Esperava-se que a ação do Mobral fosse suficiente para que se chegasse ao índice de 10% de analfabetismo no ano do recenseamento. Entretanto, este índice, que era de 33,6% para a população de 15 anos e mais em 1970, caiu para apenas 25,5%

em 1980, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Caso se pretendesse analisar mais profundamente o quadro de analfabetismo revelado pelo Censo de 1980, seria necessária uma avaliação que o situasse no contexto do subdesenvolvimento, além de um estudo bastante amplo do sistema educacional brasileiro no que se refere a aspectos de abrangência e qualidade de ensino. Observa-se que, em todos os países do Terceiro Mundo, os dados de analfabetismo relacionam-se diretamente com as condições de pobreza. Mesmo assim, há que se considerar que os índices anteriormente apontados estavam muito aquém da expectativa gerada pelo próprio Mobral.

Desse modo, as diretrizes do MEC para a Instituição e a divulgação dos resultados do Censo, somadas às inúmeras críticas que já vinham sendo feitas por profissionais da área de educação, situam o momento em que o Mobral passa à rediscussão sobre a forma própria pela qual viria a atuar na área de educação de adultos. Segundo o Presidente Claudio Moreira, por ocasião do Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos, "só através de uma visão clara, rigorosa e objetiva é que será possível problematizar criticamente o fenômeno do analfabetismo e equacioná-lo não como um mal em si mesmo, mas como um dos muitos sintomas do tecido social (fome, miséria, delinquência, etc.) que, enquanto tais, têm as suas raízes na própria estrutura

da sociedade e no processo social no qual a população analfabeta se acha inserida. Acredito que só através dessa percepção é que administradores e agentes terão condições de encontrar formas mais criativas e modos mais corretos e competentes para buscar soluções eficazes, visando à resolução de uma equação que, pelo número e complexidade de suas variáveis, representa um dos grandes, talvez o maior desafio para a educação neste fim de século. Equacionamento que tem por base o reconhecimento de que o analfabetismo é de fato uma 'deficiência culturalmente grave, mas que nada tem de sociologicamente anormal', sendo, isso sim, mais um dos indicadores da natureza do sistema econômico-social e da etapa onde se encontra o processo de desenvolvimento nacional de cada país. Essa leitura tem condições de evitar ou minimizar, naqueles que respondem pela administração de tais programas, uma ação movida por sentimentos de alarme e de catástrofe como a de quem vê o analfabetismo como um mal social a ser extirpado a curto prazo e a todo custo, trazendo como consequência um açodamento na ação, um ativismo cujo custo é muito alto frente a resultados relativamente pouco expressivos".

O Mobral, a partir de 1981, inicia um processo de transformações técnico-administrativas em todos os níveis da Instituição, objetivando efetivar compromisso mais estreito com as políticas e diretrizes emanadas do MEC, ao qual se acha vinculado.

Ação Comunitária



1975 — As ações do Prodac são integradas com o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, Instituto Nacional de Previdência Social, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e outras instituições similares.



O crescimento qualitativo dos grupos, no processo da autogestão de suas propostas educativas, ocorre com o envolvimento da comunidade nas diversas etapas do processo decisório, quais sejam, elaboração do diagnóstico; interpretação e

solução de seus problemas; definição de espaço, tempo, formas e meios de trabalho; na determinação de objetivos e conteúdos dos projetos educativos; na elaboração de materiais didáticos; na avaliação das ações/projetos desenvolvidos.



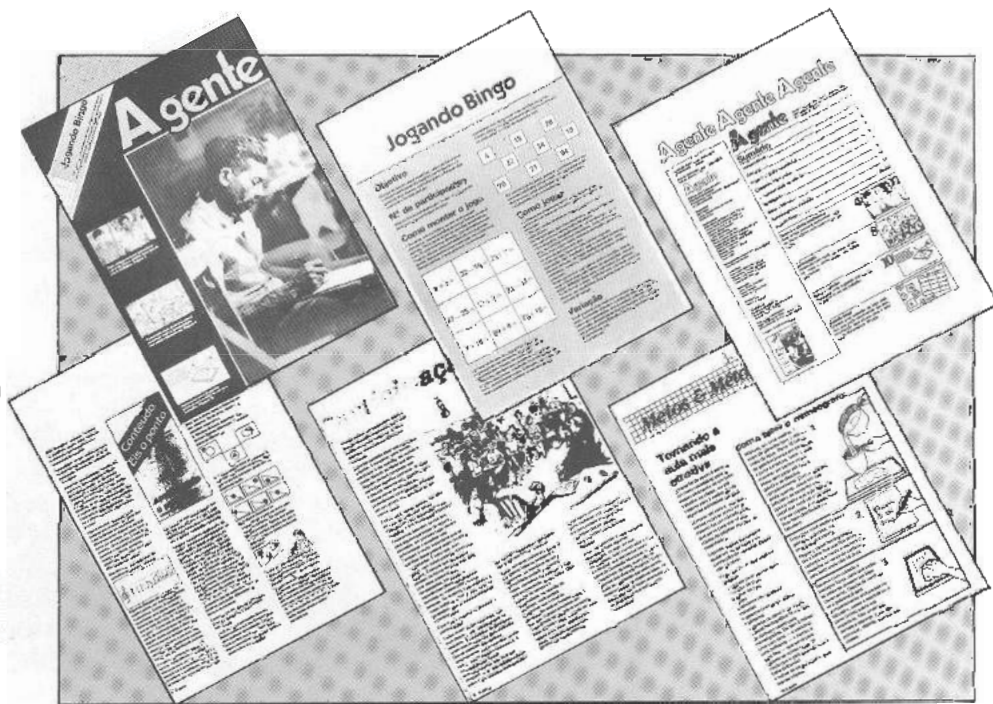
O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto para o quinquênio 1980-85 definia, então, como áreas prioritárias de ação a educação básica e o desenvolvimento cultural. Para cumprir esses objetivos, várias medidas foram tomadas, entre elas o redirecionamento do trabalho da Fundação, redefinindo-se suas linhas de atuação em apoio às ações da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus — Seps —, para o desenvolvimento da educação básica nas Unidades da Federação que, na ocasião, se voltavam, prioritariamente, para o atendimento às áreas da educação pré-escolar e do ensino supletivo. O Mobral dimensionou, ainda, o inter-relacionamento com as Secretarias da Cultura, de Educação Física e Desportos e de Ensino Superior, para a concretização de propostas de ação conjunta. Na tentativa de encontrar uma metodologia que viabilizasse a alfabetização funcional, a Instituição buscou o envolvimento comunitário e, pela sua prática educacional, chegou à construção de uma metodologia de educação, centrada em processos de trabalho comunitário. Para tal, evidenciou-se a necessidade de retomar estudos que permitissem o estabelecimento de referenciais teórico-metodológicos que situassem a educação de adultos no atual contexto sociopolítico e econômico do Brasil.

Já fixadas as prioridades do MEC, fez-se necessário que, utilizando esta mesma metodologia de educação comunitária (construída a partir

de um envolvimento de bases e, em especial, com segmentos mais carentes da população), se desenvolvessem alternativas operacionais que buscassem reforçar as citadas prioridades, respondendo cada vez mais adequadamente às características do projeto social que o MEC desejou desenvolver.

Alguns projetos desenvolvidos pela Instituição foram absorvidos como conteúdos de grandes propostas educacionais implementadas. Outros, desativados ou executados por ação delegada de outras áreas ou órgãos do MEC, sendo neste caso negociada a sua execução, de modo a não comprometer o esforço do Mobral nas suas tarefas prioritárias, que são educação pré-escolar, supletiva e desenvolvimento cultural.

A concepção de programas e projetos e sua oferta baseia-se em princípios que orientam a ação da Instituição: participação comunitária, onde as propostas e metas são delineadas a partir das necessidades e interesses manifestados pela comunidade; globalização, que garante o direcionamento das propostas para o real atendimento das necessidades globais do homem, sujeito e objeto da ação; integração, já que o atendimento às necessidades supõe a participação ativa e integrada com todas as entidades na busca de soluções; e descentralização, pelo fato de as propostas e metas objetivarem dimensionar a atuação nacional do Mobral, com o estabelecimento de parâmetros de trabalho estreitamente correlacionados com a realidade sociocultural e econômica de cada Unidade da Federação.



A capacitação dos Agentes é permanente via publicações voltadas para este segmento.

Ação Comunitária



1978 — Lançado o Projeto Tecnologia da Escassez, visando a recolher exemplos da cultura técnica do povo, avaliá-los e divulgá-los em nível nacional, para que possam contribuir largamente para a melhoria do nível de vida das comunidades.



Os técnicos vão ao campo. Observam a realidade. Convivem com ela. Levantam os problemas. Estimulam a participação das pessoas para que todos, e cada um em particular, manifestem suas aspirações, seus desejos e tudo que signifique benefício para a localidade e para a região. Os técnicos registram as reivindicações. Sem paternalismo deixam que a comunidade fale, e compartilham do trabalho de construir a nova realidade.



Para desenvolver as ações propostas ou outras que lhes foram delegadas pelo MEC, o Mobral manteve a estrutura existente nos três níveis administrativos: municipal, através das Comissões Municipais — Comun; estadual ou territorial, através das Coordenações Estaduais — Coest — e das Coordenações Territoriais — Coter; e federal, através do Mobral Central. Em linhas gerais, o nível central exerce a função coordenadora do processo de planejamento global, em consonância com as diretrizes da Seps/MEC, assumindo, conseqüentemente, o acompanhamento e a avaliação dos projetos. Além disso, o treinamento dos recursos humanos da Coest/Coter e as tarefas de supervisão são realizadas pelo Mobral Central, quando necessário e pertinente. O nível intermediário — Coest ou Coter — continua coordenando os projetos do Mobral em cada Unidade da Federação, ajustando as diretrizes de planejamento e metodologia de ação às realidades estaduais e territoriais. Este nível de ação mantém permanente contato com as Secretarias de Educação e com outros órgãos locais, envolvidos nos projetos.

A reestruturação do Mobral exigiu, conseqüentemente, nova esquematização das múltiplas atividades até então desenvolvidas pela Instituição, que foram agrupadas em áreas e ações. Assim, as áreas foram divididas em Educação Supletiva e Educação Pré-Escolar, enquanto as ações se voltaram para os campos de educação para a saúde e cultura, além das ações

integradas — estas últimas tratadas em capítulo específico. A Área de Educação Supletiva desenvolve os seguintes projetos:

- Projeto de Alfabetização Funcional — PAF — objetiva levar a clientela à aquisição das técnicas de leitura, escrita e cálculo e à sua aplicação em situações de vida. O Mobral promove a capacitação, executa a supervisão, doa o material didático e gratifica os monitores. Este Projeto é realizado entre 6 e 10 meses.
- Projeto de Educação Integrada — PEI — corresponde às quatro primeiras séries do 1.º grau e é realizado num período de 10 a 18 meses. Desenvolve-se através de convênios com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, além de entidades, contribuindo o Mobral com o material didático, a capacitação e também com a gratificação dos monitores, em alguns casos.
- Projeto de Autodidatismo — PAD⁵ — destina-se, atualmente, à comunidade em geral e à capacitação de professores não-habilitados, a partir do método de aprendizagem sem o acompanhamento de um professor (metodologia de autodidaxia).

Projetos na Área de Educação para o Trabalho — se subdivide em:

- Projeto de Educação Comunitária para o Trabalho — Petra —, que se dirige prioritariamente para alunos e ex-alunos do PAF e PEI, bem

como para familiares dos participantes da Área de Educação Pré-Escolar, através da oferta de cursos livres.

- Articulação com Entidades de Treinamento Profissional ou similares: volta-se para a capacitação dos participantes de outros projetos do Mobral, através de convênios com entidades de formação profissional.
- Balcão de Emprego e Serviços — presta serviços à comunidade, na intermediação entre a procura e a oferta de mão-de-obra.
- Grupos de Produção — objetiva a melhoria de renda de adolescentes e adultos de baixo poder aquisitivo.

A Área de Educação Pré-Escolar tem como público específico para atendimento crianças na faixa etária de 4 a 6 anos. Sua implantação deve ocorrer desde que haja possibilidade de absorção pelos Sistemas de Ensino, na rede escolar de 1.º grau, daqueles que atingiram a idade própria, conforme preceitua a Lei n.º 5.692, de 1971.

Embora já realizasse experiências neste campo, ditadas pelas expectativas da população de baixa renda com a qual trabalha, o Mobral só formalizou e sistematizou as ações da Área a partir da

⁵O autodidatismo nasceu em 1975 como Programa. Em 1981 transformou-se em Projeto de Autodidatismo, incorporado a Área de Educação Supletiva.

Ação Comunitária



1979 — Implantado o Projeto Diagnóstico Municipal em um terço dos municípios da Federação.



Por que o homem trabalha? Esta é uma das perguntas constantes dos manuais dos grupos de ação comunitária formados nas localidades em que os diversos projetos da Educação Supletiva estão presentes. A comunidade encontra em si mesma a possibilidade de novas formas de satisfação e realização no trabalho. Pensa, decide, arregaça as mangas e vai plantar hortas, construir casas e trabalhar em outras atividades que atendam a necessidades prioritárias da coletividade. Tudo é feito em equipe.





A criança, essência do ser, é acolhida pela Instituição, que procura garantir-lhe o direito à educação e ao desenvolvimento de suas capacidades inatas, através da Área de Educação Pré-Escolar, destinada a atender a faixa etária de quatro a seis anos.

convocação, pelo Ministério da Educação e Cultura, para se juntar ao esforço nacional de atendimento à criança da pré-escola. Isto significou a participação da Entidade no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto para o quinquênio 1980-85, que definia como áreas prioritárias de ação a educação básica e o desenvolvimento cultural.

Para cumprir esses objetivos, várias medidas foram tomadas, entre elas o redirecionamento do trabalho da Fundação, redefinindo-se suas linhas de atuação em apoio às ações da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, para o desenvolvimento da educação básica nas Unidades da Federação. Tais linhas se traduziam, prioritariamente, no atendimento às áreas do pré-escolar e do ensino supletivo.

PIS - Lei 7.051/82
 201.28.2198

Também em decorrência da Lei n.º 7.051, de 1982, regulamentada pelo Decreto n.º 88.938, de 1983, foi delegada ao Mobral a difusão de noções básicas de saúde, higiene e alimentação; tais ações têm caráter essencialmente preventivo e sistemático. Elas são viabilizadas por meio de convênios com outros setores do governo e implementadas mediante projetos especiais, com duração limitada, campanhas e, em caráter permanente, através de noções educativas contidas nos projetos da Fundação.

As ações da área da cultura visam a estimular a criação, a produção e a difusão culturais, preservando a cultura local — o artesanato, o folclore, as artes plásticas, a literatura oral e de cordel —, assim como os hábitos e os costumes, o respeito às

tradições, a conservação do patrimônio artístico, histórico e ecológico, com o objetivo de apoiar o aprendizado inicial das técnicas de ler, escrever e contar. Postos e Comissões Municipais recebem e divulgam livros e publicações remetidas pelo Mobral Central, que têm caráter de extensão educativa e cultural para o neo-alfabetizado, e produzem também boletins locais, de caráter comunitário. Mobraltecas e Minimobraltecas, que são unidades operacionais móveis, complementam o trabalho das unidades fixas, os Postos, e percorrem o País apresentando biblioteca com empréstimos de livros, teatro de bonecos e teatro vivo, filmes de cinema e televisão, exposições, além de promoverem gincanas e outros eventos festivos para estímulo ao lazer criativo da população.

Cultura



1973 — Nasce o Projeto de Atividades Culturais, que amplia o universo cultural do aluno do Mobral e fixa a aprendizagem, evitando o fenômeno da regressão. Abrem-se os primeiros postos culturais fixos e é inaugurada a primeira Mobraleca, uma unidade operacional móvel (carro, vagão ferroviário ou barco) destinada à realização itinerante de atividades culturais.



O Posto do Mobral sempre constituiu fator de aglutinação popular. Por isso, com o apoio

de entidades públicas e particulares, a Instituição promove atividades de lazer que

valorizam a cultura local e contam sempre com a participação de toda a população

FESTIVAL DE MÚSICA DOS ALUNOS E AGENTES DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DO DF



Prêmios

1º lugar:	Cr\$ 130.000
2º lugar:	Cr\$ 100.000
3º lugar:	Cr\$ 90.000
4º lugar:	Cr\$ 70.000
5º lugar:	Cr\$ 60.000
Melhor intérprete:	Cr\$ 50.000

Promoção:
Criação do Mobral/DF
Colaboração:
Mobral Central
Administração Regional
Civ. José Espalheira
Apoio:
Comissões Municipais do Mobral

DIA 21 DE SETEMBRO DE 1984 ÀS 19h30min NO CLUBE INDUSTRIAL DE TAGUATINGA-CIT

II Festival do Seringueiro
Plácido de Castro-Acre



Data:
8 e 9 de Setembro de 1984

Promoção:
Mobral
Emater
Sudhevea

Relação entre Educação de Adultos e Participação

É refletindo sobre a história do Mobral, há 14 anos atuando nas mais distintas realidades brasileiras, que percebemos a contribuição da educação de adultos na solução, ou, pelo menos, no encaminhamento de soluções, para alguns dos problemas de nossa sociedade.

O contato próximo e permanente com as populações de baixa renda demonstrou à Fundação Mobral que a prestação de serviços educacionais não pode, por exemplo, se restringir à mera organização de grupos de alfabetização de adultos, ou à formação de cursos de iniciação profissional, pois é a própria vivência dos participantes, a própria dinâmica de cada comunidade que vai orientar o tipo de prática educativa necessária num determinado momento. Isto porque, na maioria das vezes, os objetivos específicos traçados em nível teórico colidem com as necessidades sentidas pela população, inseridas numa totalidade social que quase sempre não é apreendida convenientemente pelos planejadores da educação.

Por outro lado, como o serviço educacional constitui uma prática social, que atua ao lado de outras práticas, não pode estar dissociado das demais

ações, sob pena de se reduzir a um fato isolado não representativo e descartável, no âmbito da comunidade. A regressão ao analfabetismo é um problema que pode ser incluído nesta situação.

O trabalho com populações que concentram grave e diversificado quadro de carências básicas constitui um mosaico a ser percebido e trabalhado em suas manifestações prioritárias e sem nunca perder de vista o referencial dado pela totalidade social.

A nossa experiência denota que, ao ser levado a ampliar sua oferta educativa original, indo mais concretamente ao encontro das necessidades das populações, em termos de saúde, higiene, alimentação, continuidade de estudos, entre outras possibilidades, o Mobral ressentiu-se, muitas vezes, de sua própria limitação institucional.

É a partir desta verificação que se pode formular uma primeira recorrência quanto ao papel da educação de adultos em nossa sociedade, ou seja, a necessidade de vinculá-la à totalidade social. Em termos concretos, é preciso que se busque relacioná-la aos projetos de desenvolvimento, aos movimentos de democratização, às atividades de cunho sociopolítico, enfim, ao conjunto de ações que está sendo gerado pela própria comunidade e que se volta para a modificação da sua realidade.

Assim é que, na trajetória do Mobral, a percepção da totalidade

social para a realização das ações específicas da educação de adultos era viabilizada por meio de projetos de ação e desenvolvimento comunitário, durante os anos 70, partindo de um enfoque mais pedagógico até concretizar o trabalho numa linha mais operacional e mobilizadora.

A revisão desta abordagem, processada no início da década de 80, orientou para a definição de uma estratégia centrada na difusão de uma metodologia de educação comunitária, constituindo, hoje, o referencial para todas as ações. Cada projeto passa a ser, portanto, referenciado aos postulados da metodologia de educação comunitária, que considera, para seu desenvolvimento, as características, as necessidades e o momento político da população. O projeto específico de alfabetização deve estar vinculado a um trabalho anterior de diagnóstico socioeducacional, em que se levantam as expectativas da população com a qual se pretende trabalhar, de modo a se buscar perceber a inter-relação do ato educativo com o fato social expresso pela comunidade.

Quando emprestamos ênfase à idéia de totalidade social, não pretendemos apenas nos referir à necessidade de percepção dos diferentes segmentos da população, mas, igualmente, perceber quem está atuando, em nome de quem está realizando, determinado projeto, como e por que o desenvolve, entre outros questionamentos.

Cultura



1977 — Os Postos Culturais instalados já chegaram a 2.177. Há seis Mobraltecas e 30 Minimobraltecas, além das Tendas Culturais.



A cultura representa um fator indispensável na busca de soluções para os nossos problemas políticos, econômicos e sociais. Não se separam as condições do meio ambiente, este é constituído tanto pela natureza, quanto por todas as coisas do fazer humano. Assim, a Instituição procura absorver o conteúdo das culturas específicas com a participação da comunidade, garantindo que mesmo o processo de apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. Esta orientação é seriamente observada nas suas propostas educacionais.



Em decorrência, a visualização do trabalho de organismos do Estado e de grupos privados na área em que se pretende atuar, assim como a busca de uma integração operativa, vem constituindo para o Mobral, especialmente nesses últimos anos, um de seus compromissos fundamentais.

A educação de adultos, como vem sendo desenvolvida pelo Mobral, caracteriza-se por assumir como função básica o atendimento educacional, com características não-formais, pela oferta de projetos que pretendem ser adequados às necessidades da população, e como uma função secundária, porém não menos importante, a intermediação.

A questão da participação se coloca em todas as instâncias de abordagem do Mobral, seja em nível do trabalho integrado com outras instituições, seja, principalmente, na ação direta com as populações, onde se pretende que ocorra o exercício educativo da participação, desde a realização do diagnóstico da realidade local, até a própria feitura do material didático a ser adotado pelos grupos de alfabetização, para citarmos apenas um dos aspectos técnicos do processo.

Na atual fase de transição política do País, ficou evidenciado, para o Mobral, o potencial da educação de adultos, considerada uma das áreas em condições de aglutinar um compromisso comum do conjunto da sociedade. Isto fica patente, pois independente da

orientação político-partidária local, as ações da educação de adultos vêm mobilizando e facilitando a aproximação dos diferentes grupos que realizam o trabalho social.

Sem dúvida, é a adoção da idéia do participativo na construção dos componentes da proposta educativa viabilizadora das ações diferenciadas que resguardam os traços socioculturais de cada realidade.

É sob este ângulo que podemos levantar a hipótese de que há um espaço comum para a realização dos mais diferenciados trabalhos entre grupos com posições aparentemente antagônicas, no marco comum e comprometido de uma educação de adultos participativa.

A participação não é um conceito neutro. Ao contrário, é eminentemente político e se caracteriza pela tomada de consciência e pela ação dos grupos sociais sobre sua realidade, a partir de um conjunto de aspectos discutidos pelo coletivo.

Há que se refletir e se buscar uma inter-relação conceitual da idéia de participação com a área de educação de adultos, de modo a se fundamentarem as ações desenvolvidas para que não resultem em experiências isoladas e assistemáticas.

Ao considerar a educação de adultos como uma das vertentes da educação, verifica-se que não se trata de um instrumento específico de transformação da realidade, apesar de permitir e

ter condições de acompanhar a sua concretização, sob determinadas condições históricas e políticas. Por outro lado, a educação de adultos deve ser apreendida em um quadro geral, em função das distintas dimensões da sociedade: política, econômica e sociocultural.

A relação que se estabelece educação de adultos e participação — pode revelar uma possível chave para o encaminhamento ou fortalecimento de uma proposta democrática, especialmente ao se considerarem as características da população com que se trabalha e a perspectiva política de nossos povos.

É nesse sentido e de forma resumida que, segundo o documento Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no Âmbito do Mobral, podemos visualizar a educação de adultos, de acordo com os diferentes contextos sociopolíticos:

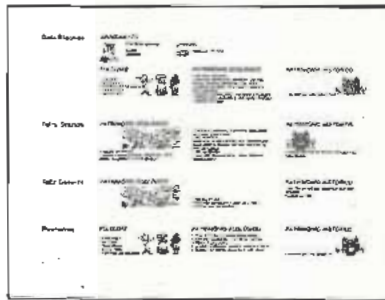
“● elemento que contribui para a liberação cultural, política e econômica dos povos, enquanto parte de um processo mais amplo de realizações coletivas;

● instrumento estratégico que, através de um conjunto de processos educativos de vocações várias, orienta-se para diferentes propósitos: contribuir para a redução das desigualdades sociais; apoiar os processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural, afirmar a prática social da participação; buscar

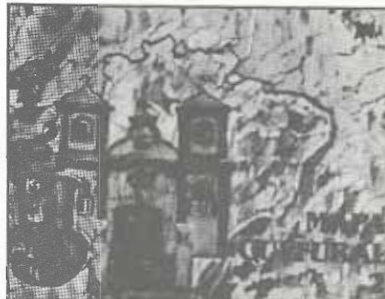
Cultura



1977 — O Mobral é encarregado pelo Ministério da Educação e Cultura de desenvolver, em todo o território nacional, a Campanha Esporte para Todos, visando a despertar a consciência do povo brasileiro para a importância do lazer esportivo.



As atividades de cultura compreendem desde estímulo ao artesanato, grupos folclóricos e musicais, teatro, defesa do patrimônio histórico e da ecologia até encontros como o das rezadeiras, realizado no Rio Grande do Norte, que pode ser visto na última foto desta página. A diretriz é o respeito à cultura e aos valores locais.



permanentemente a democratização dos diferentes setores da vida nacional: favorecer o desenvolvimento pessoal, comunitário e social, na plenitude de suas manifestações:

- fator de conscientização e liberação, outorgando especial importância à mudança de atitudes e à formação de uma consciência crítica no homem; lugar de estimular e instrumentalizar o cidadão para o exercício da palavra própria.

Acreditamos que o fato de a alfabetização ter-se ampliado abre novos espaços de participação econômica, política e social, desde que a proposta contenha os pressupostos básicos requeridos a uma educação de adultos.

Estratégias, Metas e Prioridades

A intenção de realizar um trabalho comprometido com as reivindicações dos grupos menos favorecidos da população foi reafirmada em 1981, conforme dito anteriormente, com a adoção do planejamento participativo, permitindo que estratégias e metas fossem estabelecidas a partir das necessidades locais. No tocante ao enfoque operacional dos projetos, a integração e a globalização das ofertas foram consideradas como princípios fundamentais de trabalho. A ação comunitária passou a ser vista

como uma metodologia de todo o trabalho e à medida que foi sendo adotada, diversos projetos identificaram pontos de integração.

O ano de 1982 se caracterizou por um período de mudança comportamental, principalmente no que se refere à ênfase na qualidade das ações e na avaliação e capacitação de recursos humanos. Participar e descentralizar constituíram os principais fundamentos das ações, em todos os níveis. O processo de planejamento participativo foi aprofundado. Ampliou-se o nível de consulta às comunidades e aperfeiçoaram-se seus princípios metodológicos, bem como a sistemática operacional. Através da elaboração do diagnóstico municipal, estabeleceram-se metas dos projetos, buscando-se, ainda, a integração dos planos educacionais de cada prefeitura.

Foi intensificada a adoção de medidas técnico-operativas, de acordo com diretrizes do MEC, com o objetivo de privilegiar a educação básica e o desenvolvimento cultural junto às populações de baixa renda, periferia urbana e meio rural. Foi incluída também entre as atribuições do Mobral, com base na Lei n.º 7.051, a difusão sistemática de noções de saúde, higiene e alimentação.

Em 1983, a Instituição deu prioridade à atuação na área de educação de adolescentes e adultos e continuidade ao pré-escolar, procurando consolidar o planejamento participativo através do

aperfeiçoamento de seus mecanismos, além de levar a efeito uma estratégia de descentralização. Assim, foram formulados planos de ação municipal e estabelecidas metas dos projetos, prioridades e estratégias da ação, de acordo com o levantamento de necessidades indicadas pelo diagnóstico municipal.

Com o propósito de melhor dimensionar sua atuação em todo o território nacional, através de uma ação mais articulada com os demais órgãos do sistema de ensino, o Mobral iniciou uma série de estudos, a fim de estabelecer referenciais para o planejamento da efetiva participação em cada Unidade Federativa. Foram, assim, elaborados planos de ação, destacando-se os de atendimento a maiores de 15 anos e crianças na faixa etária de 9 a 14, fora do sistema educacional. Por meio de ações complementares e suplementares, desenvolveu-se a educação pré-escolar, na faixa de 4 a 6 anos, prioritariamente. Realizaram-se cursos e atividades de iniciação profissional, no sentido de prover a melhoria das condições sócio-profissionais dos participantes envolvidos nas propostas pedagógicas.

Ainda em 1983, com a intenção de otimizar a atuação das Comissões Municipais, de modo a torná-las capazes de assumir o desenvolvimento comunitário, educacional e cultural proposto pelos projetos, reforçaram-se as estruturas municipais, através do repasse de recursos financeiros às prefeituras que possibilitassem a contratação de elementos encarregados da

Cultura



1979 — São promovidos diversos concursos nacionais entre os quais destacam-se o Mobra! Literatura-Crônicas e Contos, gerando 5 obras escritas; e o Rendas e Bordados.



Literatura de cordel, feira de artesanato, manifestação de teatro folclórico, medicina rústica ou alternativa são várias das atividades desenvolvidas na maioria dos municípios brasileiros. elas constituem o alvo da ação cultural, visando a maior valorização de todos esses produtos comunitários.



execução da ação em cada município. Foram criadas bases operacionais na área do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins — Getat —, de modo a alcançar melhor as metas estabelecidas para a região, em consonância com outros organismos do governo que ali desenvolvem trabalhos.

O atendimento à população de baixa renda, em todo o território nacional, foi reafirmado como prioridade em 1984. Ações de natureza não-formal foram planejadas para uma perfeita adequação à realidade e a propósito de uma crescente participação da comunidade na construção e consolidação de propostas, com base na metodologia comunitária. Neste mesmo ano, voltou-se a atenção especialmente para o aluno adulto, procurando garantir-lhe o direito de alfabetização, aumentando e adequando a oferta de oportunidades ao Projeto de Alfabetização Funcional, além de ampliar a oferta de educação continuada no prosseguimento da educação.

Quanto à Área de Educação Pré-Escolar, enfatizou-se o aprimoramento da qualidade de suas ações, sendo sua expansão permitida desde que não acarretasse ônus financeiro para a Instituição.

Definiram-se, nesse período, a execução das atividades de educação para o trabalho e a difusão de noções básicas de saúde, higiene e alimentação junto às comunidades, levando-se em consideração suas necessidades específicas.

A reflexão sobre a experiência dos últimos anos, o aprofundamento do processo de planejamento participativo e a diversidade cada vez maior das ações em desenvolvimento fizeram com que o Mobral previsse, para 1985, uma sistemática de planejamento que possibilitasse às comunidades participarem efetivamente da definição e da construção de propostas educativas. Dessa forma, com base nos Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no Âmbito do Mobral, caberá às Coordenações a definição, a partir de consultas às bases municipais, e a elaboração das linhas de ação do Órgão para o próximo ano.

Projeto de Alfabetização Funcional

Implantado em 1970, com duração de cinco meses, o Projeto de Alfabetização Funcional utilizava metodologia que objetivava conduzir o indivíduo a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-lo à sua comunidade, permitindo a obtenção de melhores condições de vida. O conteúdo da atividade educativa aproveitava a experiência de vida do aluno adulto e, depois de enriquecê-la e sistematizá-la, devolvia, para a vida desse adulto, um produto reelaborado e reformulado por ele mesmo. Essa visão do papel do educando como agente e sujeito do processo pressupõe características, no Projeto, de funcionalidade e aceleração, que tornam mais eficiente o aprendizado e

respeitam, com mais intensidade, as diferenças individuais. Pode-se dizer que o único pré-requisito para o ingresso no Projeto era a idade cronológica (15 anos no mínimo), quando se passa a considerar o indivíduo como cliente do ensino supletivo. Este limite de idade parte do pressuposto de que até os 14 anos os indivíduos deveriam ser atendidos pelo sistema formal, cumprindo a obrigatoriedade escolar. Como, hoje, este sistema não absorve todo o contingente populacional na faixa da obrigatoriedade, fica uma vasta parcela absolutamente desassistida, a espera de que possa, aos 15 anos, ingressar no sistema supletivo. Some-se a esta parcela, que sequer ingressa no sistema, aqueles que se evadem ou que, por sucessivos fracassos, não conseguem se alfabetizar na idade estipulada.

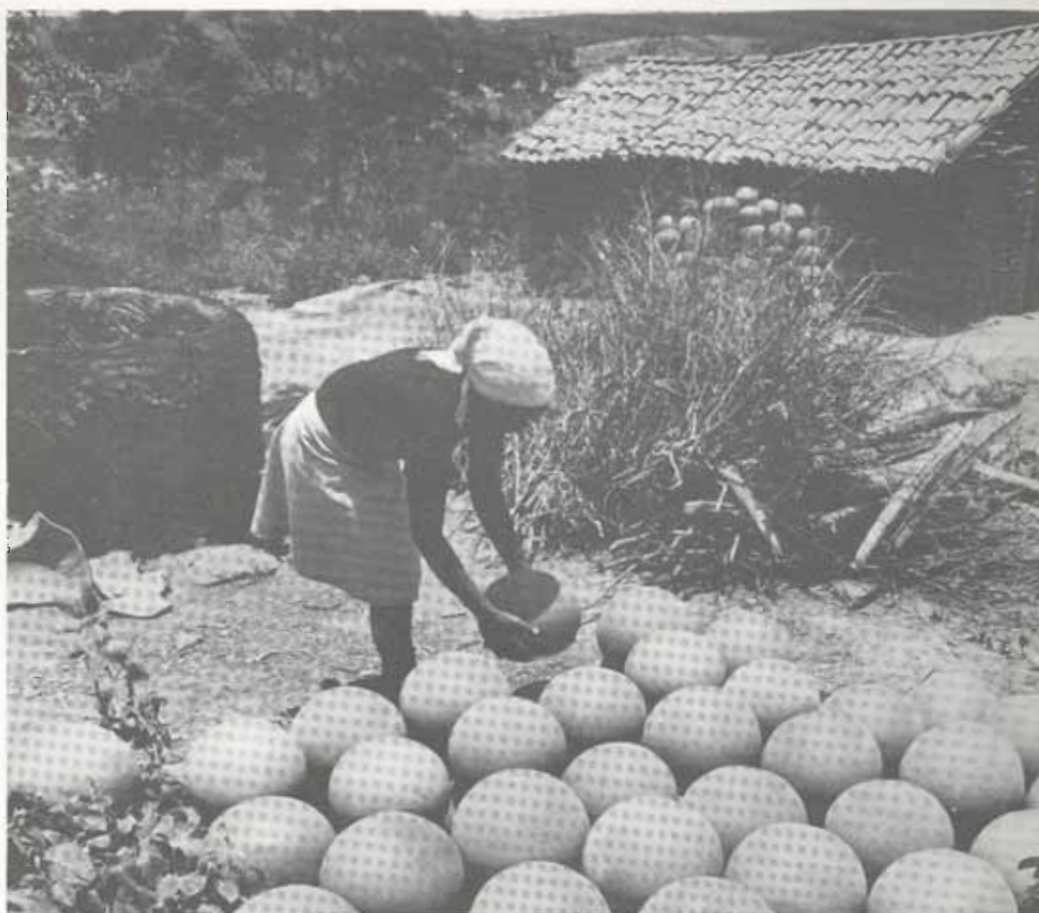
O Projeto não se prendia a uma seriação rígida e formal, considerando o ritmo do aluno, que determina a flexibilidade no ingresso e na saída do Projeto, além de garantir a sua própria administração e estruturação.

Com o objetivo de atender satisfatoriamente todas as dimensões do ser humano, utilizou-se a globalização — metodologia que considera o homem como um todo e que, portanto, não pode ter sua experiência de vida fragmentada. A globalização, então, passou a ser um dos meios mais eficazes para que a funcionalidade fosse alcançada. Partindo de palavras geradoras ligadas as necessidades básicas do ser humano, o aluno era levado à

Cultura



1981 — São formados 361 grupos de teatro, 64 grupos folclóricos, 56 grupos de música e 50 clubes de artesanato. São promovidas 413 feiras de artesanato e é feito o cadastramento de 13.923 artesãos. Edição e veiculação de 193 jornais progr. radiofônicos Domingo Mobral e Conversando com o Mobral. Incorporação do Programa Tecnologia da Escassez à Área Cultural.



A cultura de um povo é construída historicamente por todas as relações do homem. O Movimento, em coerência com o seu projeto educativo, está presente nas manifestações religiosas, produtivas, artísticas, esportivas e de lazer das comunidades.



discussão dos conteúdos dessas palavras, aproveitando suas vivências. Extraíam-se, daí, assuntos ligados as diversas áreas do conhecimento, tais como saúde, cultura, etc., reforçando a idéia de globalidade do ser.

No entanto, esta tarefa não é assim tão fácil. Desde o início da atuação do Projeto se trabalha com uma clientela muito numerosa, o que, naturalmente, dificulta o controle de qualidade.

A importância do Projeto de Alfabetização Funcional residiu mais no que ele suscitaria enquanto deflagrador de ações e interesses do que nos objetivos específicos que encerrava — ler, escrever e contar. Mas, ainda assim, deve ser questionado o modelo proposto, pois não se sabe até que ponto ele responde às expectativas do aluno sobre a escola que desejaria, realmente, cursar.

Alfabetização Funcional

A alfabetização funcional foi mantida, em 1981, como projeto de opção da comunidade, em função de seus interesses e necessidades. As metas, que até então eram prefixadas, sofreram alteração e passaram a refletir a demanda das comunidades, objetivando qualificar recursos humanos, com abordagem de conteúdos metodológicos de caráter geral, relativos aos demais projetos da Instituição, além de enfatizar a integração com estes projetos, em linha de ação comunitária.

Realizou-se, em 1982, a avaliação dos Projetos de Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Autodidatismo, Cultural, Educação Comunitária para o Trabalho e Treinamento Formal. No que diz respeito à alfabetização funcional, os resultados mostraram, de maneira bem clara, que seriam necessárias medidas que pudessem garantir melhores resultados ao Projeto. Como pontos de estrangulamento foram apontados, entre outros, a sua curta duração, a pequena gratificação dos alfabetizadores, a falta de qualificação de alguns deles e também a frequência dos alunos. Diante disso, repensou-se o trabalho de Educação Supletiva. Delineou-se uma proposta transitória, assim chamada porque se pretendia configurar propostas mais próximas da realidade da clientela, elaboradas em nível local. Os resultados colhidos foram alterações na estratégia operacional do Projeto, isto é, carga horária, duração e treinamento. Ofereceram-se materiais de apoio diversos dos até então utilizados e propôs-se maior interação entre os diferentes projetos de área supletiva. Já no ano seguinte, ampliou-se a duração do Projeto para 400 horas, entre 8 e 10 meses, a critério de cada uma das Coordenadoras, tendo por base as realidades locais, dentro de uma nova proposta de educação.

A partir de ofertas básicas de educação geral, por meio de módulos correspondentes a etapas sucessivas e progressivas de aprendizagem e de educação

para o trabalho, através de cursos livres e sistematizados de semiquificação, desenhava-se a nova Área de Educação Supletiva. Deste modo, a proposta permitiu, além do atendimento simultâneo e diferenciado aos alunos — desde a alfabetização até a 4.ª série do 1.º grau —, a continuidade dos estudos a todos os que ingressaram na Área e, também, a possibilidade de prosseguirem seus estudos em cursos de ensino supletivo regular ou em cursos de profissionalização.

O maior contingente de alunos deste Projeto concentrou-se na zona rural, com percentual variando entre 60% e 65%. A região Nordeste detém maior parcela desse percentual, 63%, seguida da Sudeste, com 20,7%.

Projeto de Educação Integrada

Criado em 1971, com base em conteúdos mínimos do ensino regular, propunha uma maneira de adequá-los à perspectiva do aluno adulto, de modo não só a dar-lhe condições de continuidade dos estudos, como também melhorar sua condição de vida. Tal como a alfabetização funcional, fundamenta-se na funcionalidade, aceleração e globalização. Parte da exploração de temas relevantes, como saúde, educação, lazer, transporte, trabalho, etc., e se aprofunda, provocando a integração com conhecimentos específicos das áreas de comunicação e expressão, ciências, estudos sociais e outras. Desenvolvido em 720 horas, distribuídas em uma ou mais etapas de trabalho, com

Pré-Escolar



1980 — Atendimento a
5.735 crianças.
1981 — São beneficiadas
158.172 crianças.



A Área de Educação Pré-Escolar tornou-se uma das mais significativas atividades da Instituição, enquanto tarefa prioritária com o objetivo de despertar a comunidade para a necessidade de uma ação educativa conjunta, em benefício da criança na idade de quatro a seis anos.

duração total de 10 a 18 meses, permite o acesso e a saída de alunos durante todo o tempo, por não se pautar em conteúdos seriados. É o rendimento de cada aluno que determina seu tempo de permanência, isto porque, além de o ritmo de aprendizagem variar de indivíduo para indivíduo, admite-se a possibilidade de o aluno já ter ingressado no Projeto dominando conhecimentos que permitam a aceleração do processo ensino aprendizagem.

Como o Projeto exigia uma melhor qualificação por parte dos recursos humanos, o aproveitamento da rede de ensino já existente — espaço físico, professores, recursos materiais — foi a resposta para o desenvolvimento do trabalho. Com isso, sua abrangência ficou mais restrita às áreas urbanas. Verificou-se, assim, que o atendimento aos egressos de alfabetização é limitado, não só pela reduzida oferta de matrículas, como também por não se dispor de um mecanismo de vinculação entre este Projeto e o de Alfabetização Funcional — a primeira etapa do processo. Observou-se também a grande incidência de evasão nas primeiras séries do ensino primário, o que, mais tarde, vai compor o grande contingente de adolescentes e adultos carentes de escolaridade básica — clientela potencial deste Projeto.

No período de 1979/80, continuou a ser desenvolvido através de convênios com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com entidades particulares. Deu-se

continuidade à política de ajuda financeira a essas Secretarias, oferecendo gratificação mensal aos professores e ajuda de manutenção para os treinandos.

Em 1981, a educação integrada teve como linhas de ação a capacitação de professores, no sentido de garantir um desenvolvimento mais coerente com os objetivos e características metodológicas do Projeto, bem como um envolvimento progressivo das entidades convenentes, buscando uma integração mais efetiva.

A avaliação realizada em 1982 levou à constatação imediata de dois pontos básicos: a validade de sua existência como resposta a uma necessidade da clientela e, paradoxalmente, a dificuldade sentida em sua operacionalização.

Em 1983, como resultado de mais uma avaliação, passou a compor a Área de Educação Supletiva como um de seus módulos, juntamente com a alfabetização funcional. Neste período, foram estimulados os convênios com as Secretarias Municipais de Educação e Cultura e entidades, de preferência em locais onde a alfabetização fosse desenvolvida. A ampliação da oferta de educação integrada, permitindo aos neo-alfabetizados iguais oportunidades de prosseguimento de sua educação, foi meta prevista e executada em 1984. Nesse sentido, considerou-se como clientela prioritária os ex-alunos do Projeto de Alfabetização Funcional, objetivando a

permanência desses alunos no processo educacional.

Projeto de Autodidatismo

Responde preferencialmente às zonas rurais, por dispensar os recursos tradicionais necessários ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico, tais como salas de aula, professores, mobiliário, etc., utilizando livros que são doados ao participante na medida do seu interesse e da orientação do monitor, que pode atender até 300 clientes.

Embora o Projeto fosse uma alternativa para a zona rural, estabeleceu-se uma prioridade de atendimento. Os alfabetizadores voluntários, em sua maioria de baixa escolaridade, passaram a ser os clientes prioritários do Projeto, seguidos dos egressos da alfabetização. Observa-se que os alfabetizadores consideram de fácil compreensão os conteúdos dos materiais, mas, em geral, desistem tão logo se encerra sua permanência como alfabetizadores do Projeto de Alfabetização Funcional. Já os dele egressos, em grande maioria, apresentam dificuldade na assimilação dos conteúdos devido à falta de habilidade para interpretar os textos e usar os materiais. Os reais beneficiários do Projeto têm sido alunos do sistema regular que, por não disporem, em suas comunidades, de bibliotecas onde possam realizar suas consultas, se utilizam dos materiais do Autodidatismo, por se ajustarem plenamente às suas necessidades.

Pré-Escolar



1981 — Avaliação qualitativa e quantitativa do programa e adoção das modalidades. Núcleos de Educação Pré-Escolar — Nepe —, Grupo de Atendimento ao Pré-Escolar — Gape —, e outras formas de atendimento.



As ações da Instituição na Área de Educação Pré-Escolar têm como público específico as crianças na faixa etária de quatro a seis anos. Sua implantação é desejável quando há possibilidade de absorção dos contingentes infantis pelos sistemas regulares de ensino, na rede escolar do 1º grau. Os filhos das famílias pobres são os maiores beneficiários destas ações.



As informações coletadas com relação à metodologia parecem indicar que ela é bem aceita e de execução viável. Entretanto, não tem sido aplicada corretamente, por problemas como baixa qualificação e gratificação do monitor, pouca disponibilidade do monitor para capacitação e impossibilidade de trabalho sistemático com a clientela, devido à dificuldade de deslocamento tanto do participante como do monitor.

A capacitação dos professores leigos e alfabetizadores foi a grande meta do Projeto em 1983. Nesse ano, deixa de ter monitoria própria, e sua clientela passa a ser atendida pelos Centros de Estudos Supletivos, permitindo a continuidade de estudos referentes ao primeiro segmento do 1.º grau. O ano de 1984 determinou a realização de um maior aprofundamento com relação ao material do Projeto objetivando utilizá-lo como apoio às necessidades dos municípios, em termos dos seus conteúdos, e como fundamentos didáticos do Projeto de Educação Integrada.

Área Cultural

O Mobral sempre esteve ciente de que o neo-alfabetizado é um homem em expectativa e de que seu processo de educação, continuamente, deveria ultrapassar os limites de tempo e espaço, prosseguindo por toda a vida.

A ação cultural sempre foi vista como base da ação pedagógica, porque o homem, beneficiário dessa ação, é um ser cultural que traz consigo, a todo tempo,

valores, tradições e bens que diretamente atuam na sua aprendizagem. Impunha-se a necessidade de complementar, então, projetos já existentes, de modo a continuar promovendo as condições para o desenvolvimento do indivíduo, contribuir para atenuar ou impedir a regressão ao analfabetismo, afastar a deserção, diminuir o número de reprovações, agir como fator de mobilização, incentivar o espírito associativo e comunitário, assim como democratizar a cultura no país. Com essa finalidade, surgiu o Projeto de Desenvolvimento Cultural, em 1973, abordando temas ligados à literatura, à preservação da cultura e dos recursos naturais, bem como à valorização do homem. Essas oportunidades desenvolvem atividades de teatro, elaboração de publicações, de cinema, música, arte popular e folclore, artes plásticas, rádio, preservação do patrimônio histórico e outras, afins, valorizando todas as manifestações locais como estímulo ao pleno exercício da criatividade.

De modo a atender, sem distinção, às mais variadas clientelas, já que a cultura é do domínio de todos e se expressa com peculiaridades de comunidade para comunidade, criou-se um mecanismo de suporte para ações culturais que atingisse ao maior número possível de indivíduos. Esse mecanismo é representado pelo Posto do Mobral, local físico que funciona como centro aglutinador e irradiador dos projetos. Possui, basicamente,

material didático e, eventualmente, equipamento técnico, além de um centro de leitura, informação e cultura. Promove e mantém exposições permanentes, conferências e debates, vitrinas folclóricas com apresentação e divulgação dos diversos tipos de arte popular ou artesanato, coleta de dados referentes à cultura da localidade, local equipado para representação de peças teatrais, local de recrutamento de analfabetos e alfabetizadores e núcleos instrumentais e vocais.

Para os locais onde não há possibilidade imediata de implantação de Postos, utiliza-se a Mobralteca, unidade operacional móvel, construída em uma espécie de furgão, contendo todo o material necessário ao desenvolvimento das atividades culturais. Mas, ainda assim, para os lugares de difícil acesso, surgiu a Minimobralteca - veículos menores e mais leves -, em um grande esforço de interiorização.

A partir de 1981, de acordo com o redirecionamento processado em todas as atividades da Instituição, o Projeto de Tecnologia da Escassez foi incorporado à área cultural, já que seu conteúdo apresentava características comuns às então adotadas pelo Projeto de Desenvolvimento Cultural. A tecnologia da escassez foi criada em 1977 com o objetivo de promover registro, análise, transmissão e valorização de técnicas populares, através de sua aplicação às comunidades.

Pré-Escolar



1982 — Implementada a modalidade Ação Suplementar, em convênio com outras entidades, e Ação Complementar, em convênio direto com as comunidades.



As ações da Instituição na Área de Educação Pré-Escolar são consideradas uma resposta aos anseios das comunidades. Paralelamente, são desenvolvidas campanhas com o objetivo de angariar material de apoio para o desenvolvimento das atividades nas salas de aula, como demonstra o cartaz ao lado.



NÃO JOGUE ISTO FORA



O PRÉ-ESCOLAR DA SUA CIDADE PRECISA DESTA SUCATA

Maiores informações na Comissão Municipal do Mobral

COORDENAÇÃO DO MOBRAI FUSI
Programa de Educação Social
Programa de Educação Pré-Escolar



Ações de profissionalização objetivam oferecer meios para melhor integração socioeconômica.

Em 1982, foi considerada prioritária a atuação do Mobral a partir da cultura local e suas manifestações, na busca de progressiva integração de diferentes culturas. Dentre as atividades realizadas, foram mais significativas as feiras de artesanato, festival de arte popular e folclore, concurso de poesias e trabalho conjunto com a Fundação Nacional de Arte — Funarte — e o Instituto Nacional do Folclore, dentro da área de artesanato. A interiorização do Projeto foi promovida através do funcionamento de 2.886 Postos, 139 Minipostos, além de 6 Mobraltecas e 27 Minimobraltecas.

Em 1983, a questão da cultura passou a ser vista fundamentalmente como ponto de partida para a ação da Instituição desenvolvida nos diversos projetos. Estes,

comprometidos com a cultura do grupo, deveriam abrir caminho para o acesso a outras formas de viver e conviver, de se expressar, de produzir e participar, o que amplia as possibilidades de obter melhores condições de vida. Assim, os Postos Culturais passaram a ser chamados de Postos do Mobral e trabalhados como unidade física local, integradora e catalisadora das ações educativas e culturais. Em 1984, foram mantidas ações nos municípios com a participação efetiva das comunidades, visando sempre à valorização cultural e ao apoio às demais ofertas do Mobral.

Área de Profissionalização

O modelo de educação permanente adotado pelo Mobral e a diversificação das atividades da Instituição, principalmente a

partir de 1973, geram o Projeto de Profissionalização, criado em abril de 1974. O Projeto sistematizou um processo ininterrupto e integrado de orientação, treinamento e encaminhamento profissional que já se manifestava, latente, em ações locais assistemáticas. E buscou atender a exigências da clientela neo-alfabetizada por uma continuidade educacional que lhe permitisse melhoria da sua qualidade de vida.

A ação do Projeto partiu da necessidade de superar dois fatores: a ausência de metodologias adequadas para o atendimento, no campo da profissionalização, do grupo social que emergia da alfabetização funcional; e o distanciamento entre o aluno e o ex-aluno do Mobral e as entidades formais de treinamento, tanto em diversificação de cursos como em capacidade de atendimento.

O objetivo geral foi estimular e proporcionar meios à ascensão socioeconômica do mobralense, através de informação e treinamento profissional, bem como orientá-lo para o aproveitamento de suas potencialidades, considerando as condições peculiares do mercado de trabalho existentes nas diferentes regiões do País. Os três subprojetos logo montados — Testagem e Orientação Profissional, Treinamento Profissional e Colocação de Mão-de-Obra — foram idealizados para um funcionamento interatuante, dentro da idéia de complementar o aprendizado pedagógico e cultural da clientela.

Pré-Escolar



1982 — Participam
468.628 crianças.
1983 — São atendidas
607.692 crianças.
1984 — Previsto
atendimento a mais de
670.000 crianças.



Aqui começa a vida comunitária, o contato social fora do lar, a troca de anseios, os desafios impostos pela coletividade, a adaptação maior do indivíduo ao meio ambiente e aos seres, seus semelhantes, com os quais terá de coabitar, fazer e saber coisas. No pré-escolar, os primeiros passos para o reconhecimento do lugar - comum de que nenhum homem é uma ilha. E que, sacrifícios à parte, vale a pena viver.

No setor de Orientação, aplicaram-se testes vocacionais e foi feita ampla distribuição de folhetos de informação ocupacional. No de Treinamento, criaram-se, a princípio, dois projetos. O de Semiquificação apresentava uma metodologia própria denominada de treinamento por famílias ocupacionais, que visava ao atendimento em larga escala, a uma formação em nível de semiquificação (pessoas treinadas em sua especialização, para as empresas) e a conteúdos comuns a várias ocupações, agrupadas por semelhança de tarefas e de material utilizado. Já o de Qualificação, ou seja, por ocupação específica, realizava-se em convênio com entidades executoras de treinamento e com empresas oficiais e privadas. Finalmente, a Colocação da Mão-de-Obra consistiu na implantação e funcionamento de Balcões de Emprego, que colhiam e divulgavam as vagas nas empresas e a elas encaminhavam os candidatos. No País inteiro, chegaram a ser montados 624 Balcões, que a crise econômica se incumbiu de reduzir.

Em 1977/78, o custo unitário deste projeto e os impasses nascidos da rejeição, por parte das entidades, de uma clientela de baixa escolaridade levaram o Mobral a lançar o Projeto de Educação Comunitária para o Trabalho — Petra —, que atendeu, até 1984, a mais de 2 milhões e 900 mil pessoas. O Petra não pretende formar profissionais em seu sentido mais ortodoxo, mas disseminar técnicas e atitudes para o trabalho que permitam ao

indivíduo uma iniciação ocupacional.

O grande êxito do Projeto reside na própria idéia que lhe dá o embasamento: "quem sabe mais ensina a quem sabe menos", o que representa, na verdade, valorização do nível de cultura técnica das comunidades, uma vez que o conhecimento profissional é divulgado por autônomos, permitindo aos participantes desses cursos de pequena carga horária o uso das técnicas adquiridas e, com isso, o aumento da renda familiar ou a redução das próprias despesas.

Seguindo a idéia da difusão de conhecimentos e dos resultados úteis da troca de tais noções, organizam-se Feiras de Informação Profissional e Feiras Comunitárias do Petra, que consistem em eventos promocionais e oferta de mercadorias produzidas artesanalmente e serviços a serem utilizados, como apoio concreto à atividade dos trabalhadores de baixa renda.

Acompanhando a evolução da Instituição no que se refere à prática de educação comunitária, as propostas na área de profissionalização procuravam, cada vez mais, envolver a população na escolha, definição e gestão de suas atividades.

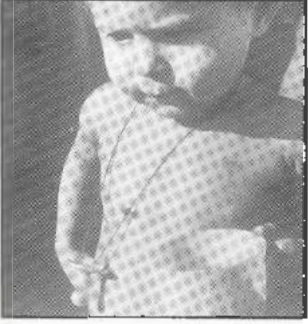
A partir de 1981, passou-se a atuar em novo setor dentro dessa área, o de produção e comercialização, incentivando a clientela a melhor produzir e escoar seus produtos e serviços. Nessa perspectiva, foi elaborado o

Projeto de Oficinas Comunitárias de Treinamento e Produção de Bens e Serviços, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos níveis de emprego e de renda da clientela do Mobral, por meio do desenvolvimento de cursos de treinamento profissional e do incentivo à formação e fortalecimento de grupos de produção, facilitando o acesso à infra-estrutura básica de apoio a estas atividades.

Em 1982, as oficinas comunitárias foram incorporadas à Área de Educação Supletiva, tendo ocorrido, paralelamente ao desenvolvimento das atividades até então implantadas, a avaliação dos Projetos de Treinamento Formal e Educação Comunitária para o Trabalho. Em decorrência desta análise crítica, as ofertas na área de treinamento foram reformuladas, sendo desenvolvidas a partir de 1983 através não só de cursos de disseminação de técnicas simples, estruturadas localmente, com base nos interesses e necessidades dos alunos do Projeto de Alfabetização Funcional e Projeto de Educação Integrada, mas também de cursos decorrentes da articulação com entidades de formação profissional ou similares, visando a atender, prioritariamente, aos alunos dos referidos projetos.

Quanto ao Projeto de Oficinas Comunitárias, implantado experimentalmente em 1982, sofreu avaliação em 1983, que gerou o início de grupos de produção associada em outros estados, e expandiu-se em 1984.

Saúde



1976 — Lançado o Projeto de Educação Comunitária para a Saúde — PES —, cujo objetivo básico é propiciar melhores condições de saúde e saneamento, através de um trabalho educacional que motive e oriente as populações nas atividades e procedimentos, de acordo com as possibilidades do meio em que vivem. Participantes no primeiro ano: 198.900 pessoas.

As fotos representam as ações na Área de Educação para a Saúde. Publicações destinadas aos monitores orientam as discussões sobre os mais diversos problemas de saúde das comunidades e propõem, também, atividades para a melhor realização de seu trabalho.



PES — Programa de Educação Comunitária para a Saúde

1976

HIGIENE



PES — Programa de Educação Comunitária para a Saúde

1976

ALIMENTAÇÃO



PES — Programa de Educação Comunitária para a Saúde

1976

AS DOENÇAS

Ações na Área de Educação para a Saúde

Contribuir para a auto-suficiência da comunidade na resolução de seus problemas era a proposta maior do Projeto de Educação Comunitária para a Saúde — PES¹. Tal projeto metodológico, ainda mais reforçado pela escassez de recursos financeiros do Mobral, foi assumindo diferentes feições, segundo a orientação dada ao Projeto por parte de cada agente e as características peculiares de cada Unidade da Federação. Essa linha de trabalho desenvolveu-se com base em determinados instrumentos operacionais. Entre eles, a utilização de recursos financeiros do Fundo de Apoio ao Projeto, para financiamento de ações planejadas pelos grupos, a elaboração de projetos especiais e a integração mais sistemática com as entidades ligadas à área de saúde.

Em 1981, o Projeto caracterizou-se pelo esforço de sua consolidação junto à população de baixa renda e teve como medidas mais significativas a intensificação do trabalho junto aos grupos comunitários: a implementação e ampliação de ações para o cultivo de hortas comunitárias; a continuidade do Projeto Casas Econômicas, em convênio com a Caixa Econômica Federal; a continuidade de participação nas Campanhas Antipoliomielítica e de Aleitamento Materno; e o envolvimento de pessoas de



A Educação para a Saúde visa a aprimorar a capacidade de análise da situação da população.

diferentes segmentos sociais ligados ou não à área de saúde, tais como parteiras, balconistas de farmácia, enfermeiras e outros práticos.

As ações desenvolvidas neste período passaram nos dois anos seguintes a constituir Projetos Especiais, e para isso foram mantidas ações referentes a aleitamento materno, hortas comunitárias, planejamento familiar e parteiras leigas, sendo também desenvolvidos projetos em integração com outras entidades, como o Polonordeste e Projeto Rondon.

Em 1983, o Mobral distribuiu 700 mil envelopes de sementes como incentivo à formação de hortas comunitárias, caseiras,

escolares e hospitalares. As ações de saúde passaram a se caracterizar como ações que conduzissem ao objetivo básico da Instituição, isto é, a educação de adultos. Dentro desta perspectiva, deveriam ser adequadas à realidade das comunidades e vinculadas às ações de suplência. Os conteúdos para o desenvolvimento destas ações já seriam determinados a partir de 1984 por aqueles que se propusessem a participar, pois têm caráter essencialmente não-formal, sem os compromissos de equivalência e

¹Em 1975 foi implantado o Programa de Educação Comunitária para a Saúde. Com a reforma de 1981, suas atividades foram mantidas como Ações na Área de Educação para a Saúde, oficializadas pelo MEC em 1982.

Saúde



1977 — Participam
343.000 pessoas.
1978 — São beneficiadas
661.182 pessoas.



O trabalho da
Instituição desenvolvido
junto às comunidades
sempre esteve voltado
para as questões da
saúde, com o objetivo de
possibilitar melhores
condições de vida. Para
tanto, diversas
cartilhas foram
editadas como apoio às
ações nesta área.



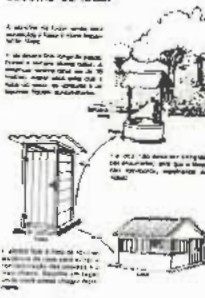
**CRIAR PORCOS:
UM BOM NEGÓCIO!**



**COMO CONSTRUIR
PRIVADA
COM
FOSSA
SECA**



escolha do local



De 27 grandes cidades brasileiras que apresentam as maiores taxas de infestação por vermes, a mais contaminada é a região central de São Paulo.

Os vermes são transmitidos através das fezes que permanecem no solo, onde se desenvolvem.



Comer alimentos crus, beber água sem filtrar, pisar em fezes de animais, são algumas das maneiras de adquirir os vermes.

terminalidade que caracterizam as ações institucionais.

Da mesma forma que as expectativas dos indivíduos foram se consolidando nos Projetos Cultural e de Profissionalização, a resposta às questões sobre problemas de saúde veio com a criação do Projeto de Educação Comunitária para a Saúde, voltado para as áreas de saneamento, alimentação e saúde.

Como todo o trabalho do Mobral se desenvolve partindo da mobilização de comunidades, muitos dos problemas vivenciados por esses membros são evidentes para os agentes mobilizadores. Esses problemas são ainda mais explicitados durante as atividades pedagógicas, que usam temas e palavras ligadas à vida do aluno. Saúde constitui um item altamente expressivo nessas discussões, já que é condição básica de vida. Não só o aspecto coletivo, mas também — e principalmente — o individual afetam diretamente o homem e influem decisivamente no rendimento escolar. Portanto, há que se propor soluções, em nível individual, que possam melhorar as próprias condições de vida e, paralelamente, oferecer possibilidades, dentro dos limites da educação, para a melhoria das condições de higiene e saneamento das comunidades, bem como promover a conscientização do papel de cada um em relação à saúde de todos. A educação para a saúde exige a participação ativa e consciente dos indivíduos em todas as fases do processo.

Educação Pré-Escolar

O Projeto de Atendimento Educacional⁷ nasceu orientado unicamente pelos princípios de ação comunitária, com o sentido de despertar a população para a necessidade de uma ação educativa conjunta em benefício da própria criança. Foi desenvolvido de acordo com as possibilidades locais, tendo sido estabelecido como alternativa de trabalho o atendimento sistematizado e não-sistematizado. A partir de setembro de 1981, processou-se uma avaliação qualitativa e quantitativa, redirecionando-se a ação, de forma a garantir tanto a expansão quanto a própria qualidade, de acordo com os critérios sociopedagógicos preestabelecidos. Com a Área de Educação Pré-Escolar, a concepção anterior de atendimento à criança foi alterada, tomando-se mais abrangente. Sua importância está no fato de que é nesta idade que a criança desenvolve o seu pensamento lógico, já que a fonte do conhecimento da criança é a própria variedade de situações que ela tem oportunidade de vivenciar no seu dia-a-dia. A partir destas experiências, seu pensamento vai se organizando. Quanto mais ela tem oportunidade de relacionar e comparar, tanto mais seu pensamento vai se aproximando de uma compreensão mais elaborada do mundo que existe à sua volta. Desenvolver o pensamento lógico significa adquirir uma compreensão da realidade que vai além da simples

observação e manipulação concreta dos objetos a ela apresentados. Pensar é fundamentalmente estabelecer relações, e estas relações permitem à criança formar conceitos e tirar conclusões próprias sobre tudo o que ocorre no seu ambiente. O papel fundamental da pré-escola é organizar o conhecimento que a criança está adquirindo através de atividades interessantes.

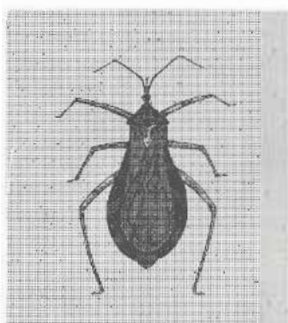
O Mobral passou a utilizar sua infra-estrutura como apoio ao Programa Nacional do Pré-Escolar do MEC. Passou a adotar como linhas de trabalho: o atendimento educacional a crianças de 4 a 6 anos, provenientes da população de baixa renda; o compromisso com a expansão do atendimento educacional, desde que preservadas as condições qualitativas, especialmente a capacitação de recursos humanos; a preocupação com a absorção das crianças atendidas na Área pela rede escolar do 1.º grau, quando em idade própria; a diversificação das ofertas, partindo de atividades não-sistematizadas, mas que evoluíssem sempre para formas sistematizadas; e prioridade de atuação nas periferias urbanas, facilitando o trabalho da supervisão. Foram então adotados como modalidades de

⁷O atendimento educacional a crianças de 4 a 6 anos, provenientes da população de baixa renda, começou a ser desenvolvido pela Fundação em 1979, de modo assistemático. Em 1981, a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus deu ao Mobral a incumbência de apoiar o atendimento a essa clientela, e para isso foi criado o Programa de Educação Pré-Escolar.

Saúde



1979 — Participantes atingem a 693.335 pessoas. Grupos do PES são orientados a incentivar o cultivo de hortas comunitárias.



O MAL DO BARBEIRO

As ações na Área de Educação para a Saúde, desenvolvidas através de livros e demonstrações práticas, estimulam os habitantes das zonas rurais e das periferias urbanas a combater a Doença de Chagas, seja construindo habitações mais higiênicas, seja aplicando inseticidas para evitar o barbeiro.



trabalho o Núcleo de Educação Pré-Escolar — Nepe —, onde todos os requisitos de funcionamento pudessem ser preenchidos, e o Grupo de Atendimento ao Pré-Escolar — Gape —, onde o atendimento se faria de acordo com as possibilidades locais, além de outras formas de atendimento, como ruas de lazer, crianças na praça, atividades de recreação, gincanas e promoções do gênero, objetivando a preparação gradativa para o surgimento do Nepe, sempre de acordo com as possibilidades locais.

A convergência desta Área com as demais deveria ocorrer através da adoção de metodologia de ação comunitária, do atendimento preferencial à população de baixa renda e da integração garantida por meio de um sistema de atuação concreto e continuado.

Quanto à orientação de continuidade de contatos com organismos que atuam na área de educação pré-escolar, considerou-se não só a integração com as Secretarias Estaduais e Municipais, como também o trabalho conjunto com as entidades responsáveis por áreas específicas, que constituem apoio básico a ações como saúde e alimentação. Entre as medidas consideradas nas negociações, destacam-se: maior integração do trabalho, resultando, num primeiro momento, no repasse de Cr\$ 638 milhões do Mobral à SEC, com o objetivo de atender a 150 mil crianças; a adoção de postura que detectasse pontos comuns para possibilitar o intercâmbio de pressupostos filosóficos e metodológicos; a

garantia de absorção das crianças que freqüentavam a pré-escola, pelo sistema de ensino, ao completarem sete anos, caracterizando a atuação em linha complementar e suplementar; e a previsão de que os Nepe passassem a ser administrados pelo próprio sistema de ensino, a médio e longo prazos.

Em 1982, o Mobral manteve os convênios com as Secretarias e outras entidades, bem como o trabalho direto com as comunidades, oportunidade em que criou o Fundo de Melhoria das Unidades do Pré-Escolar. Através dele e da apresentação de um projeto elaborado pela comunidade, foram repassados recursos aos grupos comunitários e associações de pais de crianças de pré-escola. A Instituição desenvolveu também propostas integradas com a Fundação Projeto Rondon, no Rio Grande do Norte, com a Fundação Educacional do Distrito Federal e Lar Fabiano de Cristo, entre outras.

Com o atendimento prioritário a crianças de 4 a 6 anos, provenientes de população de baixa renda, o Mobral enfatizou em 1983, através de sua metodologia de trabalho, a participação e o envolvimento dos pais e comunidade em geral, para ações conjuntas frente à questão da criança. No sentido de consolidar a Área, foram previstas como diretrizes: a descentralização, dando autonomia aos níveis estaduais e territoriais para decidirem a complementação da ajuda dos monitores por outras entidades;

o estudo da possibilidade de assumir a compra de parte do material complementar e de definir os conteúdos de capacitação de agentes; a aproximação entre instituições, através da promoção de estudos que viabilizassem essa integração; a capacitação de recursos humanos; a melhoria da qualidade através da identificação de pontos de maior dificuldade na sua operacionalização; e o estudo das estratégias de reforço à supervisão, em nível municipal.

Em 1984, previu-se o aprimoramento da qualidade das ações de educação pré-escolar. A expansão da Área, com ônus financeiro para a Instituição, deixou de ser estimulada. Desta forma, a previsão orçamentária para 1984 procurou garantir o nível de atendimento registrado em 1983 na ação suplementar, de acordo com os resultados de planejamento participativo. Ressaltou-se, mais uma vez, a necessidade de maior participação das famílias na Área, visando à sua melhoria qualitativa.

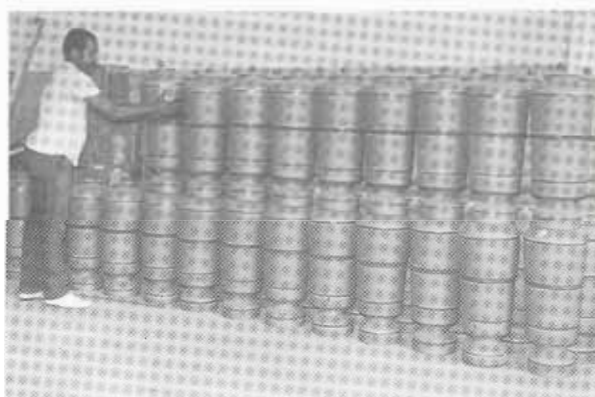
Mobilização e Conveniamento

A busca da meta quantitativa não impedia que o planejamento das atividades fosse centrado nas características da comunidade e no consenso de que a alfabetização deveria constituir um momento de um processo formado de diferentes ofertas educativas.

A fase de implantação dos projetos e de procedimentos do



1980 Registraram-se 87.835 participantes.



A difusão de noções básicas de saúde e higiene são desenvolvidas em caráter exclusivamente preventivo e viabilizam-se mediante a

implementação de projetos especiais e campanhas com duração limitada, que atendam às necessidades das comunidades.



planejamento das ações comporta duas etapas básicas: a mobilização e o conveniamento. A mobilização do Mobral sempre teve características próprias condicionadas pelos objetivos, estrutura e funcionamento de uma entidade que desenvolve uma ação educativa de massa, em uma perspectiva de educação continuada.

A atuação mobilizadora, no âmbito da comunidade, tem como objetivos centrais a conscientização das comunidades quanto à importância da ação educativa que o Mobral se propõe a desenvolver, a incorporação da criatividade e da produção cultural da comunidade nos conteúdos e atividades dos projetos, como espaço cultural que tem um rico papel educativo.

A mobilização se coloca, então, como um processo que se inicia com o planejamento, passando por todas as fases de desenvolvimento das ações, para, através dessa dinâmica, subsidiar o replanejamento dos trabalhos.

Essa tarefa é afeta aos níveis executores — Comissões Municipais — e intermediários — Coordenações do Mobral.

Para a execução desses trabalhos, são firmados convênios — em geral entre a Instituição, Comissões Municipais e Prefeituras — para efeito de legalização da ação do Mobral em nível das comunidades, com a especificação das atribuições de cada uma das partes envolvidas. Esses convênios são também

assinados com outras entidades educativas e com empresas interessadas.

Ações Integradas

O caráter intersetorial da Instituição torna permanente a articulação com organismos públicos e privados, num processo interativo e de complementariedade de ações, o qual gera a elaboração e execução de atividades conjuntas, com o objetivo de atender à população de baixa renda. Este trabalho realiza-se no âmbito nacional e nas áreas estaduais e locais, mediante uma variedade de instrumentos legais, tais como convênios, acordos, portarias, termos de cooperação, protocolos de intenções.

Tais articulações revelam-se, então, um componente estratégico importante no trabalho educativo, ainda mais se considerarmos a diversidade de entidades conveniadas, quer seja através da administração nacional, junto aos Ministérios e seus órgãos diretos e indiretos, fundações, universidades, empresas, centros de pesquisas, autarquias, quer seja diretamente pelas Coordenações Estaduais, ao abranger desde os órgãos públicos — secretarias, fundações, sociedades de economia mista, autarquias —, até as associações de moradores de bairros, além de entidades de apoio, filantrópicas, assistenciais, educacionais, religiosas, cooperativas, colônias, faculdades, empresas privadas e

órgãos de classe.

O significado dessa atuação comum revela a sintonia entre o Mobral e as entidades representativas da sociedade civil, bem como a efetiva articulação entre a Instituição e os órgãos públicos, no sentido de proporcionar melhores condições educacionais e consolidar a promoção social.

Capacitação de Agentes

Em todo o percurso histórico do Mobral, a capacitação de agentes que desenvolvem os programas e projetos tem sido um ponto de fundamental importância, já que do elemento qualificado depende, diretamente, grande parcela do resultado das ações executadas.

Cabe ao agente, ao longo de seu trabalho junto às comunidades, o papel de assessorar a população, para que esta discuta seus conhecimentos, troque suas experiências e administre suas próprias propostas. Este procedimento é vital para se assegurar o caráter educativo de uma proposta de educação não-formal. Ao desenvolver seu trabalho junto à comunidade, o agente deve considerar que seu compromisso com ela não se restringe somente ao aspecto pedagógico e educativo. É importante que, acima de tudo, ele tenha um compromisso político com a população, colocando todo seu conhecimento a serviço dela. Compromisso não como partidarismo político, e sim

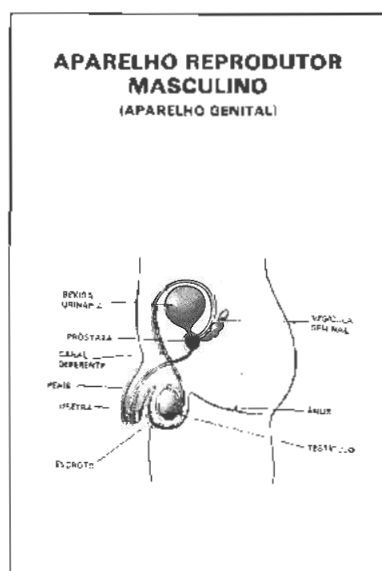
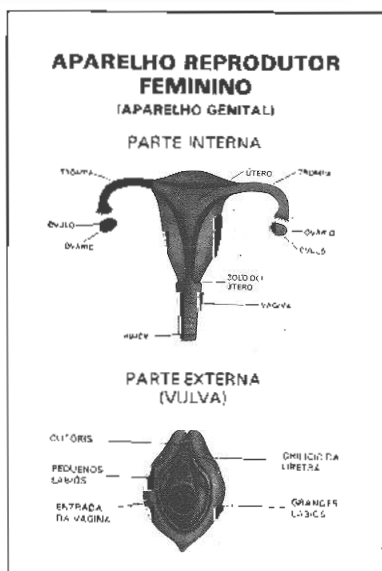


1981 — Mais de 448.100 pessoas participam. A partir desta data, as ações e o número de participantes não são mais computados.



Quando o Mobral recebeu delegação oficial para difundir noções básicas de saúde, higiene e alimentação, conforme expressa a Lei n.º 7.051, já mantinha um programa que promovia a educação sanitária. Hoje, as

ações são viabilizadas por meio de convênios com outros órgãos do governo, mediante projetos especiais de duração limitada e campanhas de caráter permanente, que vão do planejamento familiar à construção de hortas comunitárias.



Amamentação, farmácia caseira e prevenção de acidentes são temas muito desenvolvidos na área de saúde, atendendo às carências manifestas pelas comunidades.

como reforço às propostas das camadas populares.

Assim, o agente deve se aprofundar no conhecimento da comunidade onde se vai desenvolver o trabalho, discutindo com ela seus anseios e suas necessidades. Este momento possibilita à comunidade ampliar o conhecimento de sua realidade e dos recursos com que poderá contar no seu processo de trabalho. Por outro lado, contribui também para complementar dados já conhecidos pelo agente.

O conhecimento que se produz na relação agente-clientela não se restringe a um momento, mas ocorre e vai sendo construído, ampliado e aprofundado ao longo de todo o trabalho. Considera-se, assim, que o papel do agente deva ser não o de condutor nem de dinamizador do processo educativo, mas sim de sistematizador do processo social dessa população.

Os dados da realidade que o agente possui devem servir de elemento facilitador, para que a comunidade amplie sua visão do contexto socioeconômico, a fim de que ela tenha condições de fazer uma releitura dessa realidade. No entanto, para que o agente desenvolva esse processo de forma pedagógica e participativa, é necessário que tenha um referencial teórico e uma postura que valorize o saber, a lógica e a linguagem da população. É preciso também que ele estabeleça equilíbrio entre prática e teoria e tenha capacidade de privilegiar o

exercício da cidadania, no sentido de fazer a população conhecer, de fato, seus direitos e deveres, numa visão crítica da realidade. Como esse método não é estático nem tampouco linearmente desenvolvido, não tendo nenhuma seqüência lógica, é imprescindível a capacitação sob uma ótica reflexiva onde se privilegie o conhecimento/reflexão/ação.

No que se refere à educação comunitária, é fundamental que se parta sempre daquilo que a comunidade já faz ou conhece, a fim de que o trabalho se desenvolva da forma mais educativa e participativa possível. Este trabalho deve desencadear-se, preferencialmente, a partir de formas de organização existentes na comunidade, visto que já têm uma estrutura definida e uma proposta de trabalho concreta e em desenvolvimento, bem como uma história de vida conhecida.

Neste caso, o agente apenas estimula o fortalecimento dos grupos e sistematiza o processo educativo.

O agente, então, assume o papel de instrumentalizar tecnicamente o educando, contribuindo para que ele se organize e seja o sujeito do seu próprio processo histórico.

A capacitação de pessoal revisada não pode ser confundida com mero adestramento, devendo conter a idéia da socialização do conhecimento, ao admitir que coexiste um saber socialmente acumulado pela comunidade local, ao lado de um saber sistematizado pela cultura

dominante. A preparação dos agentes, no âmbito da educação de adultos, deve considerar estes dois fatores, dos quais decorre o conhecimento técnico, buscando sempre alcançar uma síntese que represente a produção coletiva local e que constitua a base do treinamento de recursos humanos, numa linha participativa.

Para além do conhecimento gerado pela relação agente-comunidade é fundamental que o momento da capacitação se transforme no efetivo exercício da prática participativa. E não só, pois o agente é o sujeito de uma ação que deve gerar, ela própria, a proposta de capacitação, já que esse agente é também um adulto, alvo desse mesmo processo educativo. Se isto acontecer, provavelmente estaremos presenciando o esboço de uma educação participativa em todos os seus níveis que poderá ser o germe de uma verdadeira educação para a democracia.

Diante de todos esses argumentos e do sentimento de urgência no sentido de avançar na proposta de capacitação, tendo em vista a postura descentralizada do Órgão e o estabelecimento de seu marco teórico, pensa-se, a partir de 1985, numa proposta que permita o exercício da teoria que a desenha, confirmando o papel de apoio — agora mais vivido para o nível central da Instituição — e tendo como parâmetros as propostas educativas das Coordenações, que procuram refletir mais fielmente as realidades onde estão inseridas.

Profissionalização

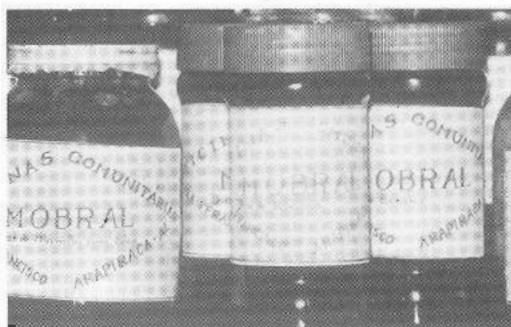
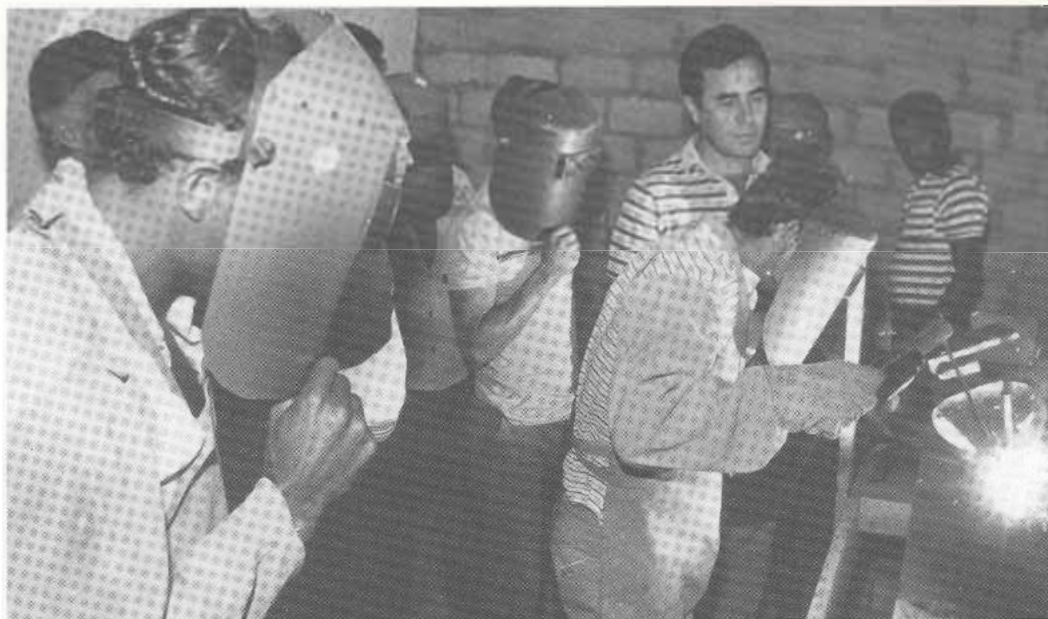


1974 — Implantado o Projeto de Profissionalização, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura (mais tarde transferido para o Ministério do Trabalho), para atender a 70 mil mobralenses (alunos e ex-alunos).

1975 — Começa a funcionar o Projeto Sistema de Orientação Profissional Expedita em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, para testar as aptidões de alunos do Mobral em regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

Abrem-se os primeiros Balcões de Emprego. Têm início os Cursos de Qualificação, em convênio com entidades executoras de treinamento formal, e de Semiquificação. São treinados 40.016 pessoas. 1976 — São treinadas 50.980 pessoas, e empregadas 19.940 candidatos.

1977 — O subprojeto de Informação Profissional edita 800 mil folhetos informativos de 300 ocupações cadastradas nos setores primário (agronegócio), secundário (industrial) e terciário (comercial) e de serviços, além de produzir e distribuir cartazes de informação ocupacional. São treinadas 61.416 pessoas, e empregadas 22.190 candidatos.



A Área de Profissionalização desenvolve desde cursos de qualificação e semiquificação — como o de tratorista, que formou 40 mil profissionais — até cursos livres de

iniciação para o trabalho, no qual monitores ensinam técnicas simples de ocupação que resultam em ganhos extras para trabalhadores avulsos ou grupos de produção.

Comissões Municipais

As Comissões Municipais têm como atribuição elaborar, mediante o processo participativo, o diagnóstico socioeducacional dos municípios, visando à atuação do Mobral — o estabelecimento das prioridades; o ajustamento das propostas; o planejamento e execução das ações; e a supervisão dos programas e projetos.

Os integrantes das Comissões Municipais devem ter sensibilidade, interesse e disponibilidade para o trabalho comunitário, a fim de que possam promover e articular o processo de educação comunitária proposto, com o apoio dos supervisores de área e da Coordenação. Esses membros mantêm contínuo trabalho de reflexão, formulação e desenvolvimento de propostas de ação com os grupos de baixa renda. Tais atividades possibilitam que as Comissões Municipais disponham de informações sempre atualizadas quanto às demandas educativas da população, nas áreas de educação supletiva, trabalho, saúde e cultura, de modo a subsidiar o planejamento participativo.

Objetivando o desenvolvimento das propostas de ação, formuladas com os grupos neste processo, além dos recursos locais, podem ser utilizados recursos do Mobral para gratificação dos monitores e para

outros fins, conforme orientações em vigor. Os monitores destas propostas ou projetos atuam de modo coerente com a metodologia de ação comunitária.

A norma orientadora do Mobral no seu papel de órgão executor e de apoio é a negociação global, que se desenvolve em diversos níveis. Na esfera federal, assume um papel de articulação em termos de princípios, objetivos e grandes diretrizes conceituais e operacionais, com vistas a viabilizar uma proposta global de educação. Na esfera estadual, procura uma compatibilização, onde são buscadas formas melhores e mais viáveis para ações complementares e suplementares, adequando-as às diretrizes gerais mediante planejamento conjunto e troca de informações. No âmbito local, permite que as ações ocorram de forma integrada como fruto das negociações dos demais níveis, propiciando a participação efetiva da comunidade, que poderá, assim, não só expressar suas necessidades, como também co-participar da administração das propostas educativas.

Deve-se esclarecer que ações complementares são aquelas em que o Mobral apoia as já existentes, repassando recursos e oferecendo treinamento. O responsável pela ação pode ser o estado, o município ou entidades. Ações suplementares são aquelas em que o Mobral é o responsável por toda a ação educativa, atuando em locais onde não há qualquer ação desta natureza, ou onde as entidades e o sistema formal não têm

condições para atender a toda a demanda.

Intercâmbio Internacional

A intensificação da cooperação técnica com diversos países, sobretudo com os da América Latina e África, caracterizou as atividades internacionais da Instituição, incrementadas em consonância com as diretrizes da política externa do Ministério das Relações Exteriores repassadas ao Mobral pela Secretaria de Assuntos Internacionais do MEC.

Nesse sentido, a concentração de esforços estava voltada para a criação de espaços institucionais, objetivando a capacitação de recursos da Fundação. Assim, foram enviados ao exterior 45 técnicos para participação em cursos, seminários, simpósios e conferências promovidas por entidades estrangeiras.

Além disso, a cooperação desenvolvida pelo Mobral, com a participação financeira do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, favoreceu, também, a promoção e realização de eventos no Brasil, a exemplo de três cursos de especialização universitária na área de Educação Básica Não-Formal e do Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos.

Profissionalização



1978 — O subprojeto de Informação Profissional edita um filme sobre orientação, treinamento e encaminhamento, através dos Portos, ao aluno, ex-aluno e/ou membro da comunidade a vagas de emprego nas empresas.

Implantado o Projeto de Educação Comunitária para o Trabalho — Petra —, para um ensino livre, não-formal, de técnicas de trabalho ministradas por monitores da própria comunidade.

São treinadas 64.344 pessoas, e empregados 26.273 candidatos.

1979 — São treinadas 30.600 pessoas e empregados 22.570 candidatos.

1980 — São treinadas 20.200 pessoas e empregados 52.613 candidatos.

São promovidas 65 Feiras de profissionalização em conjunto com outros órgãos.

1981 — São treinadas 22.600 pessoas, e empregados 40.900 candidatos.

São incluídas ações na área de produção e comercialização, operacionalização de feiras comunitárias do Petra, oficinas comunitárias de treinamento e produção, é instalado Balcão de Serviços (compreendido como ampliação do Balcão de Emprego).

1982 — São treinadas 34.000 pessoas, e colocados no emprego 15.400 candidatas.



A Área de Profissionalização dá oportunidade aos participantes de melhorarem a renda familiar atuando em grupos de produção ou individualmente.



A realização de estagios por técnicos estrangeiros, bem como a vinda de missões técnicas para estudo e conhecimento da experiência educativa do Mobral significaram o reconhecimento internacional da experiência brasileira no campo da educação de adultos. Aqui vieram técnicos provenientes da Costa do Marfim, Índia, Colômbia, República Dominicana, Quênia, Senegal, México, Portugal, França, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Venezuela, Costa Rica, Jamaica, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Iraque, Paquistão, Canadá e Chile.

No campo da cooperação bilateral, foram firmados convênios com: a Unesco, visando à realização do I Curso de Especialização Universitária e do Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos; a Oficina Regional de la Unesco para la Educación en América Latina y el Caribe, para a produção do livro sobre o Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos e a elaboração do Inventário de Instituições Nacionais, cujas ações estão voltadas para os objetivos do Projeto Principal de Educação; o Instituto Internacional de Planejamento Educacional, para a realização de pesquisa sobre A Articulação entre a Educação Escolar e Extra-Escolar; o Caso do Mobral, assim como para a promoção de Convênio Geral de Cooperação com o Centro Regional de Educación de Adultos y Alfabetización

Funcional para a América Latina.

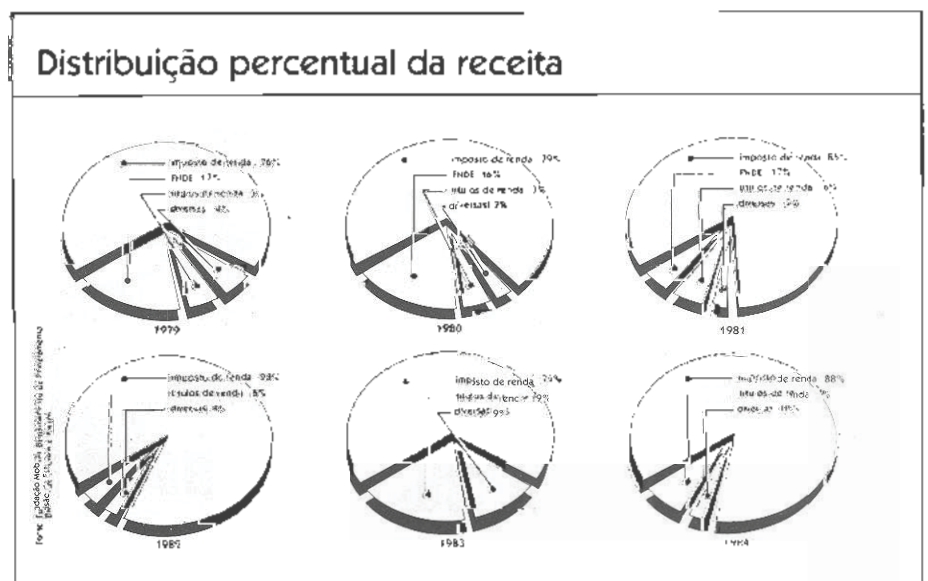
O reconhecimento internacional do Mobral por diversas organizações vem afirmar e legitimar o seu trabalho também no exterior. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização recebeu, ao longo dos anos, uma série de prêmios:

- em 1972 mereceu o Prêmio Mohammad Reza Pahlavi, pela ação intensa que desenvolveu em 1969 com 18 milhões de analfabetos;
- em 1974 a Fundação receberia o Prêmio Nadjeda Krouspkaia e Mohammad Reza Pahlavi com uma recomendação especial do júri pela perseverança e atuação a cada ano mais intensa;
- depois foi a vez do Programa Boa Saúde produzido pelo Mobral e que recebeu, em 1979, menção honrosa através do Prêmio Japão no Concurso

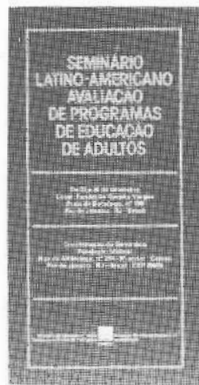
Internacional de Programas Educativos, organizado em Tóquio pela Nippon Hoso Kyokay sob os auspícios da União Européia de Radiodifusão:

- o quarto prêmio viria em 1982: o Iraque de Alfabetização, outorgado ao Mobral pela experiência humana e educativa desenvolvida pela Coordenação do Mobral no Rio Grande do Norte, por ter orientado suas atividades junto aos grupos menos favorecidos, fundamentado seu ensino nas realidades e problemas da vida cotidiana, pelo exemplo de devotamento de seus monitores;
- *Barreirinho, verde vale de brancas rendas* é o nome do trabalho que mereceu em 1983 o Prêmio Associação Internacional para a Leitura, com menção honrosa entregue no Dia Internacional da Alfabetização, 8 de setembro de 1983.

GRÁFICO 2



Internacional



1972 — A Fundação Mobral recebe da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura — Unesco —, em Paris, a menção honrosa do Prêmio Reza Pahlavi, pelo que realizou em prol da alfabetização de adultos. Justificativo: uma "ação intensa e meticulosa", grandes qualidades de imaginação e de originalidade tanto na concepção dos programas como na sensibilização da opinião pública e na mobilização de recursos financeiros".

1973 — Início da cooperação técnica dispensada pelo Mobral a países em desenvolvimento, ávidos de resolver o problema do analfabetismo.

O Mobral promove, no Rio, sob o patrocínio da Unesco, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos. Começa o intercâmbio internacional; técnicos de educação do Senegal e Jamaica visitam o Brasil. O Mobral presta assistência técnica à Jamaica e à Bolívia.

1974 — O Mobral recebe o Prêmio Nadjeda Kroupskaja com uma recomendação especial do júri pela perseverança na busca de seus objetivos e pela atuação a cada ano mais intensa.

MOBRAL

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS



O Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos promovido pela Instituição, as visitas de delegações oficiais estrangeiras e o intercâmbio de técnicos trouxeram-nos a experiência externa, enquanto nos permitiu a divulgação dos nossos trabalhos, entre os quais alguns premiados internacionalmente.

Aplicação de Recursos

Os recursos da Fundação provêm, em grande parte, da indicação de 2% do Imposto de Renda Devido (Pessoa Jurídica), através dos Decretos-Leis n.ºs 1.124/70 e 1.376/74. Composto ainda a receita, destacam-se recursos oriundos de juros de Título de Renda, os repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Loteria Esportiva e Salário-Educação), bem como pequenas dotações orçamentárias da União.

Ao considerarmos o quadro evolutivo da receita da Instituição, constata-se que é proveniente da sociedade civil, basicamente da iniciativa privada, a quase totalidade dos recursos do Mobral.

A partir de 1981, os dispêndios da Fundação com a Área de Educação Pré-Escolar passaram a ser extremamente expressivos.

Nos dois últimos anos, entretanto, os Projetos de Alfabetização Funcional e de Educação Integrada voltaram a crescer, correspondendo, juntos, a 60% dos recursos destinados ao Pré-Escolar em 1982, contra 135% dois anos depois, o que vem mostrar seu crescimento nominal, significativamente bem maior que o da nova área.

TABELA 1

Evolução da receita ^a (Valores constantes deflacionados)				
(em Cr\$ milhão)				
Fonte de Recursos	1981 ^b	1982	1983	1984 ^c
Imposto de Renda	68.142	86.353	67.947	64.030
FNDE				
Loteria Esportiva	1.803	—	—	—
Salário-Educação	2.400	—	—	—
Diversos/Projetos Especiais	1.553	58	—	—
Juros de Títulos de Renda	4.810	5.720	7.678	21.551
Contribuição da União	313	328	232	203
Receitas Diversas	1.317	466	707	1.500
CEF/Empréstimo	—	—	—	—
Convênios	—	—	579	4.297
Total	80.338	92.925	77.143	91.581

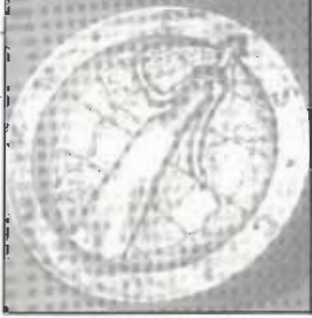
Notas:
^a Não foram incluídos os saldos de exercícios anteriores.
^b Os valores de 1981-83 foram corrigidos a preço de junho de 1984, médias anuais, pelo Índice Geral de Preços - IGP - coluna 2, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.
^c Valores estimados.
 Fonte: Fundação Mobral. Departamento de Planejamento.

TABELA 2

Evolução da despesa (Valores constantes deflacionados)				
(em Cr\$ milhão)				
Programa / Atividade	1981 ^a	1982	1983	1984 ^b
Alfabetização ^c	7.184	8.986	8.505	25.489
Cultural	478	741	54	82
Profissionalização ^d	1.896	1.385	745	3.024
Educação Comunitária	66	515	386	1.934
Educação Comunitária p/Saude	1.033	—	—	—
Pre-Escolar ^e	14.257	20.606	11.840	25.279
Campanha Esporte para Todos	—	—	—	—
Tecnologia da Escassez	18	—	—	—
Autodidatismo	1.325	545	—	—
Educação Integrada ^f	3.971	3.452	3.702	14.688
Coordenação e Supervisão dos				
Programas	32.084	33.407	29.939	—
Administração ^g	16.927	22.706	19.667	22.495
Amortização de Empréstimos	—	—	—	—
Total	79.539	92.343	74.838	92.991

Notas:
^a Os valores de 1981-83 foram corrigidos a preços de junho de 1984, médias anuais, pelo IGP, coluna 2, da FGV.
^b Estas atividades incorporam parcelas incluídas até 1983 em coordenação e supervisão dos programas.
^c Incluídas as despesas com o Pasesp.
^d Valores estimados.
 Fonte: Fundação Mobral. Departamento de Planejamento.

Internacional



1974 — O Mobral é institucionalizado como agente de treinamento da Unesco passando a prestar assistência técnica a vários países da Ásia, África e América Latina.

1977 — O Mobral assessoria o Seminário sobre Alfabetização e Educação de Adultos na Guatemala, de onde se origina o Mogal, a exemplo do que já ocorrera, em 1975, com a Jamaica, quando nasceu o Jamal — ambos inspirados no exemplo do Mobral.

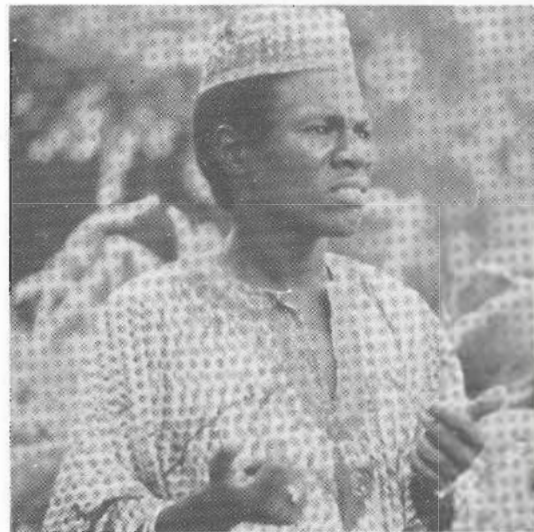
1979 — A Instituição recebe a menção honrosa do Prêmio Japão no Concurso Internacional de Programas Educativos, organizado em Tóquio pela Nippon Hoso Kyokay sob os auspícios da União Européia de Radiodifusão, devido à qualidade do Programa Boa Saúde.

1982 — O Mobral recebe seu quarto prêmio, o Iraque de Alfabetização, em reconhecimento à experiência humana e educativa desenvolvida pela Coordenação do Rio Grande do Norte.

1983 — Outorgada ao Mobral o Prêmio Associação Internacional para a Leitura, com menção honrosa entregue no Dia Internacional da Alfabetização, pelo trabalho da Coordenação de Minas Gerais/Norte no vale de Barreirinho, uma típica ação comunitária.



Os hemisférios integram-se tanto nos assuntos da esfera econômica, quanto na busca de soluções para os problemas da área educacional, reduzindo fronteiras e aprofundando o sentimento de humanidade entre os povos.



Política e Diretrizes para 1985

É o resultado da participação comunitária, processo que vem sendo gradativamente implantado, onde os parâmetros de atuação são determinados pelas próprias comunidades, assim como o conteúdo e a forma preferencial de implantação das atividades educativas. Essa atitude reflete duas situações complementares que estão na raiz do modelo de planejamento adotado: a descentralização institucional e a adoção da educação comunitária, na qual a participação é, ao mesmo tempo, um elemento de fundação e de essência.

É através da consulta às bases, às instâncias municipais, às lideranças locais, às associações e aos grupos representativos das comunidades que são formuladas as propostas de trabalho.

Como o planejamento contém em si três importantes funções — racionalizar a atividade do setor público, maximizar os poucos recursos disponíveis e trazer resultados concretos em benefício da população —, cabe aos órgãos governamentais de educação, principalmente os que tratam de educação de adultos, captar a demanda da ação coletiva e concretizá-la.

O planejamento do Mobral no âmbito nacional é a resultante do conjunto de propostas formuladas pelos municípios e sistematizadas em nível dos estados e territórios da federação brasileira. Para 1985, o planejamento demonstra o início de um sistemático trabalho participativo que, devido às suas características específicas,

necessita da criação de uma adequada abordagem metodológica de aproximação entre agentes institucionais e população. Este trabalho vai se desenvolvendo gradualmente, revelando a responsabilidade social de que é necessário conhecer bem para fazer melhor.

A população não se coloca como um espectador para o planejador construir o seu plano de ação. Ela se transforma de espectador em ator e autor, simultaneamente, na medida em que, juntamente com o Mobral — através dos seus agentes e de suas organizações de base —, elabora suas propostas após a análise crítica de sua realidade e de seus déficits sociais, em particular o educacional, ou seja, a partir da montagem do diagnóstico. Ao colaborarem em cada etapa, estarão envolvidos no planejamento participativo, que não ocorre apenas em um determinado momento, mas que se segue no acompanhamento e avaliação do projetado e na visão de sua eficiência e eficácia sociais.

O planejamento participativo do Mobral para 1985 está marcado por um conglomerado de variáveis. Desse, algumas são comuns a todos os estados/territórios, outras são próprias de um conjunto de estados ou de uma região, enquanto as demais são específicas a determinadas realidades sociais.

A diversificação das propostas educativas, atendendo à própria heterogeneidade interna de cada estado, é ponto recorrente em

todos os planos. Assim como, em termos de desenvolvimento, o País apresenta um desnível em suas regiões, também em termos de educação, seus estados e territórios possuem áreas diferencialmente atendidas.

A clássica dicotomia das áreas urbana x rural, até então exclusivamente utilizada como orientadora na demarcação das diferenças no contexto social do estado, mostra-se atualmente insuficiente como instrumental classificatório de áreas geossociais. A situação de crise econômica por que passa o País altera a eficiência descritiva desses equipamentos de aferição, exigindo o emprego de outras técnicas ao mesmo tempo mais flexíveis e mais abrangentes. A urbana, tida como área preferencialmente beneficiada pelos serviços do estado, tem exibido taxas desconcertantemente crescentes de analfabetismo, em decorrência do elevado fluxo de migrações internas, que concorrem para a expansão acelerada dos cinturões de pobreza em torno das cidades de médio e grande porte.

O planejamento, quando se remete à polarização social de suas populações, utiliza o princípio tipológico das multidisparidades sociais e não mais o critério de divisão espacial entre cidade e campo.

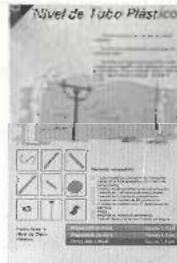
Apesar da variação nos indicadores selecionados para a construção das tipologias estaduais, há um núcleo comum a essas construções operativas — a incidência do analfabetismo — que tem orientado tanto a

Autodidatismo

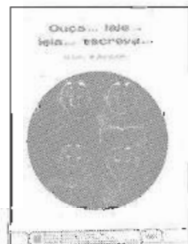


1977 — Lançado o Projeto de Autodidatismo, baseado em um método de aprendizagem sem acompanhamento de professor, destinado inicialmente à capacitação de monitores do Mobral e ex-alunos da Alfabetização Funcional. Atualmente, sua oferta, reorientada, dirige-se, em geral, à comunidade e à capacitação de professores não-habilitados.

1982 — O Projeto atinge seu potencial de atendimento acumulado mais alto, beneficiando, só neste ano, 234.212 pessoas.



Filtragem de água e aquecimento são algumas das técnicas de aproveitamento inteligente e útil da tecnologia da escassez, um projeto que se baseia na experiência das comunidades.



classificação dos contextos, quanto o tipo de atendimento a ser dispensado. Para a construção da tipologia municipal, são utilizadas classificações diferenciais, segundo a preferência dos estados/territórios: pólos, blocos, áreas homogêneas, núcleos regionalizados, zoneamento. Da mesma forma, aplicam-se ao processo pedagógico características diferenciais quanto à intensidade, ritmo e conteúdo, material didático e desenho da capacitação dos agentes.

Duas outras questões estão presentes em todas as propostas estaduais/territoriais: educação comunitária e planejamento participativo — simultaneamente como metodologia, filosofia e pedagogia —, consideradas, nos planos, como elementos de constituição básica para uma ação de conhecimento e reconhecimento da realidade social, fator fundamental para uma prática pedagógica voltada para a população adulta e para uma prática política de transformação da sua "estrutura de carências". A partir do modelo educacional instaurado pelo Mobral, que conferiu relevância ao binômio educação comunitária/planejamento participativo, estabeleceu-se que o eixo ensinar-aprender não se fratura mais entre aqueles que detêm e os que não detêm conhecimento formal, mas se funde naquela relação em que ambos os termos interagem simetricamente numa troca de saberes, que se exprime na participação.

O planejamento aponta para a

descentralização das atividades e funções do Mobral e sua correspondente reestruturação institucional. Essa descentralização é definida como flexibilidade decisória que, percorrendo todos os níveis da Organização, permite dar prioridade e atender as demandas de nível local, regional e nacional. Ao mesmo tempo, constitui pré-requisito fundamental para a consecução das propostas educativas diversificadas, construídas a partir do quadro de peculiaridades socioeconômicas e culturais dos municípios, segundo interesse expresso pela comunidade. A descentralização é considerada uma condicionante do fortalecimento da representação de base do próprio Mobral — a Comun — e a comunidade, quanto à sua composição social.

Em decorrência disso, um outro traço institucional é requerido pelos planos: o reforço às estruturas municipais, em relação não só ao aumento de seu quadro operativo e sua capacitação, mas também à elevação e transferência mais ágil dos recursos, a fim de garantir a continuidade eficiente da educação comunitária. Dessa forma, duas linhas de ação simultâneas são propostas: o reforço e aperfeiçoamento das Comun que exibem perfil de eficiência e a reformulação daquelas Comun que se apresentam inoperantes, buscando expandir e difundir as células básicas, como o novo modelo de organização de base.

Segundo as propostas contidas

no planejamento, a implantação do modelo de educação participativa deverá ser realizada de modo gradual, em determinadas áreas selecionadas de cada estado, levando-se em conta a situação socioeconômica em que se encontra a comunidade, bem como o nível de trabalho comunitário e a ação coletiva já alcançados. Esta medida se prende à necessidade de os agentes educativos locais assimilarem adequadamente, através do estudo, reflexão e capacitação, novas atitudes vinculadas à filosofia da participação, para assumirem a sua inserção em um processo de decisão coletiva, uma vez que, durante um período relativamente longo, o Mobral planejou, de forma centralizada, as metas educacionais a serem atingidas no seu conjunto e a sua distribuição regional e estadual/territorial.

Tratando-se de experiência educativa ainda pouco difundida no Brasil, a proposta de sua aplicação gradual revela um cuidado no trato do fenômeno e, ao mesmo tempo, um respeito pela decisão da comunidade: o Mobral aprendendo como planejar participativamente em conjunto com a comunidade e vice-versa. A adoção da não-formalidade como eixo metodológico central de uma educação de adultos que se pretende caracterizar por procedimentos próprios corresponde à intenção da busca de democratização das oportunidades educacionais. Porque a não-formalidade está intrinsecamente ligada à idéia de ampliar os espaços de

Campanhas e eventos

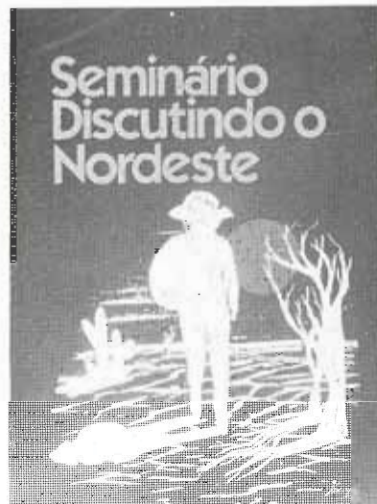
VAMOS JUNTAR AS MÃOS

Encontro de Prefeitos 1983

Desde o início de suas atividades, o Mobral preocupou-se com a orientação e promoção do combate ao analfabetismo, sempre levando em conta as diferenças de meios, tradições, e interesses específicos de cada ambiente cultural no planejamento de suas campanhas.



Mário Henrique Simonsen é o idealizador do Movimento, enquanto Arlindo Lopes Correa e Claudio Augusto Joaquim Moreira assumiram o encargo de organizar e redirecionar, respectivamente, a Instituição tornando-a de interesse social.



Prezado amigo

Indique ^{sem ônus} 2% do Imposto de Renda-Devido Pesques Jurídicas em favor do Mobral

As campanhas e os eventos institucionais sempre procuraram sensibilizar a opinião pública para o trabalho conjunto da Instituição com as comunidades no objetivo de atender, preferencialmente, a população mais carente.

PREZADO AMIGO

Milhões de brasileiros que não sabem ler, escrever e contar, não sabem mais de 25 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever, fazem a

Inscrição de 2% do Imposto de Renda-Devido pelas empresas, para aplicação nas atividades educativas do Mobral

Os nossos parceiros e amigos doigado aos Contabilistas no seu dia. O Mobral agradece

25 de Abril
Dia do Contabilista

Políticas e Diretrizes para 1985

participação das comunidades na gestão do processo educativo. E não deve ser confundida com um atendimento de qualidade inferior, nem desvinculada do sistema educacional como um todo.

A tendência não-formal da educação de adultos surge como uma resposta natural às expectativas e necessidades da população, na medida em que é o caminho para a prática educativa incorporar o universo cultural local, caracterizando-a como um momento de criação e transformação coletivas.

Do ponto de vista do desenvolvimento das ações, a idéia da não formalidade compreende não só as áreas propriamente pedagógicas da educação de adultos — da alfabetização à pos-alfabetização —, como também o conjunto de aspectos relacionados à mobilização, operação e continuidade do trabalho em cada comunidade.

A perspectiva da não-formalidade carece de investimentos crescentes, especialmente no sentido de apoiar a criação de propostas diferenciadas e, por isso mesmo, com necessidades de recursos materiais e humanos que extrapolem um padrão, tornando-se até mesmo mais onerosas.

Entretanto, mesmo com pequenos investimentos, a adoção de modalidades não formais, sob determinadas circunstâncias econômicas, políticas e históricas, pode ser

uma alternativa concreta para atender às necessidades de democratização das oportunidades educacionais. A carencia de recursos deve, porém, corresponder um esforço solidário entre agente e população, em torno do compromisso comum de realizar uma educação de adultos que tenha como fundamento a conscientização e a leitura crítica da realidade.

Sob esta perspectiva, a educação de adultos demonstra ter condições até de resgatar os traços de cultura popular, incorporando-os ao processo educativo, para que a população

passa a se identificar com o aprendizado. Para se atingir este objetivo, é imprescindível ouvir os problemas da comunidade e atentar para a realidade local. É recuperando o sentir da comunidade em relação ao ato educativo que também se resgatam os valores da cultura popular. A não-formalidade, neste sentido, pode transformar esses valores em referenciais de mobilização e de participação. Mas é somente no espaço da democracia, da pluralidade de opiniões, do confronto das idéias, do respeito às posições diferenciadas que a não-formalidade tem o seu campo para florescer.



O resgate dos traços da cultura popular está presente nas ações educativas desde o pré-escolar.

Campanhas e eventos

VAMOS JUNTAR AS MÃOS

Encontro de Prefeitos 1983

Através de publicidade, a Fundação Mobral também procura sensibilizar empresários para que destinem 2% do imposto de renda devido à Instituição, já que é desta fonte que provém a base dos recursos do Mobral.

CONTABILISTA!



Indicando, sem ônus, 2% em favor do Mobral, você ajuda a melhorar a vida de milhões de brasileiros.

EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

14 ANOS

MOBRAL

1970 1984

VOCE PODE BASTA QUERER.



Plante Mobral nas suas terras.

Você só vai colher bons frutos.

O MOBRAL FAZ MUITO MAIS DO QUE ENSINAR A LER E ESCREVER.

Profissionalização - Educação Para a Saúde - Ação Comunitária - Programa Cultural

VOCE PODE BASTA QUERER.

O Mobral está aí.

Uma constante na vida da Instituição tem sido a promoção de campanhas eventuais ou permanentes, visando a reunir os participantes e beneficiários dos projetos de interesse das comunidades carentes.

MOBRAL É BRASIL

8 ANOS

MOBRAL É MOVIMENTO PERMANENTE

8 de SETEMBRO

8 ANOS

MOBRAL BRASIL

MOBRAL É MOVIMENTO PERMANENTE

O Mobral faz mais do que ensinar a ler e escrever.

MOBRAL

9 anos

Um movimento permanente.

10 anos

MOBRAL

14 anos

alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos

Durante toda a vida do Movimento, eventos especiais e campanhas de mobilização para as diferentes áreas de atuação, como a alfabetização de adultos, a profissionalização, as ações culturais e de saúde da população de baixa renda, tiveram divulgação maciça através de cartazes, cartazes, folhetos, faixas, adesivos plásticos e outros instrumentos de comunicação produzidos na Instituição ou elaborados artesanalmente nos municípios.

11 anos

mobral

13 anos

O MOBRAL É BOM

1970-8 DE SETEMBRO-1983

Vila União





A experiência do Mobral em ação comunitária está consubstanciada no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto — PSECD — 1980-85:

“O esforço educacional faz parte de um esforço geral, não somente dentro da área social, mas também dentro da área econômica, porque não há solução satisfatória dos problemas, se não houver suficiente convergência entre as áreas sociais e as áreas econômicas”.

É sua operacionalização vem demonstrando o acerto de diretrizes e referenciais, exemplificado nos trabalhos *Arcias de Vila União e Prudente de Moraes*, ambos do Projeto 28, além de *Rio Grande do Norte, redenção de uma serra*, entre outros tantos igualmente significativos.

O trabalho do Mobral em Vila União começa com o conhecimento histórico de seus moradores:

Vila União está localizada no Município de São Domingos, Estado de Goiás, a nordeste da cidade, na periferia da zona urbana. O trajeto entre a vila e a sede de São Domingos pode ser percorrido a pé, através de estradas e trilhos extremamente arenosos.

Entre 1978 e 1979, 16 famílias que moravam dentro da área de uma determinada fazenda do município foram violentamente expulsas pelo fazendeiro, para que a terra fosse transformada em pasto para o gado.

Sem teto e sem alimento, homens, mulheres e crianças ganham a estrada e vão para São



Símbolo de mudança: a determinação de uma gente e a solidariedade presente.

Domingos, onde dormem nas ruas e, oferecendo seus serviços em troca de um prato de comida, sobrevivem por quase um ano.

Um areal seco e abandonado, nos limites com a zona rural, foi escolhido pelas famílias para ser o local de suas moradias.

Em comissão, liderados por D. Enedina, o grupo solicitou ao prefeito permissão para morar ali. Houve aquiescência, desde que as casas obedecessem a um traçado regular, com os lotes delimitados.

Com um cômodo só, paredes de taipa e cobertas com palhas de buriti, lá foram levantadas as choupanas. Foi a primeira conquista daquela gente.

No entanto, a vida continuaria sem perspectivas: poucos recursos conseguidos em

trabalhos sazonais nas fazendas distantes não dirimiam a fome constante, o dia-a-dia insípido e a descrença em dias melhores. Esta realidade, também vivenciada por tantas outras comunidades, foi transformada a partir do Mobral.

Em abril de 1981, a supervisora de área da Instituição em São Domingos, Conceição de Maria César do Nascimento, efetua seu trabalho de visita às comunidades e mantém contato com o grupo que vivia naquele areal. Fica conhecendo sua história, suas necessidades e, para surpresa de todos, se interessa pelo caso. D. Enedina, quando perguntada, é bastante objetiva: “O que nós precisamos mesmo é de água e comida em primeiro lugar. As crianças tão tudo com fome, a vida é cara, e a gente não tem dinheiro pra comprar nada”.



Vila União trouxe-nos o exemplo de uma comunidade carente que, a partir das discussões das bases, retoma a condução de sua própria existência. E todo o processo educacional desenvolvido naquela região pelo Movimento significa uma etapa na modificação das desigualdades sociais.

No desempenho de sua função, a supervisora propõe uma reunião com todos os moradores daquela localidade, como primeiro passo para encontrar uma solução, dispondo-se a coordenar uma ação comunitária na área.

Do grupo, apareceram umas 40 pessoas, e Conceição trouxe outros membros do Mobral, como Maria de Fatima Valente Alves — monitora do Projeto de Educação para a Saúde — e Quintino Lopes Neto — encarregado do Projeto de Educação para a Saúde. O grupo é trabalhado pela supervisora, a fim de que expresse suas necessidades e participe de todo o processo de atendimento delas. Uma proposta surge e é assumida pelo grupo: plantar uma horta comunitária em pleno areal.

O Mobral, enquanto agência educativa e reconhecendo suas limitações, não extrapola sua função e competência sociais, mas desempenha o papel de intermediador para demandas da população, junto a outras agências e poderes constituídos. Sua atuação é caracterizada como um serviço educacional, e é assim que acontece em Vila União.

Um plano de ação é colocado em prática pelo pessoal da Instituição, com o apoio da prefeitura local e de órgãos de assistência rural. O engenheiro agrônomo da Emater em São Domingos estuda o solo daquela localidade e conclui ser necessário utilizar a mesma quantidade de adubo e de areia para tornar a terra fértil. O adubo seria o estrume de gado bem curtido e desfeito. Mas onde arranjar tanto adubo?

A prefeitura cedeu um caminhão-pipa para o transporte,

e os fazendeiros forneceram o estrume, após terem sido contatados pelo pessoal da ação. Aos sábados e domingos, os moradores buscavam o adubo orgânico nas fazendas.

Mas a água não existia no local! E era preciso grande quantidade para a plantação que iria surgir. De novo, a prefeitura foi acionada, providenciando um sistema de encanamento, com duas mangueiras para conduzir a água do riacho Maravilha, distante 7 quilômetros do local, até um poço construído pelo pessoal da vila.

A plantação precisa ser protegida contra a presença, principalmente, do gado. E, mais uma vez, a equipe do Mobral recorre ao prefeito, que fornece a tela de arame e os moirões de aroeira para a cerca.

Contando com o apoio de um grupo do Projeto Rondon, de passagem por São Domingos, os moradores fazem a demarcação da área e medem as distâncias entre as estacas de madeira. Para cada família, são distribuídos três lotes. Os universitários aconselham o plantio mais adequado para aquele tipo de solo: tomate, jiló, quiabo, batata-doce, abóbora, coentro, beterraba, rabanete, mostarda, salsa, cebola, cenoura e feijão. As primeiras mudas são fornecidas pelo Mobral, e o restante, pela prefeitura, pois no local não havia mudas.

Além do Mobral e do Projeto Rondon, a Emater também forneceu treinamento aos moradores.

Homens, mulheres e crianças, todos trabalham. Os homens se dedicam a horta nos fins de

semana. Na falta de instrumentos como pás, ancinhos e regadores, o pessoal se organiza e utiliza os poucos existentes num sistema de rodízio. As mulheres e as crianças utilizam as próprias mãos, para cavar a areia e remexer o estrume. Novas mudas são oferecidas pelo Mobral, e a horta vai brotando junto com o espírito comunitário.

Outras atividades vão surgindo. Aos sábados e domingos, Fátima brinca com as crianças e ensina-lhes noções de higiene. Quintino, que é funcionário do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, consegue merenda para todas as classes e ainda leva médicos e sanitaristas para fazerem palestras sobre saúde, higiene e aleitamento materno. Além disso, providencia para que nada falte à horta, indo lá todos os dias para acompanhar seu desenvolvimento, bem como alertar os moradores sobre algumas práticas prejudiciais à plantação, como lavar roupas e vasilhames na água de regar.

A curiosidade e o interesse sobre "estranhos sinais" nos saquinhos de sementes levam mulheres a solicitar que alguém lhes ensine também a ler. Assim, foi instalada a classe de Alfabetização Funcional no alpendre da casa de D. Enequina, onde todas as noites as mulheres vão descobrindo, lentamente, que aqueles "estranhos sinais" são o b de batata e o c de cenoura. Para a iluminação da sala de aula, a prefeitura doou um lampião a gás.

Após meses de expectativa e de árduo trabalho, a horta comunitária alcançou pleno sucesso. Houve festa quando

foram colhidas abóboras, quiabo, cenoura, batatas-doces e salsa.

A comunidade tinha com que se alimentar, tudo resultado do seu suor, da ação do Mobral e do apoio das entidades locais. A ação comunitária possibilitou muito mais do que o alimento para aquela gente, ao enraizar o espírito comunitário entre os moradores.

Restava apenas saber que destino dar à produção excedente da colheita. Não era difícil a solução, pois São Domingos não conta com uma horta, e tudo vem de Brasília, após oito horas de

viagem. E a horta se tornou o celeiro da cidade a preços bem mais baixos do que os da mercearia. Uma balança foi improvisada: um quilo de pedra foi pesado e colocado num prato velho esmaltado, suspenso ao lado de outro prato vazio, por um barbante grosso.

Com o dinheiro apurado na primeira colheita, deu para comprar carne, café, cadernos e roupas. Assim, aquela gente, que teve seu potencial de realização despertado pela ação comunitária do Mobral, foi amplamente recompensada pelo esforço diário de um ano de trabalho.

Numa reunião com os moradores, a supervisora de área, Conceição, propôs que batizassem a vila e, de maneira hábil, levou-os a pensarem em um nome que refletisse o grau de maturidade obtido ao longo do tempo.

Vila União foi a resposta, tendo em vista a grande harmonia existente entre eles.

O resultado da atuação do Mobral não ficou restrito às hortaliças e legumes colhidos, ao comércio do excedente, à melhoria de vida da comunidade de Vila União, pois o exemplo foi seguido pelos moradores de São Domingos que já apresentam pequenas hortas nos quintais. Vila União, ou a Horta do Mobral, como também é conhecida, desenvolveu a vontade, naquela gente, de seguir em frente, passando dos 42 canteiros iniciais para os 240 em menos de dois anos. Com muita vontade de acertar, farão frente ao despreparo e à memória desacostumada a gravar conceitos simples.

Vila União é campo propício para a ação contínua de um trabalho conjunto. É o exemplo de ação comunitária do Mobral que despertou aquela gente para a superação de suas próprias limitações e condições adversas de seu meio, moldando-os no sentido do progresso. Lá foi concretizado o princípio básico da metodologia de educação comunitária do Mobral, que é a participação com a finalidade de fortalecer o processo de grupalização, possibilitar a aprendizagem coletiva e integrar a comunidade com a Instituição e outras entidades locais, através de propostas educacionais planejadas e executadas conjuntamente.



De uma horta, em pleno areal, brotou o espírito comunitário, e da união se fez uma nova vila.

Prudente de Moraes





Prudente de Moraes era um pobre distrito de Matosinhos, localizado a 64 quilômetros de Belo Horizonte, nas proximidades do Município de Sete Lagoas. Na verdade, não passava de um aglomerado de casas agrupadas ao longo de ruas sem calçamento e bem precárias.

A partir de 1973, a cidade começou a passar por um processo de rápida e quase inacreditável transformação. O motivo da metamorfose foi a chegada de José da Silveira Brandão — o Sargento Brandão — que, dotado de rara energia e de fantástico poder de mobilização, adentrou Prudente de Moraes como Supervisor de Área do Mobral.

De lá para cá, muita coisa aconteceu. Hoje, 7 mil habitantes vivem felizes e quase sem dificuldades, num espaço de 142 quilômetros quadrados. Não há mendicância nem problemas de habitação. Todos trabalham, as endemias foram extirpadas, também não existem mais analfabetos, o menor excepcional é assistido e todos têm seu aniversário festejado. A união, o entusiasmo e o trabalho são a filosofia de vida. Não é utopia, a cidade realmente existe e esta lá para quem quiser ver. Por lá, inclusive, já passaram equipes de jornalistas, economistas, sociólogos e prefeitos de outros municípios, aguçados pela vontade de saber como a cidade alcançou tal estágio. A placa que o visitante vê, logo que chega, com a inscrição "Você está chegando a uma cidade feliz" reflete o ambiente que domina Prudente de Moraes.

O trabalho desenvolvido por José da Silveira Brandão entusiasmou a todos. No seu modo de pensar, a educação devia ser um trabalho completo, abrangendo as vivências das pessoas, integrando-se à coletividade e à vida comunitária. Criou o que ele chama de Sistema Mobral, formado por vários departamentos e setores, que são chefiados por pessoas que se distinguiram em trabalhos comunitários. Estes setores, que se inter-relacionam, atendendo a todas as necessidades da população, são os seguintes: Artístico; Social e Comunitário; de Bem-Estar do Menor; de Saúde; de Hortas Caseiras e Comunitárias; de Profissionalização; Projetos Especiais; Assistência ao Excepcional; Esportes; e Relações Públicas e Promoções. Para arcar com as despesas, foi criado um fundo monetário do Centro Social Desportivo, chamado Fundo do Mobral. Com grande senso de humor, o Sargento Brandão comandou as ações, em Prudente de Moraes, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Escrevia peças teatrais, contava piadas e, argutamente, instigava as pessoas a detectarem seus problemas e buscarem alternativas de solução. Seu trabalho foi apreciado e pesquisado por técnicos da Arábia Saudita e da Guatemala, e sua forma de atuação tornou-se fonte de pesquisas de universidades, tema de conferências, além de inspirar a publicação de livros sobre ação comunitária.

O Sistema Mobral, de Prudente

de Moraes, é desenvolvido por ações em todas as áreas. O Setor Artístico se encarrega de promover bailes e forrós, enquanto o Setor Social, aos cuidados de Ana, trata de internações de doentes em hospitais de Sete Lagoas e Belo Horizonte. O pré-escolar abriga uma creche, onde as crianças entram às sete horas da manhã e saem às cinco da tarde. Em suas dependências existem cantina, hortas — cultivadas pelas crianças maiores —, uma piscina e um *play-ground*. O Setor de Saúde é dirigido por Maria José, esposa de Brandão, que frequentou um curso de Enfermagem, através do Projeto de Educação Comunitária para o Trabalho-Petra. Ela visita a comunidade, promove palestras e ainda assiste aos dois médicos do setor, que se deslocam de Sete Lagoas, onde residem, para trabalharem em Prudente de Moraes. Um deles, o Dr. Elísio Saraiva, promoveu a criação de cabras no município; investimento barato e leite muito nutritivo. O Setor de Hortas Caseiras e Comunitárias, sob a responsabilidade de Sebastião, o Tião, já desenvolveu 2 mil hortas caseiras. Comandado por D. Belinha, o Setor de Profissionalização já realizou cursos profissionalizantes do Petra, tais como corte e costura, ferreiro-soldador, eletricitista, datilografia e doces caseiros.

O ponto culminante das festividades é o Domingo Alegre. Realizado no último domingo de cada mês, modifica totalmente o aspecto da cidade. Desde as primeiras horas da manhã, a ordem é divertir-se. E durante o



A Educação para a Saúde visa ao aperfeiçoamento da capacidade de análise da situação de vida da população.

Projeto
Prudente de Morais
VOLUNTÁRIOS
móveis A saúde - integração

Prudente de Moraes

dia inteiro as competições se sucedem. No Salão Comunitário, um grupo joga baralho. Num trecho de rua, disputam-se partidas de malha, bolas de gude e outras. Na quadra, realizam-se brincadeiras como subir no pau-de-sebo, gincanas, danças folclóricas, bailes, forrós e o que mais a gente de Prudente de Moraes imaginar para se distrair durante o dia. Para animar o encontro, conjuntos musicais contribuem ativamente. Três caminhões, funcionando como palcos volantes, deslocam-se de um ponto a outro para que todos participem. E a festa prossegue até a noite em clima de autêntica euforia.

A ação deflagrada resultou na mobilização do espírito comunitário da população carente e no entusiasmo das camadas de renda mais alta, que se integraram, plenamente, ao trabalho. Se um próspero fazendeiro da região não participa dos serviços de erguer uma casa em mutirão, certamente que a madeira ali utilizada vem de sua propriedade. Empresários doam espontaneamente material de construção, como a cal. Comerciantes locais fornecem outros produtos para obras. O restante da população, rapidamente, levanta um prédio, restaura uma escola, conserta uma casa, e todo mundo vê que ali tudo tem cara de mutirão. Antes, sofria-se com o problema habitacional. Hoje, após convênio Mobral/Prodecom, construíram-se centenas de casas financiadas pela Minas Caixa. Com a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço,

as prestações mensais foram bastante reduzidas para os moradores. Como o trabalho foi feito através de mutirões, a mão-de-obra não onerou ninguém. Com isto, surgiu um grande bairro em Prudente de Moraes. E não são construções padronizadas, como nos tradicionais conjuntos habitacionais. Cada residência obedece ao gosto e à disponibilidade de cada um. Ao lado de casas mais simples, vêem-se outras, com varandas, lembrando o estilo colonial tão comum na Grande Belo Horizonte. São casas com arcadas, vitrais e área frontal calçada com ardósia, abundante na região. Alguns moradores ainda não terminaram sua construção, economizando para imprimirem nela o acabamento que desejam. As prestações

oscilam em torno de Cr\$ 12 mil a Cr\$ 70 mil mensais, mas existem moradias mais baratas, cujas mensalidades chegam até 3 mil cruzeiros. Para a população totalmente carente, nada existe a pagar: pessoas que normalmente morariam em barracos de madeira, à semelhança das favelas das grandes metrópoles, receberam suas casas de tijolos, com luz elétrica, água encanada e espaço para jardim e quintal. Tudo construído em mutirão, com material e terreno doados.

Foi desenvolvida uma estratégia toda especial nas classes de alfabetização funcional. A formação das classes era precedida de um diagnóstico que levantava as necessidades básicas do aluno, traçando o seu perfil. Feito isto, buscava-se envolver toda a comunidade para



A erradicação do analfabetismo, meta alcançada em Prudente de Moraes, foi possível pela solidariedade e dinamismo da comunidade.

que as carências encontradas fossem minimizadas, através de campanhas, gincanas e das mais diversas atividades.

Brandão imprimiu muito de sua criatividade à metodologia do Mobral, o que a fortaleceu mais ainda. Organizava concursos de conhecimentos gerais nas classes, de trovas, *shows* de calouros, atividades esportivas, de lazer e recreação, palestras de médicos, veterinários, agrônomos e outros técnicos.

Esse tipo de apelo fazia com que os alunos se fixassem às aulas e expandissem seu potencial de aprendizagem, além de melhorarem suas condições de vida. Para Brandão, todo o tipo de envolvimento é essencial para que o processo educativo se realize.

Dentre desta visão de educação, utilizou-se de todos os meios para levá-la a efeito. Um deles foi o teatro, que contou com a participação da comunidade e

também dos alunos, utilizando a alfabetização como tema central. E, hoje, constata-se que, em Prudente de Moraes, não se tem, há algum tempo, classes de alfabetização ou de educação integrada, porque todos já ultrapassaram este nível. Em 1979, o Mobral realizou uma pesquisa rigorosa, junto à população, através do Projeto Diagnóstico Municipal, de casa em casa, testando pessoa por pessoa. Encontrou uma taxa de 3% de analfabetismo. Mas a pesquisa levou em consideração os totalmente incapacitados à alfabetização, como idosos e loucos. Se considerarmos a população adulta com capacidade de aprendizagem, então, realmente, o analfabetismo naquela cidade chegou a zero.

Em virtude de um significativo aumento populacional, ocasionado pelo elevado número de pessoas que se mudaram para Prudente de Moraes, atraídas pela perspectiva de uma vida melhor, novas classes de alfabetização funcional e de educação integrada serão formadas, em 1985, para atender à população que vem se fixando na cidade.

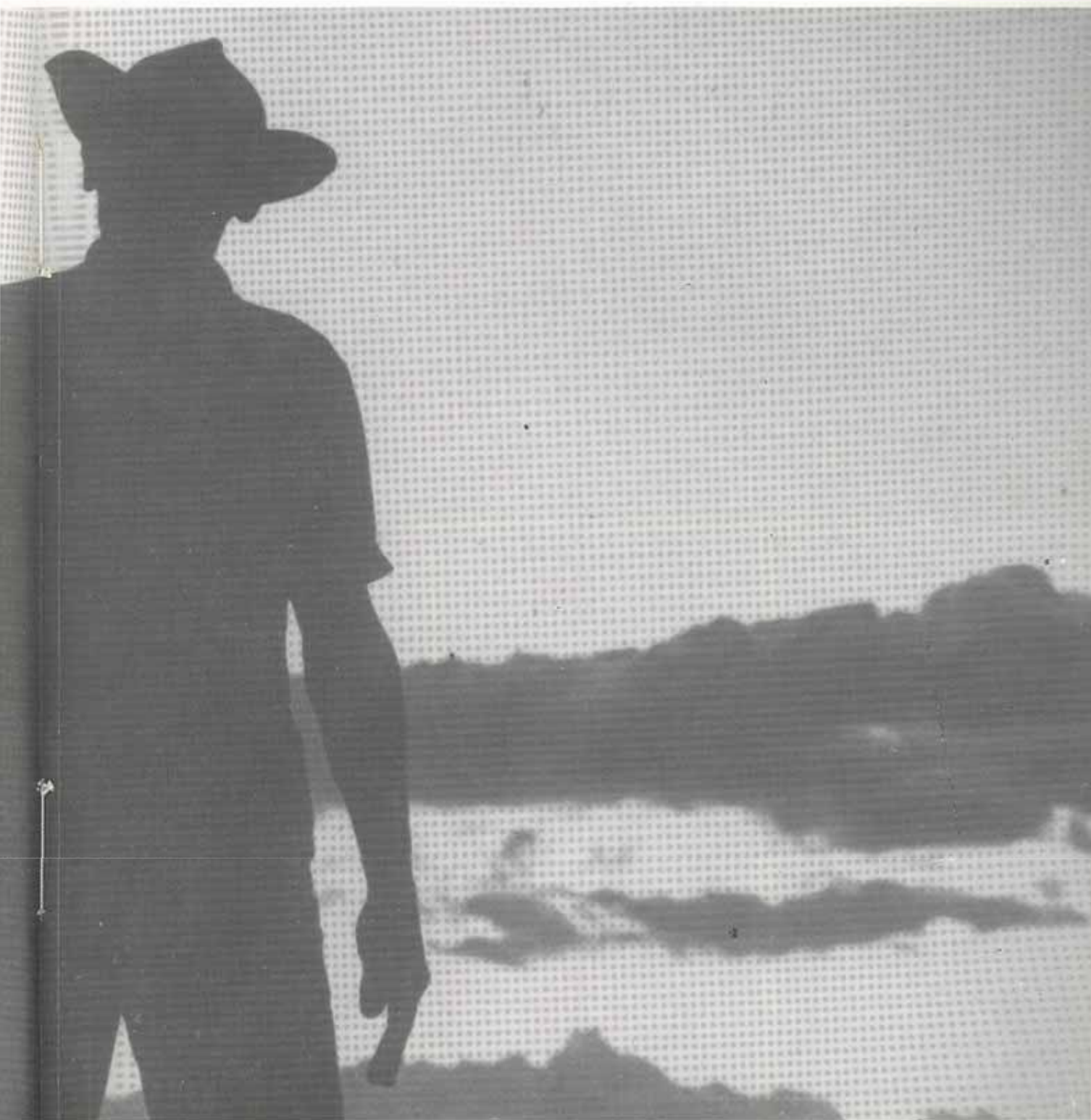
Nas últimas eleições, a comunidade exigiu que Brandão se candidatasse a prefeito. Não houve como fugir à solicitação, que culminou em uma esmagadora vitória nas urnas: sozinho, obteve mais votos que todos os outros candidatos juntos. Como prefeito, ele tem muito mais condições de trabalhar por sua gente. E diz a todos: "Gente, a única coisa que eu faço é aplicar na prática aquilo que o Mobral ensina, uai".



Os princípios básicos da não-formalidade, participação, descentralização e intermediação estão presentes nas diversas atividades do PAF e do PEI.

Serra João do Vale





Um outro caso que comprova a importância da ação comunitária desenvolvida pelo Mobral, objetivando o conhecimento de situações-problema e a luta para a superação das dificuldades de determinadas comunidades pelos seus próprios membros, é o da Serra João do Vale, no Rio Grande do Norte. Este caso assegurou à Instituição o Prêmio Iraque de Alfabetização, um laurel internacional concedido pela Unesco em 1982.

A Serra João do Vale tem o nome do primeiro sesmeiro que a ocupou em 1761. Está situada no atual Município de Augusto Severo, a oeste do estado, na zona da Chapada do Apodi. Antes, chamou-se Campo Grande e Triunfo. Até 1978, a vida na Serra era das mais difíceis. Seus habitantes viviam praticamente isolados do resto do mundo, trabalhando arduamente na terra ingrata, de onde extraíam apenas o suficiente para não morrerem de fome.

Zona tipicamente agrícola, os moradores residiam em modestas e desconfortáveis casas de taipa, e o excedente de uma ou outra plantação era trocado com os poucos vizinhos que tinham, espalhados num raio de vários quilômetros, dada a grande extensão da Serra. A maior dificuldade era a falta de água. Para obtê-la, os moradores tinham que sair de casa antes de o sol nascer, carregados de baldes vazios, descendo trilhas inóspitas e selvagens até o reservatório mais próximo — às vezes com o auxílio de alguns burros velhos, que conduziam por caminhos estreitos e perigosos, cheios de precipícios.

O índice de natalidade muito alto era compensado pelo índice de mortalidade infantil também considerável. Causas frequentes: falta de assistência médica, doenças, subnutrição.

Os casais — mais de 80% da população da Serra — não tinham como batizar os filhos. O estado civil também era apenas formal: poucos podiam exibir documentação civil ou religiosa. A situação econômica era muito precária, pois a seca — uma constante na região — prejudicava as plantações, de rendimento escasso. A garotada não tinha escola. Quase ninguém sabia ler ou escrever. Apesar da falta de higiene, de hábitos alimentares condenáveis, a população de menos de 1.500 pessoas sobrevivia sonhando com escolas, hospitais, armazéns, igrejas. Vivia da esperança de algo distante e inatingível, aparentemente.

Em março de 1978, a equipe da Coordenação do Mobral, buscando sempre a intensa participação comunitária, descobriu a Serra João do Vale e manteve, pela primeira vez, contato com os moradores da localidade. O contato resultou da implantação do Projeto Diagnóstico Municipal, cujo objetivo era conhecer amplamente as reais condições econômicas e sociais da população de todo o estado.

Perdida no meio da serra da qual tomou o nome, a comunidade rural de João do Vale é constituída por 27 povoados que abrigam hoje 325 famílias, num total de 2.030

habitantes. Situada a 300 quilômetros de Natal, eleva-se a 2.696 metros, com população basicamente jovem: 47,38% encontram-se na faixa de zero a 20 anos, o que constitui fator positivo em relação à força de trabalho atual e futura. O meio de vida é a agricultura de subsistência.

A Serra é explorada apenas em parte. Os moradores são posseiros e, em sua maioria, não sabiam como legalizar as propriedades herdadas dos seus antepassados. Viviam isolados, sem possibilidade de fazer o escoamento da produção local. A falta de escolas determinava altos índices de analfabetismo. Não existia qualquer infra-estrutura de saúde. Os índices de mortalidade infantil chegavam a 93%.

Quando alguém necessitava de atendimento médico, os pacientes desciam a Serra por caminhos difíceis, carregados nas costas por mais de 30 quilômetros. Os cadáveres também eram transportados desta forma, pois não existia cemitério. A escassez de água — que continua problema grave — piorou nos últimos anos por causa das longas estiagens.

Por tudo isto, pela desconfiança inata do sertanejo, os representantes do Mobral foram inicialmente recebidos com estranheza. Mas, com persistência e a continuidade da convivência entre os habitantes, os agentes do Mobral conquistaram simpatias e adesões. Os moradores acabaram percebendo que muito teriam a



A Fundação compreende que a educação, como obra de transformação e mudança, não é uma resposta à situação de subordinação da comunidade ao sistema educacional. Entende-se que a mudança na educação é uma tarefa ligada à transformação da sociedade no seu todo.



lucrar se expusessem e debatessem os problemas que mais os afligiam. Concluído o diagnóstico, a equipe da Coordenação permaneceu mais dias na Serra, realizando reuniões com seus moradores, conhecendo seus hábitos e costumes, levantando e sentindo suas necessidades mais prementes. Os resultados do diagnóstico foram amplamente discutidos. Aos poucos, a comunidade despertou e descobriu suas potencialidades. Transmitiram-se noções de higiene, organizaram-se cursos de corte e costura, construíram-se fossas, a água passou a ser tratada e a alimentação melhorada; mediante aproveitamento correto das frutas regionais.

Para coordenar as atividades comunitárias, foi constituído um Conselho de Representantes, atingindo 85,18% dos povoados da Serra. Na formação do Conselho — do qual o Mobral serviu de catalisador —, uma das dificuldades era a existência de pessoas que não sabiam ler ou escrever. Foram providenciadas salas de aula e, dos 102 alunos matriculados, 72 conseguiram se alfabetizar. A Coordenação do Mobral fez uma experiência de alfabetização em 60 horas, um projeto especial para a Serra, e logrou sucesso. Entretanto, a experiência não teve continuidade em virtude da escassez de recursos humanos locais. Por isso, o índice ainda é alto, mas com a abertura de Postos do Mobral tenta-se alfabetizar, gradativamente, o maior número de habitantes, que apóia com entusiasmo a idéia.

A seguir, foi implantado o Projeto de Autodidatismo, oferecendo à comunidade e aos neo-alfabetizados oportunidade de continuarem o processo educativo, consolidando o trabalho iniciado. Nas discussões com os moradores, foram levantados os principais problemas e os caminhos a seguir para diminuí-los ou superá-los. A população elegeu, prioritariamente, uma estrada ligando a Serra à sede do município; um cemitério; uma capela; um miniposto de saúde; uma escola; açudes e barragens; e a legalização da posse das terras.

Passo a passo, com a intervenção do Mobral no sentido de estimular a mobilização, servir de ponte para negociações, desenvolver ações pedagógicas, de saúde, higiene e alimentação, várias das reivindicações se transformaram em realidade. Durante as atividades do Mobral na Serra, o governador do estado lá esteve, prometendo títulos de posse da terra a 140 posseiros. Realizou-se, também, uma missa durante a qual foram consumados vários casamentos e batizados.

As conquistas deste trabalho do Mobral são comprovadas pela existência de uma estrada de rodagem, um miniposto de saúde e uma escola. A capela e o cemitério foram construídos pela comunidade. E em 1981 o governo estadual entregou 200 títulos de propriedade de terra para parte dos posseiros. Os trabalhos prosseguem: o Conselho Comunitário

encaminhou ao governo um projeto para a construção de duas barragens. O projeto foi aprovado, e sua construção depende apenas da liberação de recursos.

Para os habitantes da Serra João do Vale, desenha-se um futuro mais promissor, com a mínima infra-estrutura de subsistência garantida, além da consciência do papel de cada indivíduo na comunidade, suas potencialidades, bem como o esforço que precisam envidar para obter uma ascensão socioeconômica, e da junção dos seus sonhos materiais e espirituais transformados em realidade. Hoje os moradores da Serra sabem que precisam e podem baixar, em seu próprio benefício, a taxa de analfabetismo, construir novas salas de aula, requerer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária seus títulos de posse da terra, construir residências mais arejadas e bem iluminadas, praticar hábitos higiênicos e de saúde, pois a instalação do miniposto de saúde deve amenizar o costume anterior de, em caso de doença, recorrerem somente a curandeiras. Espera-se que as autoridades do município, conforme se comprometeram, também favoreçam o pessoal da Serra no atendimento médico. E espera-se que a Igreja contribua para uma presença regular de sacerdotes, reclamada pela comunidade. De qualquer modo, a experiência da Serra João do Vale já é fato histórico, reconhecido internacionalmente como exemplo bem-sucedido de ação educativa realizada com a participação da comunidade.



A implantação do Diagnóstico Municipal, como técnica de levantamento das reais condições econômicas e sociais da população, bem como a capacidade dos agentes em abordar as questões, abriram novos horizontes ao sertanejo descrente e desconfiado.



Bibliografia

- ALFABETIZAÇÃO no Brasil: histórico, plano de trabalho. s.n.t. 16p.
- ALMEIDA, Terezinha Wiggers de. *Educação não-formal como alternativa do processo educacional*. Rio de Janeiro, Mobraf, 1983. 11p. (Documento apresentado em mesa redonda no II Congresso Latino-Americano de Educação Montessori e II Encontro Nacional de Especialistas em Educação, Rio de Janeiro, jul. 4-9, 1983).
- ALMEIDA, Terezinha Wiggers de et alii. *A história e situação atual da avaliação no Mobraf (1970-80)*. Rio de Janeiro, Mobraf, 1983. 66p. (Documento apresentado no Seminário Latino-Americano de Avaliação de Programas de Educação de Adultos, Rio de Janeiro, Mobraf/Unesco, set. 20-30, 1982).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1.ª e 2.ª Graus. *Diretrizes para a elaboração do programa municipal e estadual de educação pré-escolar: síntese do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar*. Brasília, 1982. 22p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. *Diretrizes de atuação do Mobraf*. Brasília, 1982. 12p.
- _____. *Diretrizes de planejamento do MEC: programação para 1984*. Brasília, 1983. n.p.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro, Mobraf, AGGS, 1979. 471p.
- FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Ação do Mobraf na área de saúde: (anteprojeto de financiamento)*. Rio de Janeiro, 1984. 12p.
- _____. *Ação do Mobraf para 1984*. Rio de Janeiro, 1983. 22p.
- _____. *Aretas de Vila União: uma esperança de vida*. Rio de Janeiro, 1983. 18p. il. (Projeto 28.4).
- _____. *Bom Jardim: dez mulheres: missionárias da saúde*. Rio de Janeiro, 1983. 31p. il. (Projeto 28.6).
- _____. *Diretrizes para o planejamento de 1982*. s.l., s.d. 4p.
- _____. *Fumacé: surgem das cinzas mãos solidárias*. Rio de Janeiro, 1984. 18p. il. (Projeto 28.8).
- _____. *Histórico do Mobraf*. s.l., s.d. 9p.
- _____. *Mobraf*. Rio de Janeiro, 1984. 19p. il.
- _____. *Mobraf*. s.l., s.d. 38p.
- _____. *O Mobraf e o contexto sociopolítico brasileiro: subsídio para a palestra da Exm. Sra. Ministra de Estado de Educação e Cultura, proferida na ESG sobre a temática "Os problemas do setor educacional brasileiro"*. Rio de Janeiro, 1984. 7p.
- _____. *Mobraf report 1982*. Rio de Janeiro, 1984. 44p.
- _____. *A participação juvenil em tarefas de alfabetização e promoção popular*. Rio de Janeiro, 1983. 21p. (Documento apresentado no Seminário Regional sobre Promoção Popular e Alfabetização na América Latina e Caribe, Quito, maio 30 - jun 3, 1983).
- _____. *Política e diretrizes para 1984*. s.l., s.d. 3p.
- _____. *Povoado de Saúde: exemplo de espírito comunitário*. Rio de Janeiro, 1983. 18p. il. (Projeto 28.3).
- _____. *Programa de profissionalização*. Rio de Janeiro, s.d., n.p.
- _____. *Prudente de Morais: a cidade integrada*. Rio de Janeiro, 1984. 35p. II (Projeto 28.9).
- _____. *Relatório das atividades de 1981*. Rio de Janeiro, 1982. 57p. il.
- _____. *Relatório de atividades 1983*. Rio de Janeiro, 1984. 18p.
- _____. *Relatório 1979*. Rio de Janeiro, 1980. 38p.
- _____. *Relatório Sintético 1982*. Rio de Janeiro, s.d., n.p.
- _____. *Rio Grande do Norte, redenção de uma serra*. Rio de Janeiro, 1984. 104p. (Coleção Livro-Reportagem).
- _____. *Sistema Mobraf*. Rio de Janeiro, s.d., 66p.
- _____. *Subsídios para o desenvolvimento de uma educação comunitária no âmbito do Mobraf*. Rio de Janeiro, 1984. 21p.
- _____. *Tocaia: a espelha de um futuro*. Rio de Janeiro, 1984. 15p. il. (Projeto 28.7).
- _____. *Vila São Francisco: novos rumos para uma vida*. Rio de Janeiro, 1983. 18p. il. (Projeto 28.5).
- MARANHAO, Helena Severiano Ponce. *Documento apresentado no Taller Regional sobre Problemática de la Motivación, la Retención y la Optimización del Aprendizaje en Programas de Alfabetización, patrocinado pelo Crefal-Unesco/Orealc*. Patzcuaro, abr. 23-27, 1984. Rio de Janeiro, Mobraf, 1984. 48p.
- MEDDEIROS, Azize Maria Y. de & CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Em busca de uma metodologia que respeite as diferenças culturais*. Rio de Janeiro, Mobraf, 1983. 45p. (Documento elaborado para o XVII Congresso da Omep, Genebra, 1983).
- MOREIRA, Claudio. *Filosofia Mobraf 1983*. s.l., Mobraf s.d. 6p.
- PEREIRA, Regina Coeli Ávila Alves. *A experiência do Mobraf sobre estatística e informação para o planejamento e administração de programas e projetos de alfabetização e educação de adultos*. Rio de Janeiro, Mobraf, 1984. 27p. (Documento apresentado no Seminário Regional sobre Estatística e Informação para o Planejamento e Administração de Programas e Projetos de Alfabetização e Educação de Adultos, Quito, abr. 23-27, 1984).
- QUEIROZ, Margarida de Souza. *A atuação do Mobraf na área de educação de adultos*. Rio de Janeiro, Mobraf, 1984. 21p. (Subsídios para o Curso Regional sobre Planificación de la Alfabetización y Educación de Adultos, República Dominicana, Crefal, Unesco/Orealc, mar. 12-abr. 6, 1984).
- SOUZA, Solange Jobim e. *Educação pré-escolar*. Rio de Janeiro, Mobraf, 1983. 17p. (Trabalho apresentado no II Congresso Latino-Americano de Educação Montessori e II Encontro de Especialistas em Educação, Rio de Janeiro, jul. 4-9, 1983).



Esta obra foi editada pela Fundação
Movimento Brasileiro de Alfabetização
— Mobral —, na Rua da Alfândega, 214,
Rio de Janeiro, no primeiro trimestre de 1965. Os textos foram
compostos pela Lídio Ferreira Júnior, Artes Gráficas e Editora
Ltda., na Rua dos Inválidos, 143, Rio de Janeiro, pelo sistema de
fotocomposição, na família Bookman light, e os títulos em Kabel
demí. A impressão foi realizada pela Gráfica e Editora Celsus
Ltda., na Rua José Eugênio, 17, Rio de Janeiro, R.J., Brasil.



mobral

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral